

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
(PPG-MDR)**

MARIA DAS DORES MIRANDA DE LIMA

**O PROAMBIENTE:
NA ENCRUZILHADA DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA
AMAZONIA ACRIANA.**

**RIO BRANCO – ACRE
MAIO/2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA DAS DORES MIRANDA DE LIMA

**O PROAMBIENTE:
NA ENCRUZILHADA DAS POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA ACRIANA.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, PPG-MDR, da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Simione da Silva

**Rio Branco - Acre
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFAC
2010**

MARIA DAS DORES MIRANDA DE LIMA

**PROAMBIENTE: NA ENCRUZILHADA DAS POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA ACRIANA.**

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Silvio Simione da Silva – Presidente (orientador)

Profº. Dra. Maria de Jesus Morais (MDR/UFAC)

Profº. Dra. Marianne Schmink (Florida University)

© LIMA, M. D. M. 2010.

LIMA, Maria das Dores Miranda. **O Proambiente: na encruzilhada das políticas de desenvolvimento na Amazônia Acriana:** UFAC, 2010. 131f.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC.

L732p

Lima, Maria das Dores Miranda de, 1959 -

O Proambiente: na encruzilhada das políticas de desenvolvimento na Amazônia Acriana/ Maria das Dores Miranda de lima ---Acre: UFAC, 2010.
131f: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre.

Orientador: Profº. Drº. Silvio Simione da Silva.

Inclui bibliografia

1. Amazônia – Desenvolvimento regional. 2. Trabalhador rural. 3. Amazônia – Políticas públicas. I. Título.

CDD.: 338.9811

CDU.: 338(81)

Este trabalho é dedicado a:

*M*inha mãe Luíza Miranda de Lima;

Meu filho Osmar Nílo pela contribuição na formatação desse trabalho;

Minhas duas filhas Carolina e Luanna, pelo carinho e compreensão nos momentos difíceis, principalmente durante o período de estudo intenso;

Ao movimento social do Acre, particularmente as lideranças sindicais rurais que diante do cenário político colocado, precisam refletir melhor sobre o exercício da vivência democrática e a importância de sua autonomia enquanto organizações históricas, comprometidas com a transformação da sociedade.

Quero Agradecer:

A conclusão desse estudo é em primeiro lugar fruto da vontade de Deus, que permitiu através do esforço pessoal e do apoio de diversas pessoas, chegar ao final deste estudo.

A todos os que, de forma direta e indireta, apoiaram-me, meus agradecimentos.

Ao professor Dr. Sílvio Simione, pela orientação equilibrada, profunda e produtiva.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre, que contribuíram para a realização do curso e para minha aprendizagem.

Ao Professor Jose Fernandes do Rego e Paulo Branã pela compreensão nos momentos difíceis em que o curso e o trabalho me cobravam o tempo.

A todos os entrevistados que com sua experiência e conhecimento, contribuíram de forma carinhosa, para a realização dos objetivos deste trabalho.

RESUMO

O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural – PROAMBIENTE é um programa concebido pelos trabalhadores (as) da Amazônia, rumo ao controle social das políticas públicas de desenvolvimento e a remuneração dos serviços ambientais prestados a sociedade. No Acre é direcionado aos 400 produtores (as) familiares, localizados nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia Epitaciolândia e Xapuri. Sua essência é que cada pequeno agricultor/seringueiro, possa planejar sua propriedade, articulada com uma nova proposta de desenvolvimento regional para Amazônia. A quantidade de assentamentos sem nenhum progresso nos resultados econômicos, sociais e ambientais é visível. Esses carecem de serviços básicos, de capital social e de capacidade empreendedora. Estas insuficiências resultam geralmente no fracasso do assentado e na reconcentração da terra. A descentralização espacial dos assentamentos com fins agrícolas sempre esteve em descompasso com acentuada centralização demográfica, isso tem sido um dos entraves, para a implementação de uma política de desenvolvimento que priorize os serviços básicos e principalmente ao mercado. Esses são os motivos que levaram a pesquisar sobre esse tema, cujo, objetivo é descrever e analisar os impactos econômicos e sócio-ambientais do PROAMBIENTE, compreendendo e apreendendo sua lógica política e ideológica na redefinição do papel do trabalhador no espaço rural no âmbito das políticas públicas agrárias e de desenvolvimento na Amazônia acriana. Neste sentido, a busca da compreensão partirá de um estudo do processo de formação da resistência destes trabalhadores, no âmbito das contradições enfrentadas no seu cotidiano de ontem e de hoje. Com isto, é possível mensurar os impactos possíveis, de uma política pública a partir de uma bandeira de luta, no momento que entrecruza metas governamentais com as ansiedades dos sujeitos que realmente produz no meio rural.

Palavras – Chave: Amazônia. Trabalhador rural. Desenvolvimento. Política Pública. Serviços Ambientais. 1 Título.

ABSTRACT:

The Socioenvironmental Program for Development of the Agricultural Familiar Production - PROAMBIENTE is a program conceived for the workers from Amazon, as a route to the social control of the public policies of development and the remuneration of the environment services provided for the society. In Acre it is directed to the 400 household producers who live in the cities - Assis Brazil, Brasília Epitaciolândia and Xapuri. Its essence is that each small latex gatherers and farmer may plan their property, based on a new proposal for regional development in Amazon. The amount of areas without economic progress, social and environmental results is visible. As there is lack of basic services, capital stock and business skills. These needs end up generally in failures and eventually redistribution of the land. The decentralization of the sites with agricultural ends has always been disconnected to demographic centralization, and this has presented one of the problems for the implementation of a policy of development that prioritizes the basic services and mainly, the market. These are reasons that had led to researches on this subject whose objective is to describe and to analyze the economical and socioenvironmental impacts regarding PROAMBIENTE. As this paper has approached logical and ideological policies and redefinition of the worker's role in the agricultural field and towards agrarian public policies for development in Acrean Amazon. In this direction, the search for understanding will start from a study of the process of formation and resistance of these workers, regarding the contradictions faced in their past and current days. Thus, it is possible to measure the impacts, as a result from a "fight flag" public policies, at the moment that they cross governmental goals with the citizens' concerns that actually produce in the farming field.

Keywords: Amazon - Diligent Agriculture - Development – Public Policy - Environmental Services

Lista de Siglas

AMAC - Associação dos Municípios do Acre
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP – Área de Preservação Permanente
ATER – Assessoria Técnica e Extensão Rural
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BCF – BioCarbon Fund / Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CARE – Cooperative for American Remittances to Europe
CDHEP- Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre
CEDRFS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável.
CESIR – Centro de Estudo Sindical Rural da CONTAG
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento rural Sustentável
CONGEN – Conselho Gestor Nacional
CONGEP – Conselho Gestor do Pólo
CONGES – Conselho Gestor Estadual
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia
CTAC – Conselho Territorial do Alto Acre e Capixaba
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FACISA – Federação das Associações Comerciais, Industriais e de Serviços do Acre
FAEAC – Federação da Agricultura do Estado do Acre
FAMAC – Federação das Associações de Moradores do Acre
FASE – Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
FIEAC – Federação das Industriais do Estado do Acre
FETACRE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
FETAGs – Federações dos Trabalhadores na Agricultura da Amazônia Legal
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit und Entwicklung (Agência de Cooperação Alemã)

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIN – Ministério da Integração Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores

MSTR – Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais

PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável

PPG7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil / SCA / MMA

PESACRE - O Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre

PROAMBIENTE – Programa de Desenv. Socioambiental da Produção Familiar Rural

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PCF – Prototype Carbon Fund / Banco Mundial

PU – Plano de Utilização da Unidade de Produção

RAMH – Rede Acreana de Mulheres e Homens

SAC – Sistema de Acompanhamento & Controle

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar / MDA

SCA – Secretaria de Coordenação da Amazônia / MMA

SDS – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável / MMA

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial / MDA

SECEX – Secretaria Executiva / MMA

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SPRN – Subprograma de Políticas de Recursos Naturais / PPG7 / SCA / MMAi

SUDAM – Superintendência da Amazônia / MIN

SUNY – State University of New York

UNI – União das Nações Indígenas

WWF – World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Vida Selvagem)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	13
CAPÍTULO 1 - .DOS MOVIMENTOS SOCIAIS A CONSTRUÇÃO SÓCIO- POLÍTICA DO PROAMBIENTE	17
1.1 INTRODUÇÃO	17
1.2 O CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS	18
1.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTAO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA	27
1.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS NO ACRE	37
CAPÍTULO 2 - O PROAMBIENTE: GESTÃO E FUNCIONAMENTO	58
2.1. INTRODUÇÃO	58
2.2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROAMBIENTE	59
2.3. A GESTÃO E O CONTROLE SOCIAL NO ÂMBITO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL	70
2.4. A TRAJETÓRIA DO PRÓAMBIENTE NO TERRITÓRIO DO ALTO ACRE	74
CAPÍTULO 3 - .O PROAMBIENTE: E A LEGITIMAÇÃO DAS POLÍTICAS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA.	83
3.1. INTRODUÇÃO	83
3.2. O PAGAMENTO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS E O ATIVO AMBIENTAL	84
3.3. A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO ATIVO AMBIENTAL	98
3.4. GÊNERO E O PROAMBIENTE: A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DAS MULHERES DO ALTO ACRE.....	104
3.5. UMA CRÍTICA AO PROAMBIENTE: QUANDO UMA METODOLOGIA DO MOV. SOCIAL TORNA-SE POLÍTICA PÚBLICA.	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1 - Estados que compõem a Amazônia Legal	37
Figura 2 - Localização dos Pólos do Proambiente.....	63
Figura 3 - Controle Social do Proambiente.....	70
Figura 4 - Projetos de Assentamento no território do Alto Acre	75
Figura 5 - Distribuição dos grupos beneficiários do Proambiente nos quatro municípios contemplados com o programa	79

SUMÁRIO DE QUADROS

Quadro - 1.	As reuniões preparatórias do Proambiente.....	61
Quadro - 2.	A inserção de novos atores sociais.....	62
Quadro - 3.	Processo de negociação institucional do Proambiente.....	65
Quadro - 4.	O processo de inclusão do Proambiente no PPA 2004-2007	66
Quadro - 5.	Áreas e nr. de famílias assentadas nos municípios contemplados com o Proambiente.	76
Quadro - 6.	Experiências de Pagamento por Serviços Ambientais, dentro e fora do Brasil.....	87

INTRODUÇÃO GERAL

A busca de um novo padrão de desenvolvimento, que tenha o ser humano como centro é na atualidade um dos dilemas mais fecundos na geração de idéias propostas a humanidade. Esta, surge como lutas idealizadas e também práticas para se encontrar um caminho na resolução dos graves problemas que vivem a sociedade e seus padrões de produção e consumo, submetidos à lógica massificante da produção capitalista deste final de século XX e início do século XXI. Instigado por esse pensamento, observa-se que no âmbito rural, os trabalhadores (as) lutam incansavelmente pelo poder de decisão, na reforma agrária, pelo fortalecimento da agricultura familiar e a efetiva participação nos espaços públicos e privados. É neste grupo social com este recorte espacial que vamos aqui estar conduzindo nossas reflexões.

Deste modo, ao pensar no desenvolvimento de uma determinada comunidade é preciso definir métodos eficazes que permitam atingir os desafios postos. Observa-se, através dos estudos realizados, que os processos de desenvolvimento atuais tendem a dar maior importância aos processos, do que às pessoas. Com isso há uma tendência natural na perspectiva de estabelecer parcerias entre movimentos sociais, grupos e outras organizações formais e informais, cuja missão de cada um dos atores sociais é a base para pensar suas ações coletivas. Para compreender uma realidade e pensar num modelo de desenvolvimento é necessário considerar as diferenças existentes entre pessoas, grupos sociais, com diferentes saberes, visões de mundo e as necessidades existentes em cada território. Neste caso, como inserir isto num debate pelo padrão de desenvolvimento? É um desafio muito difícil, pois este “modelo” proposto mundialmente é externo ao mundo vivido por comunidades e trabalhadores, em que às vezes são vistos apenas como meros “executores”.

Em termo de aceite destas proposições externas, é mais difícil, pois, para o trabalhador rural, transformar a realidade em que vive é lutar para que os direitos conquistados sejam colocados em prática; é eliminar com leis e práticas injustas, ou seja, implantar em nossa região um desenvolvimento que valorize as pessoas e que seja para todos: jovens, mulheres, idosos, seringueiros, ribeirinhos, indígenas, colonos, assentados, assalariados e etc.. Isto, ao passo que, os processos produtivos implantados ou recriados estejam ligados às práticas que respeitem e não destruam a natureza, que priorize o local de moradia das comunidades, que valorize e busquem a Reforma Agrária regionalizada. É necessário considerar ainda, que as condições internas de lutas devem ser um modo de

criação e reinvenção de novos direitos, que ofereça a todos as condições de viver dignamente com as necessidades materiais para serem felizes em seus lugares.

Desta forma, na busca de alternativas de desenvolvimento, é preciso entender e visualizar, os vários tipos de organizações sociais e seu papel neste processo. Isto, ao mesmo tempo, nos possibilita a compreensão e a importância que a sociedade civil organizada desempenha como instrumento de transformação da realidade rumo a uma sociedade mais justa. É inegável a experiência dos movimentos de base, a partir de suas vivências na discussão, proposição e elaboração de políticas públicas. É por todas essas questões que o movimento sindical dos trabalhadores (as) rurais tem tido o esforço de construir um projeto, que contemple os anseios e necessidades, O Proambiente.

Neste sentido, o Proambiente surge da luta dos trabalhadores, através das grandes manifestações do Grito da Terra Brasil na Amazônia, ao mesmo tempo em que este, se constituiu num espaço privilegiado de formulação e articulação das demandas por políticas voltadas para um novo modelo de desenvolvimento na área rural.

A busca da compreensão desse estudo partirá do processo de formação da resistência destes trabalhadores, no âmbito das contradições enfrentadas no seu cotidiano de ontem e de hoje. Com isto, é possível mensurar os impactos possíveis, de uma política pública a partir de uma bandeira de luta, no momento que entrecruza metas governamentais com as ansiedades dos sujeitos que realmente produz no meio rural.

Na perspectiva de enriquecer este estudo, buscamos ouvir os sujeitos através de relatos orais (entrevistas). Estes retratam suas experiências, suas interpretações, procurando explicar a sua realidade.

Para isso, no capítulo I deste trabalho apresenta-se um pouco das bases teóricas de construção desses movimentos. Com o propósito de compreender melhor as filosofias e conceitos dos movimentos sociais que estamos tratando, como fontes geradoras de propósitos de desenvolvimento que podem até contrapor aos “modelos mundializados” difundidos.

Em seguida, pretende-se fazer uma abordagem a partir de diversos autores como: Oliveira (2001); Paula e Silva, (2008); Diegues, (1994); Singer, (2001), de forma que nos possibilite a reflexão sobre a ação dos movimentos sociais e o contexto em que está inserida a Amazônia brasileira. Também busca-se enfatizar os fatos a partir de uma lógica mais histórica, relacionando os principais movimentos que se destacaram, a partir da aliança que se estabeleceu entre o movimento social e o movimento ambientalista que resultou na criação do socioambientalismo.

Finalizo o primeiro capítulo, fazendo algumas considerações acerca de fatos ocorridos, o papel exercido pelo movimento sindical urbano e rural, bem como, a contribuição das ONG's na construção de um novo cenário político no Estado do Acre, na perspectiva e garantia de políticas públicas necessárias a área rural.

No Capítulo II, faremos uma descrição do processo de construção do Proambiente, como política pública, que através da unidade de diversas entidades foi possível revelar a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento rural, pensado a partir das práticas Amazônicas; o que permite às populações locais a continuidade dos modos de vida relacionados à manutenção da floresta, buscando conciliar produção rural e conservação ambiental.

Em seguida, descrevemos o modelo de gestão tendo como base o projeto original do Proambiente, por entender que o controle social se dará a partir da articulação e da integração da sociedade civil com a administração pública, que por meio da fiscalização, seja possível solucionar os problemas sociais com mais eficiência. É um instrumento democrático que tem como finalidade a participação do cidadão no exercício do poder, onde a vontade social é objeto de avaliação na execução de políticas públicas.

E para finalizar, uma abordagem da trajetória do Proambiente no Território do Alto Acre, a partir do papel exercido pelo conselho gestor local (CONGEP), a luz das decisões tomadas pela Entidade Executora, o Pesacre. Com a participação das comunidades e a parceria que se estabelece entre as instituições que trabalham na região.

Já no Capítulo III, será feita uma abordagem de caráter mais descritivo e analítico dos estudos realizados pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, em relação ao marco legal e conceitual, bem como, os entraves encontrados para efetivação do Pagamento por Serviços Ambientais. Dará destaque para a participação do movimento social no processo de efetivação do PSA, através de algumas entrevistas realizadas com lideranças sindicais.

Algumas considerações acerca da Política do Ativo Ambiental implementado pelo o Governo do Estado do Acre, sua eficácia no sentido de melhorar o dia-a-dia do trabalhador rural, uma vez que este tema em relação ao Proambiente, caracteriza-se como uma inovação, na busca da conciliação entre produção econômica e a conservação do meio ambiente.

Neste estudo procura-se considerar a questão de gênero em todo o corpo do trabalho. E neste capítulo, este tema será abordado tendo como princípio a organização produtiva das Mulheres do Alto Acre, descrevendo alguns relatos com o objetivo de dar visibilidade de como ocorrem às relações sociais entre homens e mulheres nos espaços de

poder. Também destaca-se a necessidade de políticas públicas adequadas, num contexto em que a Amazônia aparece em um dos principais cenários da disputa social em termos mundiais, por suas riquezas minerais, recursos hídricos, cobertura florestal e biodiversidade.

Por último, pretende-se fazer reflexões a partir do momento em que uma metodologia do movimento social se torna política pública, uma crítica construtiva ao Proambiente. Quando os trabalhadores organizados são considerados eficientes para conceber e desenvolver propostas de políticas públicas de desenvolvimento, no entanto, quando na tentativa de conciliar o conhecimento técnico com o conhecimento empírico, surgem as contradições e conflitos que se estabelecem no campo das concepções e execução de programas e projetos.

Nas considerações finais, procura-se enfatizar a pesquisa realizada, assim como todo percurso desse estudo, que sem dúvida, possibilitou um conhecimento mais aprofundado sobre o envolvimento do Movimento Social com o Proambiente, cuja história foi pautada em fatos marcantes ocorridos a partir do ano de 2000 até o ano de 2003 na Amazônia brasileira, certa que, recheada de sonhos, paixões e esperanças...

CAPÍTULO 1 - . DOS MOVIMENTOS SOCIAIS A CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO PROAMBIENTE

1.1 INTRODUÇÃO

Recentemente é visível a importância e a contribuição do movimento social na influência de políticas públicas que abra os caminhos para os processos de desenvolvimento local, há exemplo pode-se destacar: a política de crédito através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), mesmo com a dificuldade de acesso, posta pela burocracia exacerbada, foi uma grande conquista. O PRONERA, na área de educação e o PROAMBIENTE que surge a partir do Grito da Terra de 2000, visando não somente a compensação dos serviços ambientais prestados pelos agricultores a sociedade, mas em busca da conservação e preservação da floresta, e acima de tudo da desburocratização do crédito e de uma assistência técnica de qualidade, visando à melhoria da produção.

Além disso, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - MSTR entende que não poderá haver desenvolvimento no meio rural se não tiver educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e a preservação do meio ambiente. As lutas dos trabalhadores (as) pela terra, política agrícola diferenciada, políticas sociais e direitos trabalhistas, inserem-se, portanto, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento. (SANTOS, 2001 p. 227)

Admite-se que o PROAMBIENTE, na visão dos trabalhadores (as) rurais seria o grande programa para a área rural da Amazônia, contemplando todas as políticas públicas reivindicadas pelo Movimento Social.

É importante considerar que no Acre, a partir dos anos 80 e 90, houve um significativo crescimento do movimento social como um todo, a medida que, ia crescendo as organizações sociais, foi se exigindo do governo da época: a democracia, a transparência e o debate sobre as políticas públicas em todos os segmentos da sociedade.

Recentemente, esse movimento encontra-se um tanto descaracterizado, por diversos motivos, que no decorrer deste estudo será aprofundado. As organizações sociais encontram-se altamente fragilizadas e suas lideranças apáticas principalmente quando se trata de uma contraposição a luz das políticas de desenvolvimento.

Contudo, a história tem mostrado que só se muda uma realidade com pressão e mobilização social. Isso acontece, especialmente quando a ação coletiva não tem apenas o papel da crítica e da reivindicação, mas de proposição e de participação.

Neste capítulo, pretende-se apresentar um pouco das bases teóricas de construção desses movimentos no intuito da aprimoração do entendimento, do que é o conceito de movimentos sociais que estamos tratando, como fontes geradoras de propósitos de desenvolvimento que podem até contrapor aos “modelos mundializados” difundidos.

Em seguida, pretende-se fazer uma abordagem a partir da análise de diversos autores como: Oliveira (2001); Paula e Silva, (2008); Diegues, (1994); Singer, (2001), de forma que nos possibilite a reflexão sobre a ação dos movimentos sociais e o contexto em que está inserida a Amazônia brasileira. Também busca-se enfatizar os fatos a partir de uma lógica mais histórica, relacionando os principais movimentos que se destacaram, a partir da aliança que se estabeleceu entre o movimento sindical e o movimento ambientalista que resultou na criação do socioambientalismo.

Finalizo o primeiro capítulo, fazendo algumas considerações acerca de fatos ocorridos, o papel exercido pelo movimento sindical urbano e rural, bem como, a contribuição das ONG's na construção de um novo cenário político no Estado do Acre, na perspectivas e garantia de políticas públicas necessárias a área rural.

1.2 O Conceito de Movimentos Sociais

Os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. (GOHN, 1995 p. 44)

Relembrando um pouco a história, é importante ressaltar que é em Marx que se inicia toda essa temática, diretamente relacionada à organização da classe trabalhadora enquanto classe social. Percebe-se que a relação de conflito no âmbito das lutas de classes, em que a classe trabalhadora unida, é a força para se contrapor ao processo de exploração, imposta pelo sistema capitalista.

Segundo Losovski (1989, p. 6) numa citação de Marx, diz que:

O capital é poder social concentrado, enquanto que o proletariado dispõe unicamente de sua força de trabalho. O ajuste entre o capital e o trabalho não pode, pois apoiar-se em condições legítimas. Sofre da mesma desproporção o próprio sentido de justiça de uma sociedade que coloca a posse dos meios materiais de vida e de produção de lado, e a força produtiva vivente de outro. A única força social do lado do proletário é a sua massa. Mas a força da massa dissolve-se quando há desunião. A separação entre os proletários é o produto e o resultado da inevitável concorrência entre eles próprios. (MARX “Trabalho assalariado e capital”, s.n.t)

As organizações sociais nascem precisamente da necessidade e do impulso dos trabalhadores (as), na tentativa de acabar ou reduzir a exploração. Isto numa lógica de superar a concorrência entre eles próprios é criar as condições que os coloquem acima, numa situação onde possam ser sujeito de sua própria história, isto é com plena consciência de sua condição de classe.

A concepção de Marx de sociedade civil é como um conjunto das relações materiais no âmbito das forças de produção e está relacionada com um determinado período histórico. Já para sociedade civil corresponde a um conjunto de organismos chamados “privados” que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade.

De acordo com Simionato (2004), numa citação de Gramsci, diz que a sociedade civil baseia-se no fato de não serem as relações materiais e econômicas, mas sim a interpretação que se tem delas que determina a conduta política, ele entende a sociedade civil como sendo apenas um momento da superestrutura, particularmente o momento da hegemonia, colocando a sociedade civil como o momento de consenso contraposto ao da força. Ele prevê o fim do Estado pela reabsorção da sociedade política na sociedade civil. (SIMIONATO, 2004 p. 69)

Neste sentido é possível considerar que: é na sociedade civil organizada que as diferenças aparecem e os conflitos emergem, na maioria das vezes, causados por problemas econômicos, sociais, culturais, étnicos, de relações de gênero, de raça, ambiental, religiosa e ideológica. São dessas complexidades que se estabelecem as relações de poder entre o Estado e a sociedade civil. Como o Estado é um lugar de reprodução da hegemonia, de consenso, cabe a ele o papel de mediador, no sentido de amenizar os conflitos existentes entre o capital e o trabalho. A sociedade civil organizada é a base pela qual surgem as grandes reivindicações, mobilizações, onde o poder político precisa estar preparado para responder as demandas apresentadas.

Um outro aspecto importante a ser destacado, refere-se aos diversos conceitos de movimentos sociais. Como esses movimentos são analisados, quanto a sua formação, visão de mundo e projeto de sociedade, são variados os critérios utilizados pelos autores em suas outras ações coletivas que não necessariamente possam ser consideradas como movimento social. Nesta linha de pensamento, o movimento social pode ser caracterizado como um espaço de organização, de formação de sujeitos políticos capazes de defender os interesses coletivos de uma comunidade.

O movimento social pode ser definido como uma ação conjunta de homens, embasados por uma visão de mundo objetivando mudanças ou conservação das relações de uma determinada sociedade. Eles expressam relações de poder para mudar ou conservar relações sociais, uma vez que não existem apenas movimento de oprimidos. (TOMAZI. 1993 p. 213)

Os movimentos sociais como estratégia da ação humana passam a ser objeto de estudo quando passamos a refletir sobre os diversos acontecimentos históricos, vividos na sociedade. Neste sentido é importante destacar a origem do termo que de acordo com Scherer-Warren (1987 p. 12), [...] o termo movimento social surgiu por volta de 1840 quando Lorenz Von Stein defendeu a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento de proletários francês e o comunismo e socialismo emergentes. Já no século XX a temática passa ser vista no universo dos processos de interação social dentro da “teoria do conflito e da mudança social [...].

Já Gohn (1997 p. 328), diz que o primeiro a utilizar o termo movimento social, foi Herbert Blumer¹ em 1949. Ele desenvolveu uma teorização sobre movimentos gerais e específicos, abordando a estrutura e funcionamento, refletindo sobre o papel de suas lideranças, tratando de movimentos de mulheres, dos jovens, pela paz, entre outros. Os estudos específicos sobre movimentos sociais até 1960 tinham eminentemente o viés das lutas operárias e sindicais, ou seja, a luta de classes, também com perspectiva essencialmente marxista. Cabe destacar que o conceito de movimento social era utilizado em acepções amplas, envolvendo grandes períodos históricos e denominavam-se desta forma também as guerras, os movimentos nacionalistas, as ideologias radicais, as

¹ Nasceu em St. Louis - Missouri, Sociólogo com importantes contribuições à Psicologia social e Ciências da Comunicação.

ideologia libertárias, etc. Entretanto, os estudos mais críticos-marxistas, associavam o conceito de movimento social a questão da reforma ou da revolução.

O paradigma teórico mais amplo era o dos processos de mudança e transformação social, fundamentada na análise da realidade social, tendo como sujeito principal do processo a classe trabalhadora. Os estudos empíricos tratavam na sua grande maioria do movimento operário e camponês, bem como dos sindicatos e dos partidos políticos (GOHN, 1997 p. 330).

Nas décadas de 1970-80, desenvolvem-se uma nova fonte de estudos sobre movimentos sociais, o dos países de Terceiro Mundo, que apresentam novos atores, novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres. Estes se articulam com clérigos, intelectuais e políticos de esquerda para gerar ações coletivas. Os novos movimentos sociais passaram a ser interpretados a partir de algumas características: a construção de um modelo teórico baseado na cultura; a negação do marxismo como campo capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e da ação coletiva da sociedade contemporânea; eliminação do sujeito histórico redutor da humanidade e criação do novo sujeito coletivo difuso, não-hierarquizado em luta contra a discriminação de acesso aos bens da modernidade; a política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida; os atores sociais são analisados pelos teóricos dos novos movimentos sociais prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pelas identidades coletivas criada no processo.

(GOHN, 1997 p. 330 e 331)

Aqui, quando falamos em Movimentos Sociais, estamos nos referindo à sociedade civil organizada a qual devemos ressaltar a importante contribuição de Grzybowski (1987), em sua obra “Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais”. Ele dá ênfase sobre as alternativas e os próprios limites dos movimentos sociais enquanto forjadores de cidadania e espaço de construção da democracia. O autor vai analisar como, através dos movimentos, os trabalhadores rurais se constituem em sujeitos com identidade própria, neste sentido,

A problemática da luta pela terra não se reduz as relações fundiárias, a diversidade de reivindicações. As lutas no campo são expressão do modo como os trabalhadores e produtores rurais vivem e respondem as formas concretas de integração e exclusão a que foram submetidos. (GRZYBOWSKI, 1987 p. 38)

O autor trata da importância da autonomia, do exercício da democracia dos movimentos na sua relação com o Estado, para isso, ele afirma que:

os movimentos andam de costas para o Estado tentando fazer os seus caminhos, ao mesmo tempo ele afirma que há um Estado de costas para o movimento. Sua conclusão é que o caminho para a democracia no Brasil passa por esses movimentos. É impossível democracia neste país sem a inclusão de milhões de trabalhadores do campo(GRZYBOWSKI, 1987 p. 50)

“Os novos Movimentos Sociais na América do Sul”, de acordo com Cherer-Warren e Krischke(1987), destacam-se duas razões importantes. Primeiro, eles vão dizer que multiplicam-se as forças sociais e as organizações de base, mais interessadas nos problemas do cotidiano de seus membros, do que em interagir com o Estado (seja pela colaboração ou pelo confronto), indicando assim uma crise na maneira tradicional de fazer política. Segundo, estaria ocorrendo um esgotamento dos modelos tradicionais de análise dos movimentos sociais com relação às instituições e aos processos políticos. Para eles, tanto a revisão da teoria dos movimentos sociais como a dos caminhos abertos a democratização do Estado são parte de uma avaliação geral do pensamento social latino-americano, sob pressão das exigências práticas impostas pela história recente. (SCHERER-WARREN, 1987 p. 35)

A emergência de “novos” movimentos sociais que almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: do governo dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Neste sentido, os novos movimentos sociais desenvolvem ações individualizadas, relacionadas às dimensões da identidade humana, desconectada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não se aproximam de um projeto diferenciado das relações sociais capitalistas, ou seja, não se voltariam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista. (SCHERER-WARREN, 1996 p. 49 e 50).

Gohn (1995) traz novos elementos que historicamente sempre foram analisados como todo, trata-se dos novos movimentos sociais. Por novos movimentos sociais

compreendem-se os movimentos das mulheres, ecológicos, contra a fome e outros, sinalizando em princípio um distanciamento do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais, operários em torno do mundo do trabalho, o que não significa que em determinados momentos históricos, possam assumir uma contraposição com o sistema econômico e social vigente. Para ela, os novos movimentos sociais se contrapõem aos “velhos” e historicamente tradicionais movimentos sociais em suas práticas e objetivos. Acrescenta também as questões a cerca da identidade, dos valores culturais e políticos dos novos movimentos sociais, [...] as ações desenvolvem um processo social, político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995 p. 44)

Neste mesmo sentido, é importante ressaltar as considerações que Martins (2000), traz em seu artigo “As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência, a falta de objetivos e a falta de identidade nos movimentos sociais e nas organizações populares”. Ele recorda um pouco a história no tempo da ditadura militar, onde a sociedade desorganizada e privada de sua plena expressão política combateu o Estado autoritário, muitas vezes em nome de interesses particulares, interesses de grupos nem sempre majoritários, como a classe operária, os trabalhadores rurais, os jovens da classe média, grupos de mulheres donas de casa, grupos de vizinhança e moradores.

Para Martins (2000), as demandas que se tornariam explosivas no período ditatorial e, sobretudo no período pós-ditatorial, como a reforma agrária, não expressava de fato as verdadeiras necessidades dos pobres do campo. Eles estiveram, em grande parte, acomodados num sistema de cooptação e paternalismo que os conservava na conveniente subserviência e no conformismo de um regime de trabalho resultante de tentativas de acerto e erro, verdadeiros experimentos a assegurar a legitimidade de um longo período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e que o discurso da reforma agrária era localizado e constituía um modo de enquadrar e dar sentido político a uma justa reivindicação imediata de sobrevivência, que se perdia em conflitos de natureza policial e arranjos locais localizados. (MARTINS, 2000 p. 269)

Durante a Ditadura Militar o Estado atendia a demanda dos movimentos sociais locais, precários, surgidos na emergência de conflitos inesperados, e ao mesmo tempo reprimia e processava as lideranças e apoiadores desses movimentos. O papel da igreja, através dos CEBs, como articuladora, através das pastorais sociais: indígena, da terra e do trabalho, foi de fundamental importância para a formação dos grupos chamados de esquerda, Martins (2000), diz que:

O clamor popular valia-se do aparato da igreja, de seus canais de expressão e comunicação, único modo de exprimir-se num país em que a expressão política radical, que tocava nos problemas de raiz, era considerada crime. Mesmo os partidos políticos clandestinos, membros de partidos considerados ateus, ou as tendências como eram chamados, ganhavam espaço e procuraram abrigo sob o manto protetor da igreja. (MARTINS, 2000 p. 269).

O grande marco fundador de boa parte dos movimentos sociais surgidos nos últimos dois séculos é a expansão do modo de produção capitalista, e a grande desigualdade social brotada, sobretudo, através de sua vertente industrial no século XIX. Seu enorme potencial de geração de riquezas, com base na propriedade privada, no trabalho assalariado e na expansão do mercado livre produziu também uma série de contradições sociais, que atingiram tanto a milenar classe dos camponeses quando a nascente classe dos operários. (MARTINS, 2000 p. 274).

Diante de uma formação social, como a amazônica, onde historicamente têm prevalecido relações sociais autoritárias, de caráter profundamente excludente, na qual as classes populares sempre foram vistas como classes perigosas, ou como incapazes de constituírem um projeto de sociedade. Qual é mesmo a sociedade que queremos? É neste sentido que o surgimento do novo sindicalismo, no final dos anos 70, constituiu uma grande novidade e inaugurou um novo campo de possibilidades para os trabalhadores urbanos e rurais. O novo sindicalismo tinha como principal objetivo o combate ao peleguismo² e ao assistencialismo³. Os trabalhadores não só se lançaram em lutas e movimentos de caráter reivindicativo, mas para, além disso, esboçaram uma perspectiva política própria.

O novo sindicalismo e os movimentos sociais se colocaram, como novos personagens entrando em cena, como sujeitos políticos. De fato daí surgiu o PT (em 1980) e a CUT (em 1983). A CUT se projetou como um novo projeto político nacional, dotado de uma perspectiva própria, que além da crítica a Ditadura Militar, estendeu-se ao Estado Novo e ao populismo. Cobrou uma revisão da história do país, segundo a ótica do conflito, das

² Linguagem utilizada no movimento sindical para se referir aos líderes ou representantes de um sindicato que em vez de lutar pelo interesse dos trabalhadores, defende secretamente os interesses do empregador. É o sindicalismo apadrinhado e controlado pelo governo.

³ O sentido aqui se refere ao assistencialismo sindical. É comum os sindicatos usarem do assistencialismo, através de convênios com dentista, advogados, farmácias, advogados etc. como uma forma de atrair filiados e com aumentar a renda sindical.

lutas populares, dos trabalhadores. Procurou diferenciar-se de projetos políticos que em outros momentos colocaram-se na perspectiva da transformação social. Procurou articular um movimento de reinterpretação do país e uma atuação independente no cenário político. . (VERAS, 2001 p. 166 e 167).

O surgimento no novo sindicalismo e a criação e desenvolvimento da CUT estiveram marcados pelos movimentos, que perpassaram toda década de 80. Tratava de movimentos de contestação do Regime Militar e de construção de caminhos alternativos ao processo de democratização do país, através da atuação na Campanha das Diretas já! (em 1985), se antecipando aos demais setores oposicionistas. A partir da instalação da Nova República em 1985, com a chapa vitoriosa liderada por Tancredo Neves (substituído com sua morte, por Sarney), o posicionamento da CUT foi sempre de oposição. Questionou o Plano Cruzado e, ao final de 1986, conduziu uma das Greves Gerais mais bem sucedidas da história recente do país. O novo campo político se expressava essencialmente na articulação do PT e da CUT. (VERAS, 2001 p. 169).

Os anos 90 chegam com os impactos da globalização, do projeto neoliberal. Uma das questões do debate diz respeito ao papel do Estado diante do novo momento do desenvolvimento do capitalismo. Muitos falam da perda de poder dos Estados nacionais em favor do mecanismo de mercado e dos organismos internacionais bem sintonizados com o circuito global do capital. O Brasil optou, sobretudo com o governo de Collor e os dois mandatos de FHC, por uma inserção subalterna no novo momento do desenvolvimento capitalista mundial. Nos termos de Fiori, trata-se de

uma estratégia que acaba reduzindo, na prática, o novo papel do estado à função exclusiva de guardião dos equilíbrios macroeconômicos. Guardiães que acabam prisioneiros de sua própria armadilha e impotentes, ou incapazes, de definir prioridades e implementar políticas de incentivo setorial a competitividade, de oferecer proteção social as suas populações, de prestar os serviços públicos mais elementares, ou mesmo finalmente de garantir a ordem e o respeito as leis. (FIORI, 2001 p. 237).

O país, que ao final dos anos 80 concluiu a transição política denominada “processo de democratização”, tendo como desfechos mais importantes a promulgação da Constituição de 1988 e as eleições presidenciais de 1989, foi conduzido nos anos 90 ao rompimento com a “Era Vargas”. Sob a égide das políticas neoliberais, operou a passagem de um modelo de desenvolvimento denominado de substituição de importações, centrado em um papel ativo do Estado, para um modelo de liberalização comercial e financeira,

orientado para uma inserção internacional subalterna, com repercussões importantes no papel do Estado. (VERAS, 2001 p. 172)

De acordo com Veras (2001), há que se reconhecer que o cenário no qual passou a atuar o novo sindicalismo, a partir do início dos anos 90, não é o mesmo dos anos 80. O espaço local/regional inegavelmente emerge como um novo campo de ação. Não só se colocaram novos obstáculos e desafios, como os que indicamos aqui, mas também novas oportunidades. O desafio é o de ocupar novos espaços abertos, mas fazê-lo de tal maneira a preservar (reelaborando) as referências que lhe atribuíram um caráter de campo alternativo. Neste contexto, os sindicatos, associações (ONGs), cooperativas e etc., terão que superar um passado de cooptação e atrelamento ao Estado, as pessoas devem deixar de creditar toda a ação e modificação social a estruturas verticais e determinadas personalidades a cada período eleitoral. (VERAS, 2001 p. 173)

As populações amazônicas a partir de meados da década de 70 passam a se organizar em sindicatos, associações, cooperativas e grupos; a fim de defenderem seus direitos na perspectiva de soluções para os grandes problemas causados por um modelo de desenvolvimento ainda distante dos anseios da classe que vive do trabalho e dos excluídos de todos os processos de desenvolvimento.

No Acre, a permanência na terra passa a constituir-se no elemento fundamental de resistência, os desmatamentos para fins de implantação de projetos agropecuários expressam uma série ameaça aos posseiros em geral e aos seringueiros em particular. [...] a derrubada da mata representava a eliminação das possibilidades materiais de sua sobrevivência, via destruição de suas fontes de renda baseada no extrativismo (principalmente as árvores de seringa e as castanheiras), bem como a progressiva extinção da fauna e flora que compõe a base de sua alimentação. É nessa perspectiva que deve ser compreendida a emergência de ações coletivas destinadas a impedir os desmatamentos, denominadas regionalmente como “empates”⁴. (PAULA et al, 2006 p. 112)

Neste contexto, de consolidação democrática o país passou a dar à sociedade civil um amplo espaço de mobilização e articulação, que na Amazônia resultou em alianças políticas estratégicas entre o movimento social e ambientalista. Na Amazônia brasileira, a

⁴ Para Paula, (1991), citado por Paula et al, (2006) os “empates” foram recobertos de inúmeros significados. Inicialmente, denotam uma resistência dos “acreanos” contra o usurpador de seu território, os “paulistas”, posteriormente, indicam a oposição entre “seringueiro” e “fazendeiro”, forjando a formação de uma identidade política dos seringueiros.

articulação entre povos indígenas e populações tradicionais, com o apoio de aliados nacionais e internacionais, levou ao surgimento da “Aliança dos Povos da Floresta”: um dos marcos do socioambientalismo, que será aprofundado na próxima unidade. (SANTILI, 2005 p. 31)

Com isto, podemos concluir que a sociedade civil organizada na Amazônia brasileira tem um papel efetivo na busca de alternativas frente aos diversos conflitos que afetam a humanidade. A sociedade civil organizada, os movimentos sociais, representa momentos de solidariedade humana e acima de tudo de preocupação com a conduta dos que detém o poder político.

1.3 Os Movimentos Sociais e a Questão Ambiental na Amazônia

Para uma melhor compreensão deste estudo, pretende-se fazer uma abordagem a partir de diversos autores como: Oliveira (2001); Paula e Silva, (2008); Diegues, (1994); Singer, (2001), de forma que nos possibilite a reflexão sobre a ação dos movimentos sociais e o contexto em que está inserida a Amazônia brasileira. Também busca-se enfatizar os fatos a partir de uma lógica mais histórica, relacionando os principais movimentos que se destacaram, a partir da aliança que se estabeleceu entre o movimento social e o movimento ambientalista que resultou na criação do socioambientalismo.

A partir desta lógica, Oliveira (2001) traz importantes considerações que nos remete a reflexão mais aprofundada acerca deste assunto. Para ele o desenvolvimento do capitalismo se faz de forma heterogênea, complexa e plural. O capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade social no processo de seu desenvolvimento e no caso do Brasil, o capital atua na direção do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país. Este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa que não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele. (OLIVEIRA, 2001 p. 186)

Ele diz ainda que a propriedade da terra no Brasil é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve e revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. [...] o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalismo e do proprietário de terra. Um exemplo claro, a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao

contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a “peonagem”, relação de trabalho também chamada de “escravidão branca”.

As grandes extensões de terras [...] funcionam na verdade como reserva de valor, como reserva patrimonial, ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. . (OLIVEIRA, 2001 p. 187).

O autor ressalta uma clara dicotomia no tocante às lutas dos trabalhadores rurais, estes lutam em duas faces: uma para entrar na terra, para se tornarem trabalhadores proprietários, e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtora de alimentos necessários à sociedade brasileira.

Na Amazônia a violência tem sido a principal característica da luta pela terra. O principal alvo têm sido as populações indígenas, pois, as “reservas indígenas”, são frações do território capitalista para aprisionar o indígena, seus territórios, são áreas demarcadas, porém, muitas vezes desrespeitadas. Simultaneamente à luta dos povos indígenas nasceram com as lutas dos escravos negros contra os fazendeiros rentistas. Em seguida vêm os posseiros que vem historicamente lutando contra a expropriação. Nos anos 50 e 60 do século XX as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assinadas. (OLIVEIRA, 2001 p. 190).

De acordo com Oliveira (2001), a década de 70 foi marcada, sobretudo pela luta dos posseiros na Amazônia. O governo militar com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários criou o cenário para a violência. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região. Em defesa dos índios nasceu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e na dos posseiros e dos colonos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A colonização na Amazônia aparecia como autêntica contra-reforma, após 20 anos, os militares não permitiram sequer que do Estatuto saísse um plano nacional de Reforma Agrária. A UDR – União Democrática Ruralista, entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição, ganharam e fizeram do

capítulo da Reforma Agrária um texto legal de menos expressão que é o próprio Estatuto da Terra. Neste sentido,

a ocupação recente da Amazônia é, pois, síntese e antítese desse processo violento. A colonização tem sido a válvula de escape das pressões que a concentração e o remembramento da terra traz consigo. A pressão que o capital exerce em um lugar não é a mesma em outros lugares, liberando parcialmente parcelas do território destas ações. (OLIVEIRA, 2001 p. 191)

Para melhor compreensão da ação do movimento social na Amazônia, é importante considerar as contribuições de Paula e Silva, (2008). Eles afirmam que [...] o sindicalismo rural liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passam a ter um papel crucial, tanto na parte oriental quanto na ocidental, em especial no Pará e Acre, respectivamente. O sindicato como forma de organização política e o Estatuto da Terra como referência jurídica legal para resolução dos conflitos fundiários, acabariam “forçando por baixo” a contra-face da homogeneização impulsionada “de cima” pelo capital. (Paula e Silva, 2008 p. 106).

Deve-se lembrar que a sua complexidade e diversidade foi consideravelmente acentuada com o fluxo de migração dirigida pelo Estado brasileiro no pós 1970, via criação de projetos de colonização na região amazônica, que atraiu uma grande quantidade de famílias de migrantes expropriados da terra no Centro-Sul. [...] É nessa perspectiva que se deve problematizar a trajetória do sindicalismo rural na Amazônia brasileira, um dos movimentos mais expressivos e emblemáticos da luta de resistência pela terra entre os anos de 1970/80. (PAULA e SILVA, 2008 p. 107).

Oliveira (2001, p.191) é categórico ao afirmar que desta pressão e contrapressão, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um movimento camponês que faz a travessia do terceiro milênio. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarianização urbana ou rural. Resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. É um movimento que articula simultaneamente a especialização da luta, combinando-a contraditoriamente com territorialização deste próprio movimento nos assentamentos. O Movimento dos Sem Terra - MST, com esta componente nova em sua organização, nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da Lei da Reforma Agrária.

Quando ocorreu sua formação na década de 80, o lema era Terra para quem nela trabalha (1979/83), quando começou a enfrentar resistência ao acesso a terra, um novo lema surgiu: Terra não se ganha, terra se conquista (1984), ao se fortalecer e avançar e perceber que o primeiro Plano de Reforma Agrária não estava sendo implementado no Governo Sarney, os lemas passaram a ser: Sem Reforma Agrária não há democracia (1986) e Reforma Agrária Já (1985/86). Com o aumento da violência o lema passou a ser: Ocupação é única solução (1986), Enquanto o Latifúndio quer guerra, nós queremos terra (1986/87), e por ocasião da Constituinte, Reforma Agrária: na lei ou na marra (1988) e Ocupar, Resistir, Produzir (1989). (OLIVEIRA, 2001 p. 192)

Ainda segundo Oliveira (2001), a resposta do governo de FHC ao incremento dos conflitos foi o aumento da repressão policial. São os casos do massacre de Corumbiara, em Rondônia e Eldorado do Carajás, no Pará. A pressão feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC a ampliar os assentamentos. Tal fato mostra que a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo a necessidade de resposta à pressão social.

O juízo de valor que os exploradores, representado pelos fazendeiros, empresas nacionais e multinacionais, fazem destas populações é de que são pobres coitados que se contentam com migalhas, ou, o que é pior, em muitos casos são ludibriados e expulsos de suas posses, do seu habitat natural que vive há anos, que passam de geração a geração, para se transformar em pastagens, em grandes fazendas de gado de corte. Não são aproveitados nem como mão-de-obra barata. Geralmente a mão-de-obra das grandes fazendas é importada de estados com mais tempo de experiência no trabalho com a pecuária. (OLIVEIRA, 2001 p. 198)

A partir de meados dos anos 80, diante de tantas notícias de desmatamento na Amazônia, começou a surgir um outro de tipo de movimento além do movimento sindical. Surge o movimento ambientalista, ligado principalmente as questões sociais, e ambientais. Recentemente reconhecido e indetificado como Socioambientalismo.

O surgimento do socioambientalismo pode ser identificado com o processo histórico de redemocratização do país, iniciado com o fim do regime militar, em 1984, e consolidado com a promulgação da nova Constituição, em 1988, e a realização de eleições presidenciais diretas, em 1989. Fortaleceu-se – como o ambientalismo em geral nos anos 90, principalmente depois da realização da ECO-92 (a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro), quando os conceitos

socioambientais passaram, claramente, a influenciar a edição de normas legais. (SANTILLI, 2005 p. 31)

Na Amazônia brasileira, segundo Santilli (2005 p. 31), a articulação entre povos indígenas e populações tradicionais, com o apoio de aliados nacionais e internacionais, levou ao surgimento da “Aliança dos Povos da Floresta”: um dos marcos do socioambientalismo.

O socioambientalismo foi construído a partir da idéia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais. (SANTILLI, 2005 p. 34)

A “Aliança dos Povos da Floresta” defendia o modo de vida das populações tradicionais amazônicas, cuja continuidade dependia da conservação da floresta, e estava ameaçada pelo desmatamento e a exploração predatória de seus recursos naturais, impulsionada principalmente pela abertura de grandes rodovias (Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, Cuiabá-Santarém) e pela abertura de pastagens destinadas às grandes fazendas de agropecuária, e a conseqüente migração de milhares de colonos e agricultores para a região amazônica. (SANTILLI, 2005 p. 32)

O modelo predatório de exploração de recursos naturais colocava em risco a sobrevivência física e cultural das populações tradicionais da Amazônia – principalmente índios e seringueiros, liderados por Chico Mendes, seringueiro e militante sindical, criador do Conselho Nacional dos Seringueiros. [...] O extrativismo foi “redescoberto como uma atividade não predatória, uma possível via de valorização econômica da Amazônia, e passou a ser exaltado como alternativa ao impacto ambiental devastador provocado pelos projetos desenvolvimentistas. (SANTILLI, 2005 p. 32)

A proposta de criação de reservas extrativistas – desenvolvida pelo movimento social dos seringueiros visando promover o casamento entre conservação ambiental e

reforma agrária – passou a ser considerada por cientistas e formuladores de políticas públicas como uma via de desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo para a Amazônia. [...] As reservas extrativistas se baseavam, essencialmente, na idéia de que a reforma agrária na Amazônia deveria seguir um modelo que levasse em consideração a enorme diversidade cultural e biológica da região, já que o modelo tradicional de assentamento do INCRA era inadequado. (SANTILLI, 2005 p. 33)

Dentro deste contexto, deve-se salientar a importância do estudo feito por Paula e Silva (2008 p. 108), que sem dúvida nos levam a informações mais precisas sobre este assunto. Eles trazem um dado novo que é o processo de construção do socioambientalismo, sobre a “harmonia”, ou seja, o casamento entre os dois movimentos, colocados por outros autores.

Para eles, a importância da liderança de Chico Mendes nesse movimento nucleado em Xapuri deve-se, sobretudo, à sua formidável capacidade de fazer as conexões entre o particular e o geral. Nesse processo, tão importante quanto o seu resultado imediato – a crítica ao modelo de modernização pautado na destruição da floresta e a elaboração da proposta de Reservas Extrativistas como alternativa a ele – foi a difícil construção de diálogos entre atores sociais e interlocutores diversos. Ao contrário do que se afirma correntemente, o encontro entre a luta de resistência dos seringueiros com organizações e movimentos ambientalistas não se deu de forma tão “harmônica”. [...] Apesar da concordância entre esses diversos atores sociais em torno de um objetivo comum – impedir a devastação da floresta amazônica – existiam (existem) enormes polêmicas quanto ao destino que deveria ser dado à região. Para aquelas organizações e movimentos ambientalistas inspiradas no antropocentrismo, dever-se-ia pensar formas de uso compatíveis com a conservação do meio ambiente; para as de inspiração ortodoxa, o fundamental era preservar o ambiente natural.

Logo, não há uma aproximação automática com os “ambientalistas” quando se trata de pensar as alternativas. Imaginemos, portanto, Chico Mendes buscando aliados nesse “ambiente político”! Do mesmo modo, transitar no interior do sindicalismo e de organizações partidárias de esquerda, como fazia Chico Mendes, com idéias consideradas “ambientalistas”, também não era fácil. (PAULA E SILVA, 2008 p. 108)

Já para Diegues (1994) a grande destruição da floresta amazônica, seja pela destruição dos seringais, seja pela construção de barragens, deu origem ao que foi denominado anteriormente de ecologismo social [...], esses lutam para manter o acesso aos

recursos naturais de seus territórios, valoriza o extrativismo, os sistemas de produção baseado em tecnologias alternativas.

Estes são representados, pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens, pelo Movimento dos Pescadores Artesanais e pelos Movimentos Indígenas. Para essas entidades o significado do social e do ambiental tem como objetivo refletir sobre a função dos parques nacionais e das reservas, de forma que inclua suas populações nativas. (DIEGUES, 1994 p. 111)

O autor também destaca uma questão que expressa de forma muito concreta a realidade vivida por essas pessoas: “Apesar de seu grande conhecimento dos ecossistemas que contribuíram na conservação, de seus sistemas de manejo da flora e fauna, essas populações foram duramente atingidas. A ameaça sobre as formas de apropriação comunitária vem da expansão da grande propriedade rural voltada para a agropecuária, das grandes empresas mineradoras, de políticas públicas, e dos grandes projetos. [...] Também as populações extrativistas foram as que mais sofreram com esse processo. Com o aumento de preço da terra em áreas em que o Governo criou infra-estrutura viária, cerca de 10.000 famílias de seringueiros foram obrigados a migrar para as favelas ou mesmo para a Bolívia entre 1970 e 1975. (DIEGUES, 1994 p. 119)

A devastação florestal foi imensa, atingindo seringueiras, castanheiras e outras espécies das quais dependiam os extrativistas. Muita madeira foi retirada sem nenhum estudo de impacto ambiental, muitos castanhais, bem como centenas de estrada foram vendidos aos novos empresários que vinham do sul e esses expulsaram os extrativistas, usando freqüentemente a violência. (DIEGUES, 1994 p. 120).

No começo dos anos de 1980, tornavam-se mais visíveis as imagens da produção destrutiva resultante da expansão capitalista para a Amazônia. O conjunto de políticas implementadas pela ditadura militar no sentido de “integrar” a Amazônia ao “desenvolvimento” do país, mormente àquelas voltadas para implementação de grandes projetos na área de mineração e siderurgia, pecuária extensiva de corte, exploração florestal madeireira e toda implantação de infra-estrutura a eles associados, como energia, transporte e comunicação, produziram, em pouco mais de uma década, impactos brutais sobre a vida das populações locais e o meio ambiente em geral. (PAULA e SILVA, 2008 p. 106)

Percebe-se que a ação dos grandes projetos [...] tiveram impactos devastadores sobre os modos de vida das comunidades locais, e para amenizar os desastres ecológicos, causados pelos grandes programas governamentais como o Programa de Integração Nacional e tantos outros e para atender a exigência do Banco Mundial, o governo iniciou a previsão de uma série de unidades de conservação ambiental, parques e as reservas.

Em ambos os projetos não se levou em conta as populações tradicionais e seus modos de vida como o ocorrido com as populações negras antigas do Rio Trombetas, no Pará. Remanescentes de antigos quilombos, com direitos garantidos pela Constituição, esses habitantes que utilizavam espaços e recursos de forma comunitária foram expulsos de seu território ou tiveram suas atividades tradicionais duramente restringidas. Em suas terras se implantaram mineradoras (Alcoa), a hidroelétrica de Trombetas, e por fim, duas áreas protegidas: a Estação Ecológica de Trombetas (1979) e a Floresta Nacional de Saracá-Taquara (1989). (ACEVEDO & CASTRO, 1993 apud DIEGUES, 1994 p. 120 e 121)

Ainda segundo Diegues (1994 p. 124), o grande número de modos de vidas tradicionais existentes na Amazônia, com seus sistemas correspondentes de apropriação comum dos recursos, foi irremediavelmente desorganizado pelas agressões provenientes da especulação imobiliária e pela expulsão dos comunitários das áreas naturais protegidas. Mas recentemente, sobretudo após a volta à democracia em 1984, assiste-se a uma oposição das populações locais a sua expulsão de seus territórios ancestrais. Essa reação tem como causas a reorganização da sociedade civil, através de um grande número de movimentos sociais, o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo, de organizações não-governamentais e um conjunto de alianças que incluem também uma parte do movimento ecológico tanto nacional quanto internacional.

De acordo com o Diegues (1994 p. 124 a 132), esses movimentos são:

- **Movimentos Locais Espontâneos** – são experiências de resistência organizações de pequenos produtores extrativistas locais na defesa de seu território tradicional;
- **Movimentos Locais com Alianças Incipiente com ONGs, Diegues** destaca o Movimento dos Vargeiros de Mamirauá-Amazonas;
- **Movimento dos Ex-quilombos Negros do Trombetas** – As populações locais, espalhadas pelas margens dos rios foram duplamente destituídas;
- **Movimentos locais com Inserção em Movimentos Sociais Amplos: as Reservas Extrativistas** - O mais conhecido nacional e internacionalmente é

o movimento nacional dos seringueiros. Esse movimento iniciado na década de 70, quando se aguçou o conflito de terras no Acre, organizou os primeiros “empates” pelos quais os seringueiros organizados se antepunham as máquinas que derrubavam a floresta e ameaçavam seu modo de vida.

Aqui merece destaque ao Movimento Nacional dos Seringueiros, que de acordo com Paula e Silva, (2008, p.108) resultou num movimento com uma grande repercussão nacional e internacional:

A formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) ocorre nesse contexto. [...] é interpretada em linhas gerais como fenômeno social mais amplo que marca a emergência de outros movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, percebem a origem do CNS como uma organização de novo tipo. Valendo-se da experiência de Xapuri, o CNS teria como objetivo constituir no território amazônico vínculos identitários políticos entre os seringueiros e outras categorias de trabalhadores extrativistas e alargar suas alianças políticas com outros segmentos emergentes da Amazônia.

Para Paula e Silva (2008), os inúmeros “empates” realizados na década de 1980 em Xapuri, produziram como um de seus resultados a formação de uma identidade política dos seringueiros. Em síntese, ela expressa a oposição aos fazendeiros e afirmação de direitos e valorização do seringueiro como “protetor” da floresta.

O Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS -, estabelecido em 1985, tinha como estratégia a criação de “reservas extrativistas”. Partindo de um movimento pela posse efetiva da terra e do modo de vida tradicional, passou a contar com o apoio de grupos ambientalistas e organizações não-governamentais nacionais e internacionais. Em 1986 foi criada a Aliança dos Povos da Floresta que englobava também as populações indígenas. O Movimento dos Seringueiros, apesar da reação organizada dos latifundiários da UDR (União Democrática Rural), se expandiu não só no Acre, onde já em 1980, cerca de 60% dos municípios tinham organizações de seringueiros, mas para outros estados, como Amapá, Rondônia, Amazonas abrangendo 10 assentamentos extrativistas, 4 reservas extrativistas, cobrindo 3.052.527 ha e beneficiando cerca de 9.000 famílias. A região amazônica, como diz Diegues;

Constitui-se hoje na área de maior conflito entre populações nativas e unidades de conservação no Brasil, onde ocorre uma verdadeira expropriação dos espaços naturais tradicionalmente utilizados pela população local, tanto pela implantação de grandes projetos de mineração,

quanto de áreas naturais protegidas. [...] freqüentemente como resultado de “políticas públicas” do Governo Militar que, no final dos anos 70, visavam à organização dos chamados “pólos de desenvolvimento” baseado na mineração. (DIEGUES, 1994 p. 133)

Segundo Diegues (1994 p. 134), em 1975, quando foi criado o primeiro sindicato rural em Brasiléia (Acre), num dos centros de grande densidade de seringais, a reação dos novos proprietários foi violenta, houve muitos casos de queima de casas de seringueiros e assassinatos de seus líderes.

A criação das reservas se baseia na organização local dos seringueiros e em programas de educação, saúde, cooperativismo, comercialização, pesquisa de sistemas alternativos de manejo da floresta. As “reservas extrativistas” ganharam notoriedade internacional mais ampla, depois do assassinato do líder Chico Mendes, em 1988. A primeira foi oficialmente criada em 1988, como Projeto de Assentamento Extrativista, parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do INCRA (portaria n. 627/INCRA), passando em 1990 a fazer parte das Unidades de Conservação de responsabilidade do IBAMA (Decreto Governamental n. 98897). (DIEGUES, 1994 p.135).

Percebe-se com isto, que através da mobilização social, da conscientização de suas lideranças e da educação, é possível criar e recriar valores de solidariedade humana, fundamentais para a continuidade do processo produtivo. Os freqüentes encontros dos líderes do Conselho Nacional com os seringueiros em várias regiões da Amazônia auxiliam na organização de associações que vão naturalmente propor novas reservas.

Com a inserção do tema meio ambiente nas reuniões dos STRs, o movimento dos trabalhadores (as) rurais da Amazônia adquiriu o redirecionamento de suas ações, principalmente quanto aos aspectos voltados para o desenvolvimento sustentável da região. Com isto, a agricultura familiar atravessa o momento de readequação das políticas públicas no sentido de garantir a articulação da produção e da preservação do meio ambiente. Na Amazônia, o foco não pode ser somente a agricultura familiar mais, sobretudo a agregação de valor aos recursos naturais como um todo, podendo com isto, torná-la viáveis e rentáveis, pautadas objetivando a geração de trabalho e renda, a fim de estimular a permanência do pequeno produtor no campo.

Para isso, Singer (2001), aponta como alternativa estratégica a geração de renda a Economia Solidária, e diz que,

a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção. [...] Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns

anos, dar a muitos, [...] a oportunidade de se reintegrar a produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 2001 p. 109)

Nesse sentido os diversos “Gritos da Terra” acontecidos na Amazônia, foram estratégicos, pois era o principal evento da agenda do movimento sindical rural amazônico. É importante ressaltar que com exceção do Acre, o Grito da Terra ainda hoje reúne centenas de trabalhadores (as) rurais de todos os Estados da Amazônia legal. Este mesmo Grito que nasceu na Amazônia, ecoou por todo Brasil e hoje é conhecido como “O Grito da Terra Brasil”. Por sua importância, esse evento se transformou num espaço permanente de negociação das políticas agrárias, voltadas para a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, na perspectiva da qualidade de vida da população rural.

É neste espaço de luta que nasce o Proambiente, distribuídos nos nove estados da Amazônia legal: parte do estado do Maranhão, Pará, Tocantins, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Acre, conforme a figura 1, abaixo:

Figura 1 - Estados que compõem a Amazônia Legal



Fonte: < www.proambiente.cnpemembrapa.br/images/polos.jpg > (acesso em 29.06.2009) com edições.

1.4 Os Movimentos Sociais e a Luta por políticas Públicas no Acre

Nesta unidade, faremos algumas considerações acerca de fatos ocorridos, o papel exercido pelo movimento sindical urbano e rural, bem como, a contribuição das ONG's na

construção de um novo cenário político na perspectiva e garantia de políticas públicas de inclusão econômica socioambientais no Estado do Acre.

É importante ressaltar alguns fatos relevantes acontecidos na história do Acre, a partir da década de 80, tempo em que o movimento sindical organizado fazia uso dos instrumentos legais de mobilização social como: as greves, os gritos da terra, marcha das margaridas, atos públicos etc.. Estes instrumentos traziam à tona, através de denúncias das ilegalidades e a visível falta de comprometimento do grupo político, que se encontravam no poder (Flávio Melo, Nabor Junior, Orleir Cameli, e muitos outros). Os sindicatos de forma geral eram uma referência e um espaço de representação dos interesses dos trabalhadores urbanos e rurais.

É importante enfatizar que na história do Acre, a população rural sempre ficou a mercê das políticas públicas que possam plenamente garantir a implementação de uma política de desenvolvimento regional realmente sustentável. Como vimos em capítulos anteriores, a luta pela terra travada pelos movimentos sociais, através das populações rurais, tem sido uma forma de garantir novos parâmetros para suas condições de permanecer na terra, e ganhar condições de vidas com maior dignidade. Neste sentido, muitos programas e propostas hoje operacionalizadas têm nascido deste ambiente de luta e resistência desta população.

Diversos autores escrevem sobre a Amazônia e costumam usar vários termos para definir o homem ou a mulher que vive no campo ou na floresta. Silva (2004) usa o termo camponês, neste sentido o autor nos traz uma contribuição importante acerca desta questão. Ele vai dizer que:

o camponês na amazonia-acreana, se por um lado não são capitalistas, mas detém o domínio da terra como meio de produção vital, por outro, não são proletários, mas sofrem a opressão e exploração das classes dominantes. Isso os coloca estruturalmente na sociedade como sujeitos sociais que, do ponto de vista produtivo, tem seu lugar indefinido. Seus espaços são ambientes vivenciais, nutridos por concepções de valores que se formaram ao longo dos mais de cem anos de convívio com a realidade florestal amazônica [...] vê-los como classe, mas sob as diversidades que se apresentam, é reforçar suas condições como principal força-de-trabalho produtora do espaço geográfico a amazonia-acreana. Com isso, podemos então aprender a questão do camponês florestal [...] esse sujeito social que se principia numa identidade projetada da floresta, é visto também numa relação que enraíza a formação das cidades, povoados e áreas de agricultáveis que vão se consolidando no plano espaço/temporal. [...] A auto identificação parcial deste camponês reflete que existe uma

diversidade interna que é produto da localização espacial e temporal em que foram geradas tais identidades camponesas: dos seringueiros – migrantes nordestinos que habitavam as florestas sob avanços e recuos do capital mercantil industrial desde o final do século XIX, tornando-se camponeses amazônicos sob práticas agroextrativistas; e dos colonos especialmente de migrantes centro-sulistas que chegam no contexto recente do avanço da fronteira brasileira na Amazônia, como trabalhadores em atividades agropecuárias. (SILVA, 2004 p. 106 e 107)

No entanto, para um melhor entendimento do termo, o movimento sindical costuma chamar de trabalhador rural.

É interessante observar que grande parte desses sujeitos foram contemplados com terras nos projetos de assentamento do INCRA no Acre. Os dados⁵ mostram que ao todo já são 146 projetos de assentamento com 31.016 famílias assentadas. Os números revelam um avanço na quantidade de assentamentos sem nenhum avanço nos resultados econômicos, sociais e ambientais.

De modo geral os projetos de assentamento carecem de serviços básicos, de infraestrutura física, de informação, de capital social e de capacidade empreendedora. Estas insuficiências resultam geralmente no fracasso do assentado e na reconcentração da terra. A ausência de um modelo de desenvolvimento, onde o indivíduo tenha acesso as políticas públicas básicas nos remete as idéias de Amartya Sen (2000), onde ele diz o seguinte,

os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. As pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada à oportunidade - na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção. (SEN, 2000 p. 71)

O Movimento sindical dos trabalhadores (as) rurais no Acre tem início em 1975, com a instalação da Delegacia Regional da CONTAG. A partir desta data, inicia o processo de organização dos trabalhadores rurais e a criação dos sindicatos. Os primeiros sindicatos a serem criados foram o STR de Sena Madureira e o de Brasília. A partir da década de 70, ocorreram varias manifestações de empates nos municípios acreanos. Os empates era a

⁵ Fonte: INCRA/SIPRA/2010

união de seringueiros, posseiros, ribeirinhos, colonos, unidos no combate aos fazendeiros e madeireiros na luta em defesa da terra e da floresta. Esses eram chamados de paulista, geralmente representados pela União Democrática Ruralista – UDR. A conjuntura política do momento fora marcada pelo avanço da UDR, tendo como consequência os assassinatos de varias lideranças como: Ivair Higino, Wilson Pinheiro e Chico Mendes em 1988. Deve-se ressaltar que tais fatos poderiam não ter ocorrido se não fosse a ausência e a própria omissão do Estado. Naquele momento a luta pela terra e a manutenção das florestas, significava a garantia de continuidade do trabalho, através das estradas de seringa. Esta era a alternativa encontrada pelos seringueiros para garantir a sua sobrevivência.

Na visão de Paula (2003 p. 118),

o novo sindicalismo acaba, sob esse contexto modificado, reordenando sua pauta de reivindicações e suas formas de luta. Solução para os conflitos de terras via desapropriações para fins de regularização de posse e uso na forma de reservas extrativistas e/ou assentamento, dotação de infra-estrutura social e produtiva nas áreas reformadas e criação de políticas públicas diferenciadas para lidar com as demandas dos seringueiros e colonos passam a se constituir nos eixos fundamentais dessa pauta. Os “empates” e os acampamentos no INCRA passam a representar as principais formas de mobilização coletiva e de luta sindical no Acre.

Neste contexto, a década de 80 foi marcada pela criação e organização de diversas entidades na área urbana, as que mais se destacaram foram a Central Única dos Trabalhadores - CUT, Sindicato dos Bancários do Acre, Associação dos Professores do Acre - ASPAC, Sindicato dos Urbanitários do Acre. No mesmo período foram surgindo algumas ONG's como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, Conselho Nacional dos seringueiros - CNS, Grupo de Trabalho Amazônico - GTA, Centro de Trabalho Amazônico – CTA, o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre – CDHEP, SOS Amazônia, Rende Acreana de Mulheres em Homens - RAMH e o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistema Agro florestais - PESACRE.

É certo que o papel exercido pelas ONG's é mais de caráter técnico, com objetivos bem diferentes dos do MSTR. Primeiro por que a maioria destas organizações sobrevive de pequenos projetos, cujo público são: os seringueiros, trabalhadores(as), mulheres, juventude e etc., que geralmente são financiados com recursos de ONG's internacionais. Os relatórios resultados desses projetos serviram mais para municiar de informações essas organizações que pregam a capacitação, a sensibilização das populações locais como uma

estratégia para se apropriarem de informações sobre a Amazônia. Isto se confirma, quando percebemos que organizações como USAID, GTZ, Fund. FORD e tantas outras, têm mais informações, elaborações e produções que muitas pessoas que moram no Acre.

Segundo Camely (2009 p. 104), em sua tese de Doutorado, afirma que, a ONG é constituída para atender em primeiro lugar os interesses que aparecem como globais, universais e não de uma classe. No entanto não se pode negar a eficiência do trabalho exercido por estas organizações.

Para isso, Camely (2009) diz o seguinte,

o ONGuismo soube transformar a luta pela terra dos seringueiros do Acre na luta pela preservação do meio-ambiente, os “grandes sujeitos” do processo da luta se transformam nos “micro sujeitos” que o ambientalismo ONGueiro elevou à categoria dos salvadores do planeta e “guardiões da floresta”. (CAMELY, 2009 p. 198)

Naquele contexto, na ânsia de mudanças concretas, não se questionava o papel exercido pelas ONG's. O objetivo era buscar a unidade em todos os segmentos da sociedade civil (considerados progressistas), em torno de um único propósito: mudar os governantes do estado do Acre, a fim de minimizar as desigualdades sociais. Assim, todos eram considerados movimento social e que sem sombra de dúvidas tiveram um papel decisivo para o processo de mudança ocorrido nos últimos anos.

Segundo Camely (2009 p. 195), numa citação de SCHERER-WARREN (2001), procura esclarecer melhor o papel das ONG's, caracterizando-os como os novos movimentos sociais. Para ela,

(...) o fato de uma ONG ser partícipe de uma rede de movimento e ter uma identidade própria não significa ser vanguardista ou pretender ser protagonista exclusiva. Significa, sim, ser um elo de um tecido social movimentista que vem se formando no seio da sociedade civil. Significa, sim, ser um dos atores em torno de uma nova concepção de movimento social (enquanto rede) e de uma ação política mais democrática, mais horizontal e mais pluralista, em consonância com uma nova ética política, transnacional, que vem sendo gestada. (SCHERER-WARREN 2001, p. 179),

Deve-se salientar que historicamente, o movimento sindical rural pode ser caracterizado pelas grandes manifestações do “Grito da Terra”. O Primeiro Grito do Campo, (assim era chamado) ocorreu em 1991, no Estado do Pará, o objetivo principal era

a democratização do FNO. O Acre participou do Segundo Grito do Campo em 1992, visando à liberação do FNO para os pequenos produtores (as) rurais. Em 1993, numa ação articulada das FETAG's e a UNI da Amazônia, realizaram o I Grito dos Povos da Amazônia por Cidadania e Desenvolvimento, principalmente o Crédito e melhoria na infraestrutura do setor produtivo.

A articulação com os demais estados da Amazônia foi de fundamental importância para a ampliação desta manifestação. Com muito êxito, esse movimento se expandiu por toda a Amazônia e não demorou muito para tomar conta do Brasil. Em 1994 ocorreu o I Grito da Terra Brasil, com a participação de vários estados brasileiros, concentrando em torno de duas mil e quinhentos trabalhadores (as) em Brasília. O Grito dos trabalhadores rurais da Amazônia, hoje, é conhecido como “O Grito da Terra Brasil”. (FETACRE, 2003 s.n.t)

Este movimento é contemporâneo e possui um caráter tanto político, como social e econômico. É propositivo e ao mesmo tempo reivindicatório. Por essa razão, era considerado como uma espécie de data-base⁶ dos agricultores familiares, dos Ribeirinhos, dos seringueiros, dos extrativistas, dos indígenas, e dos trabalhadores assalariados (as) rurais Acrianos.

Funciona como espaço permanente de negociação e proposição das políticas públicas voltadas para área rural, com o foco voltado para a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar na perspectiva do trabalho, da renda e da cidadania. É o momento em que todos os trabalhadores (as) do Brasil se unem com objetivo de reivindicarem seus direitos. É um espaço de protesto contra as políticas econômicas e sociais impostas pelos governos, sem a participação da sociedade civil. É um espaço de denúncia da violência e da impunidade que acontece no campo e de afirmação de um modelo de desenvolvimento centrado na liberdade de oportunidade, no respeito às diferenças, no acesso as políticas públicas.

Os indicadores e as práticas têm mostrado que a solução dos problemas esta em priorizar investimento no setor produtivo. Se não há produção, como pode haver melhoria de vida? Neste sentido, as bases que norteiam os projetos de desenvolvimento adotados até os dias atuais, precisam ser repensadas ou reelaboradas.

Diante de tal necessidade, é importante refletir sobre o que Paula (1991), nos diz:

ele analisa o surgimento e evolução do sindicalismo acreano sobrepujando as meras determinações estruturais vigente e indo além das simples

⁶ Momento legal em que os trabalhadores negociam seus direitos através de seus sindicatos. Convenção coletiva de trabalho.

aparências explicativas. Parte do princípio de que as lutas dos trabalhadores, não podem ser compreendidas levando em conta somente as mudanças estruturais ocorridas na década de 1970, mas sim considerando o grau de consciência dos atores desse movimento social no campo enquanto sujeitos da história, que ao longo de sua trajetória encontraram, em períodos distintos, muitas maneiras de resistência contra o regime de exploração e dominação a que estavam submetidos. (PAULA, 1991 s.n.t)

Mesmo com os avanços, os trabalhadores rurais continuam reivindicando junto aos órgãos constituídos suas pautas estratégicas, que historicamente se resume em torno das principais políticas: Reforma Agrária, Crédito Rural, Políticas Agrícola, Infra-estrutura, Educação, saúde, comercialização da borracha, estradas e ramais, eletrificação rural, transporte fluvial, comunicação rural, Políticas Ambientais e Programas Especiais de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programas Especiais de fortalecimento do Extrativismo na perspectiva do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

É importante salientar que se existe hoje algum avanço nesta área é graças à luta do movimento social, especialmente dos STR's. Podemos destacar algumas conquistas desse movimento como: a desapropriação de diversas áreas, para projetos de assentamento e reservas extrativistas, beneficiando centenas de famílias. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o aumento desses recursos, que de R\$-200 milhões em 1995, passou para 3,4 bilhões em 1999. (lembrando que este recurso é para todo Brasil). (FETACRE, 2000 s.n.t)

Ao longo da história, esse movimento passou por importantes transformações, mantendo-se atualizado frente às novas demandas e à dinâmica da correlação de forças, entre o capital e o trabalho, fruto das mudanças políticas, econômicas e sócio-culturais, pelas quais, o Estado vem atravessando. Entretanto, seu caráter de massa, propositivo e, ao mesmo tempo, de denúncia, não foi alterado. É importante ressaltar que no Acre deste 2004 que não acontece o Grito da Terra Brasil. Diante de uma história de sindicato tão combativos, tal comportamento é preocupante. O que deixa transparecer que: os trabalhadores estão extremamente satisfeitos com os projetos implementados pela atual equipe de governo e ou os trabalhadores se sentem parte do projeto de governo, por isso estão de braços cruzados, esperando que o governo decida ao seu bem querer. As duas hipóteses, com certeza parece ser um grande equívoco.

É importante salientar que após anos de ditadura militar, diversos setores sociais passaram a expressar publicamente sua indignação e a exigir cidadania em todas as suas dimensões. É importante lembrar que o Acre vivia sob a batuta de governos conservadores,

totalmente descomprometidos com o desenvolvimento do estado, onde se evidenciava projetos pessoais em detrimento de projetos coletivos, como saneamento básico, educação etc. Os gestores, parlamentares, ganhavam seus gordos salários e investiam fora do Acre, muito pouco ou quase nada era investido na região. Deve-se registrar que alguns senadores nunca tiveram residência fixa no Estado do Acre, ou seja, não acreditavam no potencial desse lugar. Quando vinham ao Acre, prevalecia a prática do clientelismo e do assistencialismo político, como uma forma de se perpetuarem no poder.

Durante a década de 90, pela primeira vez na história dos movimentos sociais acriano houve uma união do campo e da cidade. Os trabalhadores rurais e urbanos unidos numa Greve Geral⁷ foram para as ruas denunciar a exploração, a corrupção, os desmandos administrativos, e exigir democracia, respeito com os acrianos e as políticas necessárias para uma melhor qualidade de vida. Esse movimento organizado de trabalhadores (as) foi decisivo para tirar do poder, as forças conservadoras, defensores da política desenvolvimentista imposta pelo Imperialismo, que de acordo com Fiori (1995 p. 52) foi marcado pela concentração e centralização, cujas características principais residiriam na ampliação do papel econômico desempenhado pelo Estado na regulação e condução da acumulação do capital.

Já final da década de 90, o movimento sindical no Acre vive um processo de organização e amadurecimento político significativo, eram fortes e representativos. É importante ressaltar que a luta dos sindicatos foi decisivo para o processo de mudança do governo e convergiam para o combate a exploração, as desigualdades sociais e o caminho que levava a uma sociedade mais democrática. As mudanças nas políticas de governo eram necessárias. Os movimentos sociais juntamente com os partidos políticos de esquerda iniciaram a discussão em torno de um projeto de desenvolvimento para o Acre.

Um fato relevante que contribuiu para o processo de mudança foi em 1988 quando o PT elegera seu primeiro parlamentar em Rio Branco, Marina Silva vereadora, campeã de votos naquela ocasião. Uma nova página se abria na história dos acrianos (as), onde os sonhos e a esperanças estava no olhar de cada militante.

Diante do contexto, surge o nome do Jorge Viana para discussão; que convencido de seu potencial de liderar, iniciou uma agenda de visita aos sindicatos, ONGs e lideranças comprometidas com o processo de mudança. Essas visitas giravam em torno da discussão

⁷ A Greve Geral culminou com um quebra-quebra do Banacre e a prisão de muitas lideranças, dentre elas o Sergio Tabuada.

de um Projeto Alternativo de desenvolvimento para o Acre. Também tinha como objetivo, o apoio do movimento social de seu nome para representar este Projeto, numa demonstração de compromisso com a democracia, tão pouco exercida nos últimos anos. A estratégia naquele momento era ganhar a eleição no município de Rio Branco.

O Estado do Acre vivia momentos de grandes discussões e manifestações políticas. Foi preciso muitas greves, passeatas, denúncias através de panfletagens, e etc.. Destaca-se a grande contribuição, do jornal intitulado “O Manifesto” do Sindicato dos Bancários do Acre, os carros volantes nos bairros, denunciando à corrupção, a ingerência política, a exploração dos trabalhadores (as), a falta de democracia e os desmandos com o dinheiro público. Estas foram à mola propulsora das mudanças.

Em 1990, a criação do arco de alianças que se denominou “Frente Popular do Acre”, composta principalmente por partidos considerados de esquerda como o Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido Comunista do Brasil - PC do B. Logo depois os progressistas: Partido Socialista Brasileiro - PSB, Partido Verde - PV, Partido Trabalhista do Brasil - PT do B. Essa frente elegeu uma bancada de três deputados estaduais, Marina Silva e Nilson Mourão pelo PT e Sergio Tabuada pelo PCdoB. A atuação dos três parlamentares por um lado, contribuiu para a moralização da assembleia legislativa, que época tinha como líderes Manoel Machado, Chico Sombra e muitos outros, por outro, se ampliava a possibilidade de disputa de um novo projeto para o Acre.

O objetivo principal das lutas era mudar o cenário político do Acre. Para isso era preciso construir um nome, capaz de concorrer com o grupo de políticos que se encontravam no poder do estado há mais de 20 anos. Estes vinham causando uma grande insegurança para a população. O Acre vivia em estado de terror. Isto se confirma pelas grandes catástrofes vivenciadas pela população como: o incêndio da Assembleia Legislativa, o assassinato do Governador Edmundo Pinto (nunca descobriram o verdadeiro assassino), o esquadrão da morte, fechamento do Banacre (que deixou centenas de famílias desempregadas), desrespeito ao funcionalismo público (pelo não pagamento dos salários por mais de 5 meses), corrupção exacerbada e a omissão por parte dos gestores na época, pelo tombamento de vários companheiros como Evair Higino, Wilson Pinheiro, Chico Mendes dentre outros etc.).

A primeira vitória marcante para o Executivo ocorreu em 1992 com Jorge Viana eleito prefeito de Rio Branco, por uma diferença de pouco mais de três mil votos do segundo colocado, Mauri Sérgio.

O Trabalho de Jorge na Prefeitura de Rio Branco transformou-o numa grande liderança política dos últimos tempos, mesmo sem eleger o seu sucessor, Marcos Afonso.

A Frente Popular do Acre é ampliada com a criação de micros partidos como PMN, PSDC, PPS, PT do B e a mudança da sigla de alguns outros partidos como o PP (antiga ARENA/PDS), que de forma oportuna justificava sua entrada na Frente Popular do Acre.

A criação da Frente Popular e o reconhecimento da população pelo empenho de Jorge com as mudanças necessárias para uma vida melhor, deram a ele uma das maiores vitórias num cenário político ainda mais elevado.

Em 1998 após dois anos de preparação o PT e a FPA lançam Jorge Viana para governo do estado. Após um longo debate interno Tião Viana foi indicado como o nome de consenso do partido para o senado. Mesmo com o estatuto da reeleição o então governador, [...] A vitória de Jorge Viana no primeiro turno revelara a consolidação do PT como partido hegemônico do Acre e Jorge Viana como a maior liderança. Feito mais insofismável com a eleição de Tião Viana para o senado, com uma indiscutível vitória sobre Flaviano. (NEPOMUCENO, 2008 s.n.t) < www.ptac.org.br > (acesso em 12.09.2009).

A partir deste período, começa um novo período na história do Acre, com mudanças significativas e necessárias. Deve-se ressaltar que a composição da equipe de governo teve que contemplar e atender os interesses dos partidos que formavam a nova aliança política. Essa ampla aliança não permitiu mudanças estruturais, e o Movimento Social protagonistas dessa mudança, começou a sentir a sensação de exclusão de um projeto construído a muitas mãos. Muitos militantes ficaram de fora, cedendo lugar para filhos, sobrinhos de muitos que sempre foram contrario a qualquer iniciativa de mudança. Hoje, esses são considerados petistas autênticos.

É nesse contexto, que as idéias de Marx, responde com clareza as problemáticas bem contemporâneas, o que possibilita o entendimento de muitas mudanças e conflitos sociais existentes. Neste sentido é que SOUZA (1999 p. 143) cita Marx afirmando que o desenvolvimento efetua-se de forma cíclica e com conflito distributivo. O progresso técnico produz períodos de prosperidade, enquanto as contradições internas do modo de produção provocam crises periódicas cada vez mais prolongadas, exacerbando os conflitos sociais.

É importante registrar neste mesmo ano, os novos atores que entram no cenário político junto com Jorge Viana: primeiro a ampliação da bancada de sustentação na assembleia legislativa, com a negociação com os considerados “aliados”. Segundo a reeleição de Nilson Mourão, a eleição de Nalú Gouveia e Ronald Polanco, a deputados

estaduais. E a grande vitória do Marcos Afonso, eleito deputado federal mais votado pelo Partido dos Trabalhadores.

O Sonho de muitos agora podia ser uma realidade. Os trabalhadores rurais especificamente tinham a certeza de uma melhoria nas políticas agrárias, para eles, dali em diante teriam participação ativa nas decisões, as instituições que em conjunto formam o movimento social seriam respeitadas e fortalecidas. As bandeiras de lutas travadas nas manifestações do Grito da Terra Brasil seriam atendidas em suas prioridades.

Era necessário um projeto de Desenvolvimento para a área rural. A cultura de que tudo tem que vir de fora, principalmente a alimentação precisava acabar. O Acre para sair da situação de dependência, necessitava priorizar o investimento na produção de alimentos, fortalecendo a Agricultura Familiar. Assim como o investimento na extração dos recursos naturais valorizando e conhecendo as populações locais, levando em consideração a cultura regional. Os projetos de assentamento precisavam ser revisto dentro de outra lógica, considerando as potencialidades de recursos naturais existente e o estímulo a educação ambiental, a fim de garantir futuramente o desenvolvimento de uma consciência ambiental mais elevada.

Em meados da década de 2000 até os dias de hoje, o PT se consolida cada vez mais nos espaços de poder, tanto no âmbito federal como estadual e municipal. O entendimento é que as portas estariam abertas para a realização de mudanças necessárias para se efetivar a cidadania.

No entanto, é importante enfatizar que as coisas não ocorreram como se sonhou. O Projeto Alternativo é o conhecido “Projeto de Desenvolvimento Sustentável para o Acre”. Este projeto tem em sua essência tudo que os povos da floresta precisavam para viverem a tão propagada Florestania⁸, porém, partes destes recursos foram empregados na infraestrutura da cidade, principalmente em estradas, necessárias é claro. Porém, o planejamento precisa pensar melhor a possibilidade de equilibrar o investimento, até para justificar o uso do termo florestania, que segundo Silva (2004 p. 353) para falar em desenvolvimento na região é preciso compreender que o sustentável somente ocorre quando “as pessoas tem como viver bem na floresta”. Até o momento o Projeto de Desenvolvimento Sustentável para o Acre, somente tem a cara da cidade.

⁸ Significa “A cidadania na floresta”. É um olhar amazônico que podemos lançar sobre os dilemas e exigências do mundo contemporâneo. [...] ensina que os critérios para avaliar a qualidade de vida e as ações para promovê-las devem ser repensados. [...] As soluções dos problemas sociais, [...] estão no chão das comunidades e não nas pranchetas da tecnocracia[...] (ALVES, 2004 p. 129, 131 e 132).

Em meio à luta desse campesinato, sobretudo dos para tentar incorporar a legitimidade de seringueiros (camponeses florestais), os signos gerados têm uma espacialidade explícita de uma realidade vivida cravada num território de floresta, com seu trabalho, luta e resistência; daí ao se apropriar de tais signos da vivência de uma classe, esses sujeitos sociais darão geograficidade ao discurso político da elite apropriadora, que não tendo uma fala própria se legitima apropriando-se da fala de outro e a faz sua (nisso a luta de classe, ao menos no discurso, temporariamente, tende a ser amenizada). (SILVA, 2004 p. 373)

No entanto é importante salientar que recentemente caminhar pela cidade de Rio Branco, é ver uma nova paisagem, modernos prédios, uma cidade em obras e em cada município percebe-se uma marca, através de uma obra do governo da floresta. O Acre que antes era conhecido pela violência, pelos escândalos, pela corrupção. Hoje, é visto com outro olhar. É conhecido e respeitado como o Estado que tem por princípio o desenvolvimento sustentável, a florestania. Contudo, não se tem esse mesmo olhar, quando analisamos a realidade da floresta e das comunidades que nela vivem. Neste sentido a teoria precisa estar mais conectada com a prática, para a continuidade de um projeto concretamente sustentável, que tenha como base a florestania.

Baseada na pesquisa que ora se desenvolve, torna-se cada vez mais evidente, que para atender este princípio, existem ainda muitas lacunas a serem preenchidas em relação às políticas sociais, principalmente as políticas agrárias.

Se a marca do governo é o desenvolvimento sustentável, a floresta! É um tanto contraditório não priorizar o investimento no manejo do que temos de mais rico: os nossos recursos naturais e a outra é não ter as populações locais como sujeitos ativos e participativos desse processo.

Os beneficiários dessa riqueza têm sido as grandes empresas nacionais e até multinacionais. Muitas vezes, capitaneadas e subsidiadas pelo próprio governo. Aliás, a maioria dos projetos se justifica pela carência nessa área. O BID é um exemplo disso. Até quando a floresta servirá somente como justificativa? Muito se propaga e pouco se faz nesta área. O descaso em relação ao campo é um problema que precisa ser resolvido.

É importante ressaltar a crítica contundente que Banerjee faz quanto ao caráter discriminador, desigual no tratamento dado ao trabalhador rural, ele nos diz que:

O papel do desenvolvimento em diminuir o acesso das populações rurais aos recursos naturais é raramente discutido. “Camponeses que cortam e queimam são acusados de destruição das florestas, enquanto grandes madeireiras, que tem incomparavelmente maior impacto, recebem

subsídios por adotarem práticas de sustentabilidade (BANERJEE, 2006 p. 92)

No primeiro mandato de Jorge Viana, foi criada a secretaria de produção, nesse período teve um grande avanço na área da produção, o projeto das casas de farinha, a construção de barcos para o escoamento da produção, e a participação ativa dos trabalhadores na discussão e construção de outras políticas alternativas relevantes, como ramal, crédito e tantas outras; necessárias a área rural, objetivando a permanência dessas populações em seus habitat natural e sua sobrevivência com dignidade. Este cenário nos lembra o que diz Celso Furtado em seu artigo, “Introdução ao desenvolvimento”:

A concepção do econômico como uma esfera autônoma reflete a visão que tem o capitalista da realidade social, e essa visão se contrapõe a hierarquia, voltada para a perpetuação de certos privilégios. Cabe assinalar que a crescente subordinação do processo social aos critérios da racionalidade instrumental teria de acarretar modificações em profundidade na organização social. Na agricultura isso levaria ao despovoamento de zonas rurais e ao deslocamento de populações para as cidades. (FURTADO, 2000 p. 12)

Os movimentos sociais calaram ou não tiveram representatividade necessária para se contrapor as ações governamentais consideradas pouco democráticas. Recentemente, o que se percebe, é governo e movimento social do mesmo lado, parece ser sujeitos que visam os mesmos interesses, os mesmos objetivos. Diante deste contexto é importante lembrar que o Estado representa e está a serviço do grande capital, por isso, convive de forma harmoniosa com as grandes empresas nacionais e multinacionais. Certamente, foi essa a lição que se aprendeu nos momentos de formação política e nos grandes embates entre o capital e o trabalho. O movimento social representa a classe que vive do trabalho, os explorados, os oprimidos que se organizam em torno de um grupo para reivindicarem dias melhores para suas vidas. Os interesses do governo e do MS são completamente antagônicos. São as contradições existentes entre o capital e o Trabalho. Neste sentido, vale lembrar uma frase de Marx que se transformou no velho jargão do movimento sindical, “A exploração do homem pelo homem ainda não chegou ao fim”.

Para muitos que defendem essa idéia, num futuro não tão distante, perceberão os prejuízos causados para a organização dos trabalhadores (as) do Acre.

Ademais, cabe firmar uma concepção para o entendimento da incapacidade de compreensão para os tempos presentes nos embates

atuais, dos movimentos sociais e do Poder Público. Não compreendendo os tempos presentes na luta, não se reconhece o papel deste renascer dos movimentos; daí a ignorância que se faz sob alegação de serem “movimentos políticos”(mas o que não é?), não se atentando para as lacunas que estão sendo deixadas abertas para ações de opositores. (SILVA, 2006 p. 178)

Um outro fator que compromete o Projeto de Desenvolvimento sustentável é a política de recursos humanos adotada. Priorizam a importação de mão-de-obra que desconhecem a realidade local. No Governo de Arnobio Marques essa prática é muito mais exacerbada. Esses profissionais vêm para o Acre com uma árdua missão de resolver problemas sociais que parecem simples, mas muito mais complexos que se imagina, são historicamente centenários: o desemprego, a falta de produção, o posseiro, o grileiro, o difícil acesso as áreas onde existe a maioria dos projetos de assentamentos, a ausência de um projeto de desenvolvimento para esta área que seja elaborado pelo governo, o desmatamento, o fogo, o calor insuportável, o excesso de chuvas, enfim, os problemas ambientais causado pela ação humana.

Na realidade são novos sujeitos que creio serem bem intencionados, porém para realizarem qualquer tipo de trabalho, primeiramente precisam se apropriar dos conhecimentos amazônicos em nome de projetos sustentáveis.

Para que esse projeto tenha continuidade é necessário acreditar no potencial da mão-de-obra local, pois, é grande a quantidade de profissionais qualificados que estão saindo das universidades. O que fazer com esta mão-de-obra reprimida? Afinal, conhecem bem a realidade local e poderiam estar contribuindo com o seu conhecimento. Neste caminho, torna-se necessário estimular a criação de novos postos de trabalho, dando oportunidade também a profissionais qualificados que precisam de uma oportunidade para mostrar o seu potencial.

De forma geral, é preciso pensar em políticas de controle social concretas para a área rural, para que as pessoas que moram no campo não tenham interesse de vir morar na cidade.

Com isto, ainda torna-se necessário investimento nas políticas de controle do crescimento demográfico, sem isto, o problema da violência, da prostituição e outros problemas sociais tendem a se agravar a cada dia. É evidente que para conter a violência será necessário o investimento na construção de mais cadeias, armas, coletes a prova de bala e etc.. Um exemplo disso tem sido a necessidade do investimento voltado nos últimos anos para estrutura das delegacias, viaturas, melhores salários para os policiais, aumento de

recursos humanos, treinamentos, aumento de mais celas no presídio, e por ai vai. Portanto torna-se urgente repensar, reinventar o Projeto de desenvolvimento Sustentável.

A formação de capital social que possa acompanhar o desenvolvimento, a modernidade, ou seja, os avanços tecnológicos trazidos pelo processo de globalização, não acontece da noite para o dia. Sabemos que para formar uma liderança sindical, são de 08 a 10 anos, no mínimo, para que ela possa se “empoderar” e intervir de forma qualitativa no processo de transformação da sociedade. Dessa forma, considerando o aspecto cultural, não é possível transformar em empreendedor o seringueiro, ou o agricultor com um cursinho de capacitação de 30 horas, sem a devida elevação de escolaridade necessária. É neste sentido que o movimento social precisa se levantar e ir avante...

É importante observar que o culto a personalidades e as estruturas verticais que cooptam e se apropriam da autonomia da sociedade se faz mais forte e tentadora em governos de esquerda, com os quais os movimentos sociais e os cidadãos tendem a serem mais coniventes, pacientes, muitas vezes tomados por uma súbita paralisia, ao perceberem que a democracia precisa ser exercida plenamente. (Veras 2001 p. 173)

Faz-se necessário uma reflexão, sobre a implementação de políticas mitigadoras do desenvolvimento regional endógeno, construído a partir de sua história, de sua cultura, levando em conta as suas especificidades locais, capaz de transformar pobreza e miséria em riqueza e bem-estar social. O projeto Proambiente, por ser concebido pelo movimento social da Amazônia, tem um pouco de tudo isso, só precisa ser fortalecido. Aliás, com todas as dificuldades neste setor, ainda são os trabalhadores rurais que produzem o alimento para a mesa dos que moram na cidade. Parafraseando François Quesnay um dos principais representantes da teoria neoclássica citado por Carpinteiro (1999), onde ele diz que “a terra ainda é a grande mãe, [...] a origem da riqueza está na terra, através da agricultura, a única atividade produtiva capaz de gerar um excedente físico”, ele ressalta ainda que ,

a terra é a única fonte de recursos e é na agricultura que se multiplica, que a agricultura é a única atividade econômica produtiva e os produtores como a classe produtiva. E graças ao cultivo da terra é que se dá a riqueza anual do país. Que a agricultura é a fonte de riqueza de uma nação. Que tudo que é desfavorável para agricultura é nocivo para o país e para o Estado. E tudo que favorece a agricultura traz benefício para o Estado e ao país. (CARPINTEIRO, 1999 p. 41)

Na década de 90 o saudoso João de Deus, Presidente da FETACRE, estava à frente das grandes lutas que ficaram na história do movimento sindical rural, como as grandes manifestações do Grito da terra Brasil, os acampamentos em frente ao BASA, tinham um grande impacto nas negociações das políticas agrárias, como o acesso ao crédito através do PRONAF e tantas outras, vale lembrar que essas lutas eram sustentadas pelos próprios trabalhadores (as). Um trazia o feijão, outro o arroz, se arranjava a mistura e todos comiam e dormiam no alojamento da FETACRE. Hoje, a FETACRE é um prédio bonito construído pelo governo. Os STR's assinam convenio com o governo do Estado, muitas vezes para custearem suas próprias ajuda de custo, criando uma relação de atrelamento, de dependência, que muitos interpretam, como uma forma de cooptação dos trabalhadores rurais organizados. Um dirigente sindical preparado politicamente sabe que para ter um sindicato forte é preciso que suas lideranças sejam autônomas, firmes em suas próprias convicções, independentes, de todo poder do Estado, por que a relação ainda é de exploração entre o capital e o trabalho.

Trabalhador rural, pequeno produtor nunca teve salário, vive da sua força de trabalho, o salário do trabalhador rural é a garantia da sua produção, da comercialização, é isso que justifica a luta por políticas públicas necessárias a sua sobrevivência. As lutas do movimento sindical, no Acre, antes de elegermos um governo caracterizado como “de esquerda”, obedeciam a uma orientação das entidades representativas a nível nacional a CUT e a CONTAG. Hoje, o que fica evidente é que a orientação parte da assessoria de governo, a assessoria do governo é quem dita às regras para o movimento social. O movimento precisa se levantar contra essas práticas; quem não está no governo encontram-se no ostracismo, e o que elas aprenderam ao longo de sua história, não vale nada?

As raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. [...] O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. (ANDERSON, 1995 p. 10 e 11)

Com tudo, é importante entendermos o contexto em que estão inseridas todas essas mudanças; as mesmas são causadas por uma crise do Estado, que de acordo com Geiger (1995),

[...] marca a ruptura da economia capitalista com a configuração fordista-Keynesiana. Inaugura-se um período de rápidas mudanças e incertezas, com aparecimento de novos sistemas de produção e marketing, caracterizados por processos de trabalho mais flexíveis, mobilidade geográfica dos mercados e por rápidas tendências nas práticas do consumo, o que identificaria novo regime de acumulação. Por outro lado, a revivência da valorização do espírito empresarial. (GEIGER, 1995 p. 43)

Essa política foi absorvida em parte pela equipe do atual governo. O Estado precisou passar pelo processo de reestruturação, para sobreviver ao Projeto Neoliberal, e este novo cenário de globalização da economia. Para isso, foi necessário incorporar a questão ambiental como centro das negociações.

Tal quadro expõe a condição de mera figuração às preocupações de caráter social e ambiental, diante da supremacia do uso mercantil dos recursos naturais. Na verdade, apontam os críticos, o desenvolvimento sustentável tem como matriz o projeto desenvolvimentista liberal aliado ao meio ambiente, de modo que, expressada por uma hábil operação política, normativa e diplomática, nos campos interno e externo, a sustentabilidade perseguida é a do modelo de acumulação de riquezas no qual o patrimônio natural é tido como um mero bem, conforme discursos oficiais que têm sido facilmente assimilados por representações da sociedade civil e empresarial. (SOUSA, 2008 p. 167)

O caminho foi à negociação com o Banco Mundial e o empréstimo com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID. Foi neste contexto que o “ Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre”, foi concebido.

Com o Relatório Nosso Futuro Comum e a Conferência do Rio/92, é proposta uma conciliação entre o desenvolvimento e meio ambiente, mantendo-se, todavia, a lógica desenvolvimentista, na medida em que, segundo o Relatório Brundtland, se condiciona o progresso econômico e a proteção ambiental às reformas no campo científico-tecnológico, o que representa pressupostos do novo padrão de desenvolvimento denominado de desenvolvimento sustentável. (SOUSA, 2008 p. 166)

É evidente que essa negociação não é uma via de mão única. O Acre precisava fazer os ajustes econômicos necessários ao contexto de uma economia globalizada, para poder ser competitivo no mercado regional, nacional e internacional. Neste sentido, Sousa (2008 p. 169), afirma que é patente a supremacia dos objetivos econômicos sobre os ambientais, de modo que a prevalência no propósito do Programa está voltada para a sustentabilidade da economia em detrimento da sustentabilidade da natureza, prevalecendo, sobremaneira, o receituário contido na ‘ajuda’ do Banco Multilateral de Desenvolvimento, em que a natureza é considerada, antes de tudo, como recurso e bem, de valor inestimável para o presente e para o futuro, na qualidade de capital natural

Para isso ser concretizado, o governo criou uma política de incentivo para a exploração dos recursos naturais, incentivando empresas privadas de fora do estado e fortalecendo algumas empresas já estabelecidas no Acre como: a Indústria Madeireira Nova Canaã Ltda. Os investimentos feitos pelo estado abrangem principalmente os recursos naturais madeireiros, através do projeto de Certificação da Madeira. Foi feito um grande investimento na construção de uma Fábrica de tacos, a Fábrica de camisinha, a NATEX, o fortalecimento da Alcoverde, e o abatedouro de frangos no município de Brasiléia. Esses são considerados audaciosos, no momento em se vivencia a reestruturação do capitalismo mundial, consolidado através do Projeto neoliberal, que tem como consequência a diminuição do estado.

Torna-se necessário um melhor entendimento sobre todas essas questões, que de forma direta e indireta impacta no modo de vida das populações locais. Para isso, são necessários vários questionamentos. Esses empreendimentos foram construídos para quem? Qual tem sido mesmo a participação do seringueiro, do extrativista da madeira (que muitas vezes para sobreviver, troca uma tora de madeira por gêneros alimentícios, ou vende por um preço muito abaixo do valor de mercado). De que forma o agricultor familiar tem participado desses empreendimentos? Quantos empregos foram gerados? Quantos filhos (as) de seringueiros, do pequeno produtor familiar trabalham nesses empreendimentos? Aliás, Quem é mesmo que faz a gestão desses espaços?

Até o momento são questionamentos sem respostas. Durante a pesquisa de campo, realizada em abril de 2009, ficou claro que o Estado construiu toda estrutura física, equipou com os maquinários necessários e entregou para a iniciativa privada, com excessão da NATEX, que mesmo sabendo que o Estado não pode comercializar, ainda encontra-se sob a gestão do Governo do Estado e um convenio com a COPERACRE, para fazer a comercialização da produção do látex.

Neste sentido, já que o Governo tem como princípio a participação, através do associativismo e do cooperativismo; neste caso seria mais coerente, qualificar mão-de-obra local, através do Instituto Dom Moacir (criado com esse objetivo) para que os trabalhadores em regime de alta gestão se apropriassem desses espaços, numa forma de incentivar o espírito empreendedor que há em cada um. Esse estudo tem mostrado que ainda há muitas dúvidas sobre todas esses investimentos.

O movimento social precisa se levantar e começar a questionar o futuro desses empreendimentos. Aliás, são bens públicos, onde o cidadão não é consultado, mais é responsável pelo ônus (pago através dos impostos). Deve-se ressaltar que o problema é que não há mais questionamentos por parte dos trabalhadores. O movimento social depois de tantas lutas, tanto derramamento de sangue, com o tombamento de vários companheiros, não pode permitir que o seringueiro seja um simples coletor de matéria prima, a exemplo da borracha, produto já escasso em nosso estado, por conta da pecuarização da economia.

De acordo com Sousa (2008),

A promessa é de que, ao final, num longo prazo, a qualidade de vida da população vai melhorar e a floresta será preservada. O que, todavia, se constata, por enquanto, neste oitavo aniversário da assinatura do Contrato para a execução do Programa é, de um lado, o crescimento da degradação ambiental (com as farras da expansão desenfreada do boi e da madeira) e o aumento da extrema pobreza, e, de outro, a plena satisfação dos interesses da classe empresarial pelos altos índices da produção econômica atribuídos aos resultantes da implantação desse novo modelo de desenvolvimento na Amazônia. (SOUSA, 2008 p. 170)

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o desenvolvimento sustentável é conceituado como um modelo que visa suprir as necessidades atuais da humanidade, sem colocar em risco a capacidade das gerações futuras. De acordo com a revista Acre (2010 p. 04), o modelo de desenvolvimento Sustentável Local e Regional defendido pelo governo do Estado do Acre, é pautado nos princípios de combate a pobreza e na elevação do bem-estar da população, no dinamismo de uma economia de base florestal com a geração de emprego e renda, no fortalecimento da identidade e respeito à diversidade cultural, e no uso dos recursos naturais com sabedoria.

Se a marca do Governo é o Desenvolvimento Sustentável focado nas florestas, algo precisa ser feito de concreto para justificar o que está escrito. Que desenvolvimento

sustentável é esse que trata a população rural, sujeitos históricos de todo esse processo, com tanto descaso? Essas pessoas precisam ser incluídas nos processo de produção e na distribuição de riqueza do Estado do Acre. É preciso estimular a agregação de valor aos recursos naturais bem conhecidos e manejados por esses trabalhadores, incentivando e acreditando nas pequenas iniciativas dos grupos de produção.

Neste sentido, Souza(2008) nos diz que:

na medida em que, na corrida pela eficiência e competitividade dos mercados globais dos recursos naturais, expressada pela busca do desenvolvimento sustentável, o modo de produção vigente tem-se apropriado do meio ambiente de forma autodestrutiva (segunda contradição do capitalismo), a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza tornam-se irrealizáveis seja em que tempo for. (SOUSA, 2008 p. 170)

A história está aí para confirmar que a ausência de um movimento social fortalecido dificilmente esta realidade mudará. No Acre, recentemente, vivencia-se uma crise de identidade do movimento social, nunca visto. Grande parte dos dirigentes sindicais foram absorvidos pelos governos tanto no âmbito federal, como estadual e municipal. Em muitas ocasiões não é possível distinguir quem é governo e quem é movimento social.

As entidades que atualmente sobrevivem, que sem dúvida deram uma grande contribuição na construção dessa nova história, estão vivenciando diversas crises: de representatividade, de identidade, de gestão, de transparência, de afastamento das bases, da falta de credibilidade, da discriminação, da falta de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus direitos, do tratamento desigual por parte do governo aos sindicatos e seus dirigentes, da desagregação e disputas internas exacerbada, da ingerência política relativa aos interesses dos trabalhadores, do menosprezo às lideranças do movimento de trabalhadores rurais, do abandono as principais lutas rurais importantes, como a reforma agrária, as políticas de crédito, a assistência técnica, os benefícios sociais, a questão ambiental, resumindo: não se realiza mais “O grito da Terra Brasil”.

Parte substancial de importantes movimentos sociais de outrora, como o sindicalismo rural e CNS, saíram da condição de protagonistas da luta de resistência e passaram a constituir-se em meros objetos do capital. Em decorrência dessa subordinação e dos efeitos dela resultantes, tornaram-se “peças decorativas na região” e atravessam uma grave crise de representação. (PAULA e SILVA, 2008 p. 116)

Estas crises, futuramente, poderão levar a desestabilização e ao fracasso de um projeto sonhado por tantas lideranças que ajudaram a construir uma nova página dessa longa história. A elite dirigente precisa fazer uma reflexão sobre essa situação, onde a democracia possa ser exercida plenamente, e a autonomia dos movimentos sociais seja garantida, princípios básicos e históricos da sociedade civil organizada.

CAPÍTULO 2 - . O PROAMBIENTE: GESTÃO E FUNCIONAMENTO

2.1. Introdução

A história dos trabalhadores (as) rurais da Amazônia retrata uma realidade bastante diversificada e em parte, ainda desconhecida pelo poder político de nosso país. Esses trabalhadores unidos em torno de suas sobrevivências, apoiado por diversas entidades, desde a década de 80 tem estado em diversas frentes de batalha em prol de uma proposta alternativa de desenvolvimento rural para a Amazônia.

É por essas razões que neste capítulo, faremos uma descrição do processo de construção e de gestão do Proambiente, como política pública, que através da unidade de diversas entidades foi possível revelar a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento rural, pensado a partir das práticas Amazônicas; o que permite às populações locais a continuidade dos modos de vida relacionados à manutenção da floresta, buscando conciliar produção rural e conservação ambiental.

Em seguida, descrevemos o modelo de gestão tendo como base o projeto original do Proambiente, que entende que o controle social se dará a partir da articulação, da integração da sociedade civil com a administração pública. Que através da fiscalização seja possível solucionar os problemas sociais com mais eficiência. É um instrumento democrático que tem como finalidade a participação do cidadão no exercício do poder, onde a vontade social é objeto de avaliação na execução de políticas públicas.

Finalizo o segundo capítulo, fazendo uma abordagem da trajetória do Proambiente no Território do Alto Acre, a partir do papel exercido pelo conselho gestor local (CONGEP), a luz das decisões tomadas pela Entidade Executora, o Pesacre. A fim de facilitar a tomada de decisão com a participação das comunidades e a parceria que se estabelece entre as instituições que trabalham na região.

2.2. O processo de construção do PROAMBIENTE

A unidade de varias entidades e da construção coletiva dos trabalhadores é que nasce a primeira idéia do Proambiente - Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural. Sua concepção tem origem nas reuniões das Federações, sindicatos, associações e cooperativas, ou seja, de todo um processos de mobilização social, principalmente nas manifestações do “Grito da Terra Brasil”, cuja participação se dá através da organização dos extrativistas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, colonos e as mulheres ligadas aos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, com destaque para as quebradeiras de coco do Estado do Maranhão.

Essas entidades unidas e articuladas perceberam a necessidade da promoção de novas formas de produção familiar em base sustentáveis. O Proambiente surge principalmente, como uma alternativa melhorada dos sistemas de crédito rural que na maioria das vezes, endividavam os trabalhadores, incentivando-os a investirem na pecuária bovina como atividade de maior retorno econômico. Este Programa é direcionado aos produtores(as) familiares, na luta por políticas públicas que possa garantir sua sobrevivência de forma cidadã.

É importante ressaltar que um dos principais objetivos do PROAMBIENTE é dar uma nova dinâmica ao espaço rural. Busca-se com isto um novo papel para o trabalhador rural, onde ele possa adquirir sua alta estima e a participação ativa na transformação da sociedade, deixando de ser simples atores sociais ou simplesmente coletores e fornecedores de produtos primários, mas acima de tudo, criando mecanismos que valorize o seu caráter multifuncional⁹ da produção econômica, associada a um processo de inclusão social, assim como o manejo sustentável do meio ambiente. De acordo com Machado (2005 p. 06), a multifuncionalidade está relacionada às novas oportunidades, os novos desafios colocados para a agricultura familiar. [...] Um novo olhar sobre a agricultura e a capacidade de criar as condições de interdependência entre produtores, comerciantes e os

⁹ Segundo De Vries (2000), citado por Machado (2008), o termo multifuncionalidade da agricultura surgiu durante a Conferencia Mundial Rio Earth Summit em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, representantes de vários países discutiram assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável, que culminou na elaboração da agenda 21. Entendido como uma atividade que, além de cumprir seus objetivos tradicionais de produção de alimentos e fibras, produzissem externalidades positivas como respeito ao meio ambiente e a biodiversidade, preservação da qualidade do ar e da água, conservação dos solos e produção de bioenergia e que proporcione entre outros benefícios, a viabilidade e o desenvolvimento de comunidades rurais e a valorização de suas paisagens. (MACHADO, et al, 2008 p. 101 e 102)

poderes locais, onde seja possível desenvolver outras atividades não-agrícolas, ou seja, o reconhecimento de outras funções do trabalhador rural como a preservação do meio ambiente, o gerenciamento do território, a segurança alimentar, o combate a fome e o êxodo rural, ou seja,

onde a sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural, seja preservada, garantindo a pluralidade de atividades, visando, sobretudo a distribuição social da riqueza, procurando ocupar a força de trabalho no meio rural. (MACHADO, 2005 p. 18)

Assim sendo, a partir de 2003 o Proambiente sai das mãos dos trabalhadores e vai para as mãos do governo federal, através do MMA. A partir daí passa a ser considerada uma política pública para a Amazônia. Com isso, criou-se toda uma expectativa para os trabalhadores rurais, ao mesmo tempo, em que representa uma grande conquista dos movimentos sociais, cuja intenção, é beneficiar milhares de famílias de trabalhadores rurais em toda Amazônia, com o objetivo de garantir o controle social através das políticas públicas, a consciência ambiental e a criação de mecanismos para remuneração dos serviços ambientais prestados à sociedade.

O Proambiente como política pública, revela a concretização de um novo modelo de desenvolvimento rural, pensado a partir das práticas Amazônicas; o que permite às populações locais a continuidade dos modos de vida relacionados à manutenção da floresta, buscando conciliar produção rural e conservação ambiental. As reflexões sobre o conceito de Sustentabilidade são impostas no meio das discussões e propostas alternativas de sobrevivência digna para os trabalhadores rurais, principalmente o respeito ao seu instrumento de trabalho: a terra e a floresta.

Para defender e lutar pela terra e a manutenção da floresta é preciso dialogar com os sujeitos sociais que vivem na floresta e da floresta. Para que essa política se torne realidade é preciso priorizar o emprego de alternativas de produção que incorporem tecnologias mitigadoras do desenvolvimento e que garantam impactos ambientais sustentáveis como: o preparo da terra sem uso do fogo, a utilização de áreas alteradas/degradadas através de implantação de sistemas inapropriados de uso da terra na região amazônica, o uso de sistemas agropastoris, sistemas agroflorestais, o agroextrativismo, o extrativismo florestal madeireiro (através de manejo comunitário) e não madeireiro, as modalidades de pesca artesanal, práticas indígenas e tradicionais e a verticalização da produção familiar rural.

Neste sentido, Rego (1999), em seu artigo “Amazônia: do extrativismo ao neo-extrativismo” traz uma contribuição inovadora nessa questão, ele nos diz que, essa nova

realidade tem reflexos diretos sobre as alternativas de desenvolvimento da Amazônia. Aqueles fatores, somados ao impacto político dos movimentos ambientalistas das classes médias, assustadas com os efeitos globais da deterioração ambiental, levam o capital internacional e os países ricos à adoção de uma estratégia particular para a Amazônia brasileira, com o objetivo primordial de assegurar a preservação das áreas de maior diversidade biológica, no entanto ele afirma que

a revolução tecnológica, [...] vem apontando novas opções de uso e valorização econômica para os recursos biológicos das florestas tropicais úmidas. Isso torna necessário repensar o desenvolvimento da região, principalmente no caso da Amazônia Ocidental. O novo modelo precisa ser coerente com as peculiaridades naturais daquele ambiente e com as aspirações e exigências culturais do seu povo, e deve expressar as novas relações de forças sociais. Esses pressupostos permitem pensar que o neo-extrativismo, organizado na forma da produção familiar, seja a estrutura econômica adequada ao desenvolvimento da Amazônia Ocidental. (REGO, 1999 p. 01)

Quadro - 1. As reuniões preparatórias do Proambiente

Mês/ano	Atividades	Entidades e Instituições envolvidas
Maio a dezembro 2000	Reuniões preparatórias com todas as Federações de Trabalhadores Rurais da Amazônia, para discussão da proposta preliminar do Proambiente.	FETAGs da Amazônia

As reuniões preparatórias para a discussão do Proambiente tiveram início em maio do ano de 2000 como mostra o quadro 01. A preocupação de algumas lideranças foi fundamental para elaboração desse Programa. É o início de uma aliança entre o movimento sindical e o movimento ambientalista, com destaque em algumas lideranças consideradas protagonistas desse processo como Avelino Ganzer, Anselmo (hoje é deputado Federal pelo Estado de Rondônia), Airton Faleiro (também deputado Federal pelo Estado do Pará), o saudoso João de Deus, Sibá Machado (ex-senador pelo Estado do Acre), Rosildo de Freitas, Leide Aquino e muitas outras. A preocupação sempre foi em criar espaço de discussão e

construção de uma nova proposta de desenvolvimento para a Amazônia. Foram dessas reuniões que surgiu a proposta preliminar do Proambiente provinda das Federações de Trabalhadores (as) na Agricultura dos estados da Amazônia Legal, durante o “Grito da Terra”.

De acordo com Gomes (2008) o Proambiente surge também do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), com raízes nas organizações criadas por colonos migrantes da década de setenta e fortalecidas pela coalizão com grupos de populações extrativistas. O MDTX tem uma ampla agenda (assistência técnica, melhorias em infra-estrutura, acesso ao mercado, créditos, serviços sociais básicos, como saúde, educação, criação de unidades de conservação ambiental etc). Toda essa agenda é pautada em uma forte organização e articulação sócio-política, além de apresentar alternativas inovadoras de produção familiar e conservação ambiental (GOMES et al, 2008 p. 121)

O processo de construção do Proambiente segue uma agenda bastante complexa, numa demonstração clara do nível de organização e amadurecimento das lideranças do movimento social da região Amazônica. O que se percebe é a tentativa de colocar na mesa de negociação tudo que deixou de ser implementado no Programa de Reforma Agrária, que de acordo com o projeto original divulgado pelo (GTA, 2003: s.n.t) o Programa Proambiente foi concebido por diversos sujeitos social e construído em vários momentos, veja nos quadros a seguir:

Quadro - 2. A inserção de novos atores sociais

Mês/ano	Atividades	Entidades e Instituições envolvidas
Janeiro a dezembro de 2001	<ul style="list-style-type: none"> - A continuação da Organização de evento preparatório ao processo de construção do programa. - A inserção de novos atores sociais e o apoio técnico e logístico na construção do Proambiente. 	FETAGs, (IPAM) FASE, CONTAG/SESIR, FETAGs, MMA/PDA e SPRN, MMA/SCA, SUNY, FUNDAÇÃO FORD, CNS, MONAPE, COIAB, GTA, MDA, MIN, EMBRAPA, BASA, BNDES e GTZ.

Segundo o Projeto original do Proambiente divulgado pelo GTA (2003), nesse período, ocorreram as oficinas de nivelamento regional sobre a proposta preliminar do PROAMBIENTE, na CONTAG em Brasília/DF. Nessas oficinas foram tomadas

deliberações importantes para o fechamento da proposta do Proambiente como: a formação do Conselho Gestor Nacional do PROAMBIENTE, composto pela CONTAG, FETAGRI/PA (representando a Amazônia Oriental), FETAGRO (representando a Amazônia Ocidental), CNS, MONAPE, COIAB, GTA, IPAM, FASE, MMA, MDA, MIN, EMBRAPA, BASA e BNDES, sendo este Conselho a instância deliberativa do processo de construção do programa.

A formação da Equipe Técnica do PROAMBIENTE foi composta pela FETAGRI, FETAGRO, IPAM e FASE, para consolidação da “Proposta Inicial do PROAMBIENTE”, apresentado no Seminário específico em Macapá, com as principais lideranças do movimento social da Amazônia legal, com o objetivo de dar continuidade ao processo de construção do PROAMBIENTE, apresentar a proposta Inicial aos representantes dos movimentos sociais proponentes do programa e instituições parceiras, bem como, aprofundar as discussões e definir modificações na proposta Inicial do PROAMBIENTE e definir os compromissos dos órgãos públicos para implantação dos Pólos Pioneiros do PROAMBIENTE.

Este Seminário deliberou pela Formação de 11 Pólos Pioneiros de Agro extrativismo (1 Pólo em cada estado da Amazônia Legal e 2 Pólos no estado do Pará), 1 Pólo de Pesca Artesanal e 1 Pólo Indígena, sendo cada Pólo formado por 250 a 500 famílias (Veja na figura 2); pela Realização de 09 Encontros Estaduais com representantes da Agricultura Familiar e Extrativismo e mais 02 Encontros de Pesca Artesanal e Indígena, para socialização e discussão de modificações e consolidação da Proposta Inicial; deliberou também pela Elaboração do “Projeto de Consolidação do PROAMBIENTE” para mobilização da base e implantação dos 12 Pólos Pioneiros; pela Organização de eventos para apresentação e discussão da Proposta Definitiva (baseado nas modificações providas dos Encontros de Agricultura Familiar/Extrativismo, Pesca Artesanal e Indígena); e a Assinatura de carta de intenção com a SCA/MMA, para convênio/apoio financeiro ao “Projeto de Consolidação do PROAMBIENTE”.

Figura 2 - Localização dos Pólos do Proambiente



Fonte:< www.proambiente.cnpm.embrapa.br/images/polos.jpg> (acesso em 29.06.2009)

Com todas essas ações devemos refletir o que diz Bertha Becker.

Entre 1960-80, a região foi alvo de um projeto nacional geopolítico de desenvolvimento aliado ao capital internacional. A ausência de organizações sociais capazes de resistir à nova apropriação e as condições geográficas, resultaram num ritmo acelerado de sua ocupação em larga escala, configurando-a como grande fronteira de recursos nacional e mundial .

(BECKER, 1995 p. 46)

A inserção de novos atores sociais na construção do Proambiente abre os caminhos para consolidação do Programa, quando entra em cena um forte ator: o Estado, através do MMA, MDA e outros órgãos governamentais, tanto no âmbito nacional como estadual, municipal e local. Com isso, deve-se refletir que esse Estado passa por um processo de reestruturação que com o processo de globalização precisou se adequar ao chamado projeto neoliberal que Bertha Becker em seu artigo “A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia” destaca uma questão de suma importância para compreensão desse estudo. Para Becker (1995 p. 47), os últimos anos do século XX correspondem à transição entre a crise-reestruturação da economia-mundo e a implantação

do novo regime de acumulação que, gestado a partir de 1970, tende a dominar no início do século XXI. A essência do novo regime é a internacionalização crescente da economia-mundo associada à nova forma de produção introduzida pela revolução tecnológica da microeletrônica e da comunicação, baseada no conhecimento científico e na informação. Um Estado Mínimo, exercendo um papel bem definido, o de assegurar as diferenças, garantir a propriedade privada e o controle da tecnologia. Neste sentido, BECKER (1995 p. 50), afirma que a nova forma de produção e demandas de autonomia requer uma nova forma de Estado, uma organização econômica e social flexível e aberta à internacionalização que favoreça e estimule a competição. Enfim, um Estado com uma lógica privada. É nesse contexto que o Proambiente está inserido, o que possibilita novos olhares com os interesses voltados para as riquezas que a floresta pode proporcionar.

A partir deste novo cenário, organizações como Fundação Ford, GTZ, USAID, dentre outras, passaram a financiar projetos para realização de workshops, assim como, o desenvolvimento de metodologias para a capacitação e sensibilização das populações tradicionais, com objetivo de sensibilizá-los para a preservação ambiental, que em sua maioria subestima o conhecimento historicamente construído dessas populações. O que se observa, são as estratégias dessas organizações para obtenção de informações importantes sobre as práticas do uso dos recursos naturais e as relações econômicas, e socioambientais na Amazônia, tendo como principal aliado o próprio movimento social, através dos sindicatos e da ONGs.

Quadro - 3. Processo de negociação institucional do Proambiente

Mês/ano	Atividades	Entidades e Instituições envolvidas
Primeiro e Segundo Semestre de 2002.	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da "Proposta Inicial do PROAMBIENTE" pelo Conselho Gestor Nacional do PROAMBIENTE. - Criação da Secretaria Executiva do PROAMBIENTE no PDA/MMA. - Realização de encontros, fechamento de convênios e o processo de capacitação do Proambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Gestor - Conselho Gestor

A criação da Secretaria Executiva do PROAMBIENTE no PDA/MMA abre os caminhos para transformação do Proambiente em política pública para a Amazônia. Dessa forma, foi deliberada a realização de diversos eventos para celebração de convênios, capacitações e as novas parcerias como:

- 09 Encontros Estaduais de Agricultura Familiar e Extrativismo Convênio;
- 02 convênios, (IPAM) como entidade proponente e a FASE como entidade parceira;
- capacitação e elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável de 09 Pólos Pioneiros de Agricultura Familiar e Extrativismo;
- capacitação de beneficiários e técnicos, criação participativa dos Padrões de Certificação do PROAMBIENTE, demonstração de metodologia de monitoramento ambiental e produção de material didático. As entidades promotoras foram IPAM, FASE e o MDA/PRONAF.

Nesta fase de elaboração do Programa, percebe-se sua amplitude, conseqüentemente, a complexidade para sua implementação, tendo em vista o envolvimento de diversos sujeitos e a expectativa criada ao logo do processo de construção

Quadro - 4. O processo de inclusão do Proambiente no PPA 2004-2007

Mês/ano	Atividades	Entidades e Instituições envolvidas
Janeiro a Junho de 2003	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do Encontro de Pesca Artesanal em Belém/PA. - Seminário de apresentação dos resultados do “Projeto de Consolidação do PROAMBIENTE” no CESIR/CONTAG- Brasília/DF. - Apresentação do PROAMBIENTE para a Ministra Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário e para Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente. 	<p>MONAPE e apoio financeiro da GTZ e PRO-RENDA, FETAGs, Equipe Técnica e as demais entidades envolvidas com a construção do Proambiente</p>

Fonte: GTA/2003.

Durante entrevista realizada com AQUINO (2009), e consulta ao projeto original do Proambiente, fica evidente que a fase final de negociação do Proambiente, foi marcada por diversos eventos e encaminhamentos de suma importância para sua consolidação como “política pública”. Dentre eles destaca-se: a formação do “Grupo de Trabalho Interministerial do PROAMBIENTE”, composto pelo MMA, MDA e representantes dos movimentos sociais no Conselho Gestor Nacional (CONTAG, MONAPE, COIAB, CNS e

GTZ), sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente (representando o Governo Federal) e da Secretaria Executiva do PROAMBIENTE (representando o Conselho Gestor), no intuito de definir a institucionalização do programa como “política pública federal”.

É importante ressaltar que um projeto se transforma em política pública quando sua ação consegue abranger toda população, é para todos. Neste sentido, percebe-se que a história do Proambiente é repleta de sonhos e paixões de sujeitos sociais que desejam ver uma outra realidade amazônica que não seja a da dificuldade, da escassez, da desigualdade e da pobreza.

A versão final do Proambiente foi apresentado para a Ministra Marina Silva (MMA) e Ministro Miguel Rosseto (MDA), a fim de obter a aprovação como política pública para a Amazônia e já definir a composição do “Grupo de Trabalho Interministerial do PROAMBIENTE”, com a seguinte representação: 05 representantes do Conselho Gestor do PROAMBIENTE (CONTAG, CNS, MONAPE, COIAB e GTA), um representante da Secretaria Executiva do PROAMBIENTE, três representantes do Ministério do Meio Ambiente (SECEX, SCA, SDS), dois representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF, SDT), dois representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SARC e EMBRAPA), um representante do Ministério da Integração Nacional, um representante da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, um representante da Secretaria Geral da Presidência (Sub-Secretaria de Articulação Social). (AQUINO, 2009)

Para fechamento da proposta definitiva do Proambiente, realizou-se um grande Encontro com a Sociedade Civil, incluindo os indígenas representado pela COIAB, segundo informações da Presidente do GTA (AQUINO, 2009) este evento já contou com o apoio financeiro da SCA/MMA.

Depois de tantas reuniões, encontros e o vai e vem da Amazônia para Brasília e principalmente o apoio da Ministra Marina Silva, o PROAMBIENTE é incluído no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007, como um programa da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, chamado PPA DO PROAMBIENTE (2004/2007).

Sem dúvida, há uma mudança significativa nos destinos do Proambiente: A primeira, o estudo feito no Projeto original mostra que toda fase de negociação, tem por fim o desejo do movimento social em transformar o Proambiente em Política pública para a Amazônia. A segunda fica claro, que o Proambiente sai das mãos do movimento social e vai para gestão do Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente. A terceira, é a garantia das ações do Proambiente no PPA 2004/2007.

O que se questiona é se o Proambiente é realmente uma política pública?

Há uma grande confusão em relação a essa questão. Se entrou no PPA significa que os recursos estão definidos para sua execução. Entretanto, os recursos garantem somente os nove Pólos em toda Amazônia, onde se evidencia somente a execução de um Projeto Piloto, ainda muito distante de ser uma política pública.

Destaca-se com isto a coragem e a ousadia dos trabalhadores rurais da Amazônia que durante 04 (quatro) anos unidos por uma causa comum, a melhoria da qualidade de vida, conseguiram colocar no papel o Proambiente. Ficará na história dos trabalhadores rurais da Amazônia, a luta por um novo projeto de desenvolvimento para a Amazônia.

Neste contexto é importante ter clareza da parceria entre o movimento social, governo federal, governos estaduais e municipais nos 09 estados que compõem a Amazônia legal. Durante as entrevistas realizada sobre o assunto, percebe-se a falta de integração da equipe gestora, assim como, a falta de articulação entre o próprio governo, em relação ao Proambiente. O proambiente não acontece se não houver a transversalidade das suas ações, o que certamente exigirá o esforço e unidade do movimento social rural e a vontade política das instituições governamentais.

Os quadros acima revelam o grande número de organizações não governamentais envolvidas na construção do Proambiente e a seguir as instituições governamentais envolvidos com a sua execução:

- Apoio à Gestão do PROAMBIENTE (SDS/MMA);
- Implementação dos Pólos Pioneiros na Amazônia Legal (SCA/MMA);
- Implementação de Novos Pólos (SDS/MMA);
- Apoio ao Processo Produtivo (SAF/MDA);
- Implementação do Sistema de Monitoramento Ambiental (SIPAM/Casa Civil);
- Certificação de Serviços Ambientais e Fundo Socioambiental (SDS/MMA);
- Avaliação e Validação Científica de Iniciativas Inovadoras de Produção Rural (Embrapa/MAPA);
- Fomento a projetos de preparação e execução dos Pólos (FNMA/MMA);
- Programa de Gestão Ambiental Rural – GESTAR. (GTA, 2003 s.n.t)

Essas ações visam à contenção do desmatamento, bem como, a busca de alternativas para produzir sem destruir nem queimar a floresta. Para isso, os agricultores familiares da Amazônia encontraram diversas barreiras que na realidade inviabilizam essas práticas que é

o alto custo das mudanças tecnológicas e a ausência de políticas públicas apropriadas, capazes de garantir a transição a esse novo modelo.

O diferencial de custo gerado pelas novas formas de produção seria pago por um fundo socioambiental, a ser estabelecido e administrado pelo Proambiente, como nos diz Mattos,(2000):

[...] A cobertura do custo ambiental será repassada ao produtor familiar diretamente, ou seja, durante a vigência dos cinco anos de carência, o produtor receberá um apoio para cobrir os custos ambientais de sua produção, dentro dos critérios de sustentabilidade a serem estabelecidos (exemplo: compra de insumos é custo de produção, todavia, o custo adicional para produzir sem fogo se enquadra como custo ambiental). Já os serviços ambientais serão cobertos indiretamente, ou seja, durante o prazo de pagamento das parcelas (do sexto ao décimo quinto ano), quando o produtor familiar for efetuar o pagamento de sua parcela anual, ele terá um rebate de 30 a 40% do banco operador nesta parcela caso tenha cumprido com suas responsabilidades ambientais [...] (MATTOS et al. 2000 p. 21)

O programa contempla a adoção de novas tecnologias de produção e mudanças nas políticas de crédito e de assistência técnica, primeiro em caráter piloto e, posteriormente, como política pública que adotem sistemas sustentáveis de produção. Entre as boas práticas que mantêm os serviços ambientais a serem remunerados pelo Proambiente, destacam-se: a redução do desmatamento; a recuperação de áreas desmatadas (seqüestro de carbono); a conservação do solo; da água e da biodiversidade; a redução progressiva do uso de agroquímicos; a redução do risco do fogo; a troca para uma matriz energética renovável (aproveitamento de fontes de energia mais sustentável, como a energia solar); e a transição para a agroecologia. (GOMES et al, 2008 p. 124)

A incorporação do conceito de serviços ambientais nas políticas ambientais e pago pelo governo e pela sociedade é uma questão ainda muito complexa no Proambiente. É importante observar como isso se dá na prática. Qual o marco legal que garante o pagamento desses serviços? É importante ressaltar que este programa foi transformado em política pública a partir de sua incorporação no Plano Plurianual de 2004 a 2007, efetuada pelo Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. No entanto, mesmo estando no PPA, à plena participação do movimento social no programa continuará dando, ao Proambiente, um caráter duplo de política pública e esforço da sociedade civil. (GOMES et al, 2008 p. 125).

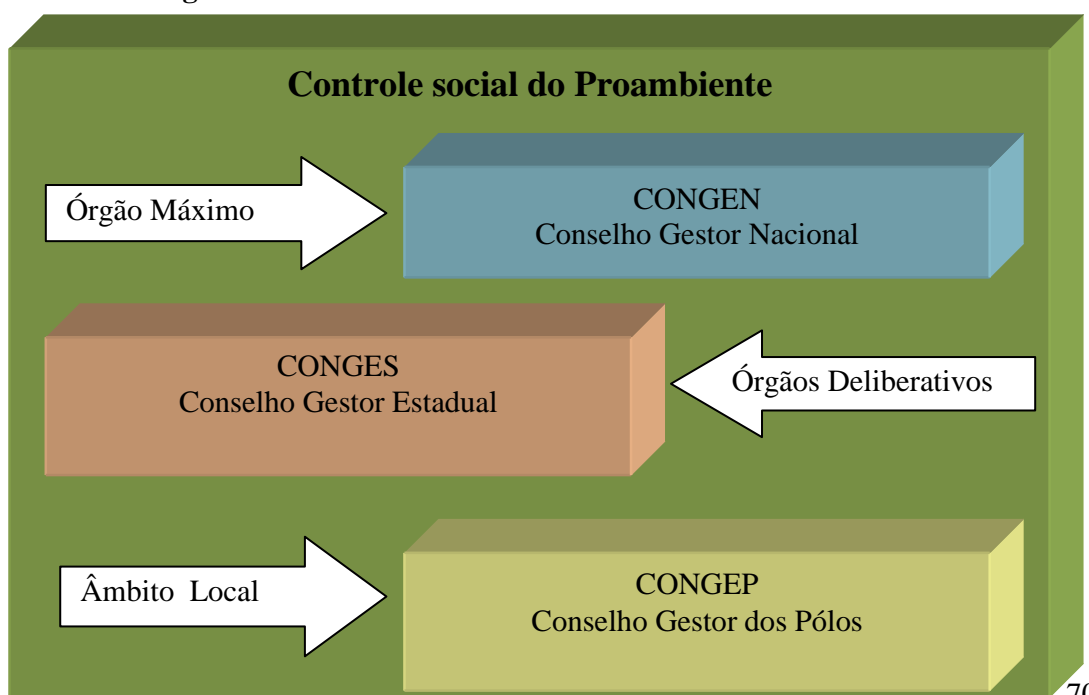
2.3. A Gestão e o Controle Social no âmbito nacional, regional e local

Entende-se por controle social a articulação, a integração da sociedade civil com a administração pública, com a finalidade de solucionar os problemas sociais com mais eficiência. É um instrumento democrático que tem a finalidade a participação do cidadão no exercício do poder, onde a vontade social é objeto de avaliação na execução de políticas públicas. No Proambiente o controle social se dá através dos Conselhos Gestores do Pólo – O CONGEP e pelo Conselho Gestor nacional, ambos com caráter deliberativo e formados por instituições públicas e privadas.

O controle social sobre as políticas públicas é uma bandeira histórica do movimento social na Amazônia, na luta pela transparência e democratização dos espaços de poder. No entanto, tem sido pouco eficaz, principalmente no Estado do Acre, onde o Movimento Social vive momentos de grande fragilidade política. Certamente para que esse controle venha a ocorrer é necessário que se tenha um Movimento Social autônomo, representativo, forte e bem articulado. Entretanto, mesmo com o movimento social enfraquecido se observa alguns avanços, através da criação e atuação dos conselhos setoriais. Porém a ação fiscalizadora tem obtido poucos resultados no que diz respeito a construção de espaços propícios à concepção de políticas públicas, o que poderia garantir maior transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos e efetividade social em seus resultados.

O modelo de gestão do Proambiente é um exemplo claro dessa política que se organiza conforme gráfico abaixo:

Figura 3 - Controle Social do Proambiente



Essas instâncias têm um papel prioritário no sentido de assegurar o controle social do PROAMBIENTE, garantindo a participação de representantes das organizações da sociedade civil de produtores (as), do poder público e de entidades não-governamentais envolvidas diretamente na sua execução.

De acordo com os arquivos do (GTA,2003 s.n.t), o projeto Proambiente em sua versão original disponível no site < www.gta.org.br >, O Conselho Gestor Nacional (CONGEN) é o órgão máximo de tomada de decisão do PROAMBIENTE, competindo-lhe:

- Assegurar a obediência aos princípios que norteiam o PROAMBIENTE;
- Estabelecer as diretrizes gerais e normas operacionais a serem seguidas pelas demais instâncias nos processos de planejamento e execução das ações;
- Definir normas e critérios para o credenciamento das entidades prestadoras de serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural, Certificação e Monitoramento Ambiental;
- Garantir um processo permanente de acompanhamento e avaliação dos convênios entre Gerência do PROAMBIENTE e as Entidades Executoras dos Pólos;
- Garantir um processo permanente de acompanhamento e avaliação dos contratos entre Gerência do PROAMBIENTE e entidades prestadoras de serviços de Certificação e Monitoramento Ambiental;
- Indicar o Gerente e os Coordenadores Temáticos que comporão a Gerência do PROAMBIENTE.

Esse conselho é composto por 15 instituições representativas da sociedade, governamentais e não governamentais a seguir:

- Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – CONTAG;
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI/PA;
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia – FETAGRO;
- Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE;
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB
- Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS;
- Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;

- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM;
- Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE;
- Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- Ministério da Integração Nacional – MIN;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
- Banco da Amazônia – BASA;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

De acordo com os relatos da Presidente do STR de Xapuri, CARVALHO (2009), o Conselho Gestor Estadual (CONGES) é o órgão deliberativo do Proambiente de abrangência estadual, a quem compete, em sintonia com o CONGEN, acompanhar e fiscalizar a implementação do Proambiente no Estado, estabelecendo diretrizes e normas a partir das realidades específicas locais e articular com os órgãos públicos estaduais políticas públicas para a área de abrangência do Pólo.

Já o Conselho Gestor do Pólo (CONGEP) é o órgão colegiado de proposição e tomada de decisão no âmbito local, e tem como principal atribuição o respeito pelas resoluções do CONGEN e CONGES. O CONGEP deve estar em sintonia com o CONGEN e CONGES; fazer o acompanhamento da execução do Proambiente no Pólo; estabelecer e fiscalizar o cumprimento das diretrizes políticas e operacionais do Pólo; escolher e fiscalizar a Entidade Executora do Pólo; coordenar a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Pólo; fiscalizar a execução dos contratos entre a Entidade Executora do Pólo e as entidades de prestação de serviços; e acompanhar o processo participativo de Certificação e de Monitoramento Ambiental.

A estrutura administrativa do Proambiente está composta de uma unidade central de gerenciamento, ou seja, a Gerência do Proambiente; o Sistema de Acompanhamento & Controle (SAC); Entidades Executoras dos Pólos. Neste sentido, entende-se, que caberá ao Estado, através de um de seus Ministérios, o papel de execução administrativa desta política pública. A execução, no entanto, é feita de forma descentralizada, contando com a participação de Entidades Executoras dos Pólos e de entidades prestadoras de serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural, Certificação e Monitoramento Ambiental, tanto de caráter estatal como não-estatal. (GTA, 2003 s.n.t)

Para entender melhor por onde começa o processo de gestão é importante destacar que o Proambiente é coordenado por uma Gerência Ministerial, composta de um Gerente e 04 (quatro) Coordenadorias Temáticas: Planejamento & ATER; Serviços Ambientais;

Crédito Produtivo; Acompanhamento & Controle. A Gerência do Proambiente é quem faz o Programa acontecer, com importantes atribuições: executar o Proambiente; propor ao CONGEN diretrizes e normas operacionais para o bom funcionamento do programa; credenciar as entidades prestadoras de serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural, Certificação e Monitoramento Ambiental; firmar contratos e convênios técnicos para garantir a execução do programa; coordenar as ações interministeriais necessárias à implementação e funcionamento do Proambiente; acompanhar o processo de pagamento de serviços ambientais; firmar contratos e convênios de cooperação técnica.

Existe também a Entidade Executora do Pólo, esta é escolhida pelo CONGEP, desde que sejam respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo CONGEN e CONGES, que se encarregará pela execução do Proambiente no Pólo, podendo para isso, firmar convênios com a Gerência do Proambiente e contratos com entidades prestadoras de serviços no Pólo. (GTA, 2003 s.n.t)

No Acre a entidade gestora do Proambiente é o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre - PESACRE.

Cabe salientar que com exceção do Acre, os outros estados da Amazônia as entidades gestoras do Proambiente são as Fetag's. Isso se justifica pela luta travada no movimento sindical em torno da construção do Proambiente. As ONG's vieram no segundo momento e tiveram um papel puramente técnico na construção do Programa.

Após a entrega da versão final do projeto Proambiente para o governo federal, é importante ressaltar que no Acre, o resultado desse estudo confirma que a grande maioria das lideranças consideradas protagonistas desse programa ainda hoje continua lutando pela sua sobrevivência: uns continuam a frente das entidades sindicais, no qual participam dos conselhos, sem nenhuma credibilidade; outros voltaram para seu habitat natural e vivem como pequenos agricultores familiares, ou produtores da agricultura de subsistência ou mesmo da produção de borracha, vendendo o látex para a fábrica de camisinha do governo. Poucas lideranças conseguiram obter uma ascensão social, deve-se destacar o sindicalista Sibá Machado, o Júlio Barbosa e sua esposa Maria Araújo de Aquino. O Sibá por seu esforço pessoal retornou ao banco da escola, onde continuou seus estudos, chegando até o mestrado. Os outros por sua representação estar relacionada à questão ambiental e articulada com organizações de representação nacional e internacional como o GTA, PPG7, USAID e etc.

É essa a realidade a realidade das lideranças que construíram o Proambiente no Acre.

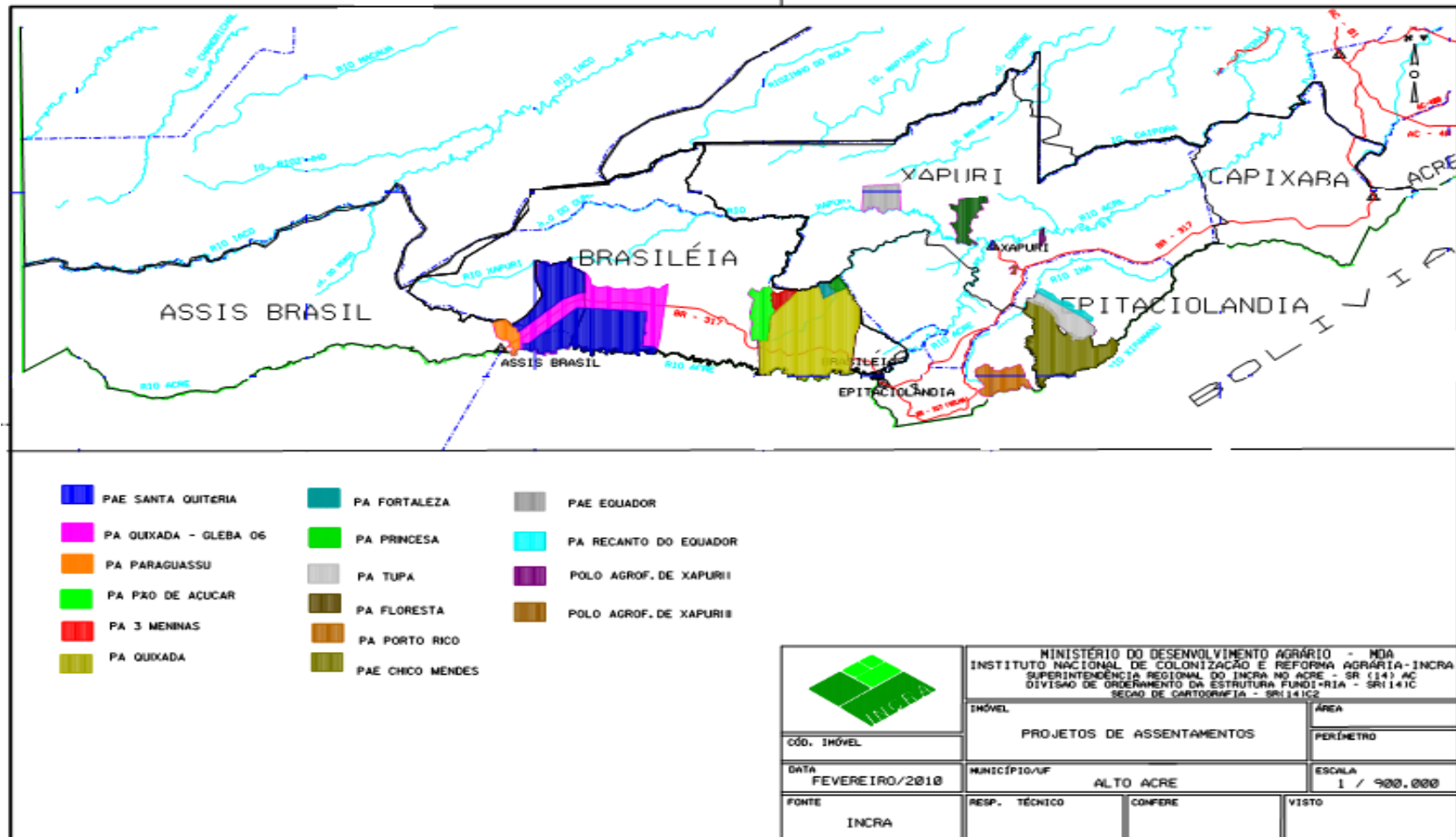
2.4. A trajetória do Próambiente no Território do Alto Acre

O Território do Alto Acre encontra-se localizado no Vale do Acre, no leste acreano, composto por cinco municípios, sendo quatro da Regional do Alto Acre (Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri) e um da regional do Baixo Acre (Capixaba).

De acordo com as informações contidas no Relatório final de avaliação de infraestrutura financiados pelo MDA/SDT, Acre (2009 p. 5), a principal malha viária do Território é a BR-317, conhecida como “Estrada do Pacífico”, que liga a capital Rio Branco ao sul do Estado, passando pelos municípios de Senador Guimard, Capixaba, Epitaciolândia e Brasiléia, perfazendo uma extensão de 232 km. A partir de Brasiléia a estrada percorre mais 110 km até chegar à cidade de Assis Brasil, na fronteira Trinacional Brasil-Bolívia-Peru, aonde foi construída a ponte que liga o Brasil ao Peru, chamada “Ponte da Integração”. Após a fronteira, percorre-se 1570 km até chegar ao Porto de Illo no Oceano Pacífico, principal porta de exportação de produtos para grandes centros consumidores, como a China e o Japão.

No Território do Alto Acre, os pontos geográficos mais importantes são: a Reserva Chico Mendes, as Terras Indígenas Cabeceira do Rio Acre e Mamoadate (Povos Jaminawa e Manchineri), a Estação Ecológica do Rio Acre.

Figura 4 - Projetos de Assentamento no território do Alto Acre



Fonte: INCRA/2010

Quadro - 5. Áreas e nº de famílias assentadas nos municípios contemplados com o Proambiente.

Municípios	Área	N. assentamentos	N. de famílias assentadas	Titulados	Não titulados
Assis Brasil	3.406,9520	01	98	-	98
Brasiléia	134.547,5888	08	1.648	761	887
Epitaciolândia	39.844,7024	04	202	202	202
Xapuri	986.346,1196	08	31.016	9.777	21.239

(Quadro criado pela autora). Fonte das informações: (INCRA, 2010)

A região é uma área de ocupação antiga, onde a base da organização da produção está centrada no extrativismo da borracha e castanha-do-brasil. A economia regional está centrada no setor primário, os principais produtos comercializados são: borracha, castanha, arroz, milho, farinha de mandioca e feijão. A pecuária, que ocupa 80% da área desmatada é uma atividade significativa na região, no entanto existem poucos dados confiáveis sobre a sua expressão econômica. A agricultura familiar no Estado do Acre sinaliza, principalmente a partir dos anos 70, algumas alterações no uso da terra, com propensão para a exploração da pecuária mista como substituição de parte da atividade extrativista e agropecuária de subsistência (ACRE, 2006, s.n.t).

A tendência da pecuarização entre os agricultores familiares implica em mais desmatamentos e ameaças aos recursos naturais. A substituição de florestas nativas por áreas com pastagens vem provocando profundos impactos de ordem ambiental e social. No município de Brasiléia, o total de hectares ocupados por pastagens aumentou de 2.971 ha em 1970 para 54.464 ha em 1985, totalizando um incremento de 1.700% de floresta substituída em um período de apenas 15 anos (ZEE, 2000, s.n.t).

Percebe-se que o Proambiente no Acre está sendo executado numa região bastante explorada pela pecuária. Hoje, na tentativa de diminuir a pecuarização e conter o desmatamento foi transformada em Território do Alto Acre pelo MDA. Portanto todos os projetos de desenvolvimento estão voltados para aquele território. Neste sentido, o Proambiente articulado com os demais projetos, pode ser analisado como um instrumento de planejamento regional, que considera as características socioeconômicas e ambientais do território onde as famílias beneficiárias residem.

É neste contexto, econômico e socioambiental que o Proambiente está inserido, entretanto, é importante destacar que a preparação para a execução do Proambiente no Acre ocorreu em 2002 através das entidades que representam o movimento social, por um lado a FETACRE com uma representação mais política de articulação com os STRs e o

PESACRE com a parte técnica, juntos realizaram a sensibilização e a mobilização para implementação do Proambiente, definindo os municípios que seriam beneficiados com o Programa.

Para isso, contou com o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR's que contribuíram decisivamente na mobilização de diversas reuniões com as associações de produtores (as), para discussão e identificação das 600 famílias com o perfil de beneficiárias e dispostas a participarem do Programa.

Em 2003 o Plano de Desenvolvimento foi construído pela FETACRE com o apoio do PESACRE, mas já no final da elaboração do Plano de Desenvolvimento a FETACRE repassa a responsabilidade da gestão técnica do Proambiente para o PESACRE 10, por não ter em seus quadros uma equipe técnica capaz de executar o Programa.

O documento resultante dessa construção foi chamado de “Plano de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS”, que iremos aprofundar no próximo capítulo. O PDLS faz parte de um dos programas do PADRS (Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável), concebido pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais liderados pela CONTAG. Este projeto possibilitou à participação de muitos trabalhadores que não compreendiam o que era uma reunião comunitária, ou mesmo, a importância de se criar a associação de produtores rurais. Através do PDLS se intensificou a discussão nas comunidades sobre a realidade local, mudou um pouco a mentalidade sobre organização, participação e a importância dos projetos, criando uma ligação mais concreta entre as comunidades. Como os trabalhos são realizados sempre de forma coletiva e com metodologias participativas isso fez crescer a relação das pessoas e das comunidades.

A partir dessas ações, articulou-se o Conselho gestor Local do Proambiente na região do Alto Acre (CONGEP), a fim de facilitar o processo de parceria entre as instituições que trabalham na região e garantir um fórum de tomada de decisão com a participação das comunidades.

Segundo Gomes (2008), no início de 2004 as lideranças do movimento social chegaram à conclusão que teriam que reduzir para 400 famílias porque o orçamento do Programa não permitia trabalhar com as 600 famílias. E optaram em atuar com as famílias

¹⁰ O PESACRE é uma organização sem fins lucrativos que tem uma boa estrutura administrativo-financeira (um coordenador administrativo mais um auxiliar administrativo e um auxiliar financeiro), e conta com uma equipe técnica que tem muita experiência na região. Atua no Estado do Acre há muitos anos com a agricultura familiar dentro de princípios agroecológicos, e tem desenvolvido metodologias para atuação com a agricultura familiar que têm sido referência na Amazônia.

menos assistidas, ou seja, mais isoladas, e com um número menor de famílias para poderem executar o Programa com qualidade e consolidá-lo com um grupo menor para depois ampliar. Foram elaborados diagnósticos familiares e comunitários, propiciando uma visão mais detalhada do perfil das famílias beneficiárias e do seu potencial para a prestação de serviços ambientais. (GOMES. et al. 2008 p. 130)

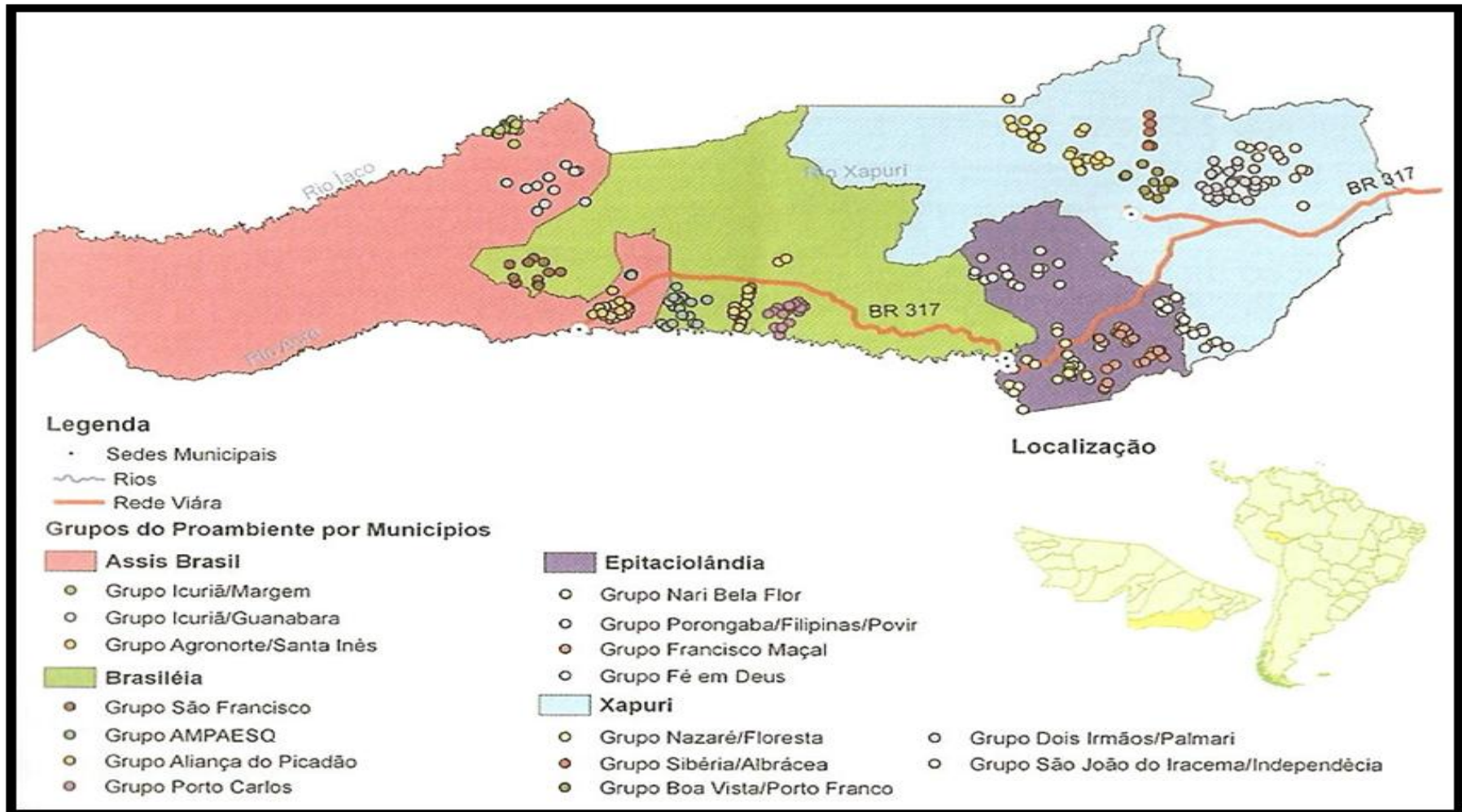
Os critérios estabelecidos pelo movimento social local para a escolha das famílias levaram em conta alguns critérios básicos como:

[...] ser sócio do Sindicato de Trabalhadores Rurais, cooperativas ou associações comunitárias, estar associado há mais de seis meses na entidade que o representa, morar há mais de seis meses na propriedade e há um ano na região, ser produtor (a) familiar rural. Os sindicatos e associações levaram em conta o número total de trabalhadores rurais por município, buscando uma distribuição equitativa das 400 famílias a serem contempladas: Xapuri, 125, Brasileia, 125, Epitaciolândia 75, e Assis Brasil, 75. Das Famílias inseridas, aproximadamente 50% são de seringueiros residentes na Reserva Extrativista Chico Mendes, a outra metade são colonos residentes em Projetos de Colonização e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, localizados no entorno da Reserva, as margens da BR-317[...] (GOMES et al. 2008 p. 130 e 131).

O processo de seleção das famílias resultou na formação de 16 grupos comunitários nos quatro municípios, cada um com 25 a 30 famílias. Para Gomes (2008), a formação dos grupos, foram valorizados, a organização comunitária, e a distancia entre as famílias. Um fato interessante que evidencia a participação do movimento social no processo de execução do Proambiente foi à seleção de um agente comunitário dentro de cada grupo, ou seja, uma pessoa com o perfil de liderança de preferência ligada ao sindicato ou a associação com objetivo de fazer a articulação direta entre os técnicos e as famílias beneficiárias do Programa.

.

Figura 5 - Distribuição dos grupos beneficiários do Proambiente nos quatro municípios contemplados com o programa



Fonte: PESACRE/2008

No projeto original divulgado pelo GTA, consta que o Conselho gestor do Proambiente funciona no Pólo, é o CONGEP, este possui uma câmara técnica composta pela EMBRAPA, FUNTAC, SEAPROF, PESACRE e UFAC que ajuda a pensar e articular as questões técnicas que envolvem as ações do Proambiente. No entanto, segundo relato das lideranças locais, este conselho não se reúne à aproximadamente um ano, o que evidentemente compromete a qualidade na execução do Programa no Acre. Neste sentido, o CONGEP é determinante para o êxito do Proambiente, pois é nesse espaço que se garante o acompanhamento e o monitoramento, se discute e define os entraves do Programa, pois os sujeitos sociais envolvidos estão diretamente ligados ao Pólo.

Na consulta feita ao coordenador do Pesacre, Borges (2009), ele relata que o CONGEP foi fundido com o Conselho do Território do Alto Acre e Capixaba – CTAC, ao mesmo tempo faz uma justificativa, esclarecendo os motivos que levaram a esta fusão. Segundo ele, todos os conselhos que existe naquela região são compostos pelas mesmas instituições e os mesmos conselheiros. Estes conselhos o CONGEP, o CTAC e o CONDIAC são espaços de discussão e decisão de políticas públicas para a região do Alto Acre.

O resultado das entrevistas tem mostrado que a fusão dos conselhos não agradou a maioria das lideranças sindicais daquela região. A composição do CTAC é tripartite e são representados pelas seguintes entidades: Governo do Estado do Acre, Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Acre (FETACRE), Federação da Agricultura do Estado do Acre (FAEAC), Federação das Associações Comerciais, Industriais e de Serviços do Acre (FACISA), Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC) e a Federação das Associações de Moradores do Acre (FAMAC). É importante ressaltar que o CTAC foi criado em 2005 e considerado como prioridade para o exercício da gestão participativa e do desenvolvimento sustentável. É um órgão colegiado de proposição e tomada de decisão no âmbito do território, em conformidade com as resoluções do CONDRAF e CEDRFS e tem como desafios: a articulação interinstitucional; articulação de políticas públicas para o meio rural; o fortalecimento das instituições representativas dos seguimentos da produção familiar do Território; a promoção da gestão participativa do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da participação dos grupos sociais, gênero e etnia. O CTAC tem como parceiros: CONDIAC¹¹, SDT/MDA, IBAMA, EMBRAPA, CONAB, MME, WWF-Brasil, CARE, Iniciativa MAP, AMAC e o Governo do Estado do Acre.

¹¹ CONDIAC - consórcio de desenvolvimento intermunicipal do Alto Acre e Capixaba. Este consórcio foi criado em 2003 e é composto pelos municípios de: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri e Capixaba.

É importante ressaltar que a fusão do conselho, causou um impacto direto nas ações do Proambiente. Primeiro, porque passou a ser considerado um Programa Transversal que certamente só terá êxito se estiver integrado com os três níveis de governo: o federal, o estadual e o municipal e com o movimento social. Segundo, a tentativa de ganhar tempo e resolver tudo num único fórum, abre espaço para a fragilidade do programa, além de comprometer a participação das lideranças ligadas ao Pólo. E ai cabe a pergunta: Quem representa o Proambiente no CTAC, tem dado retorno as famílias beneficiarias do Programa? E por último, o Proambiente passa a ser pautado somente pelo conselheiro, ou pela entidade executora. Percebe-se que a entidade executora do Proambiente se confunde muitas vezes com o governo e o governo nunca assumiu o programa. O que parece não ter sido a ação mais estratégica para a sustentabilidade do Proambiente, pois não há um mecanismo de acompanhamento e monitoramento que garanta a integração das políticas públicas executadas naquela região, além de fugir do seu objetivo principal, deixa de ser todo, para ser parte do Conselho do Território do Alto Acre e Capixaba. Neste sentido é importante ressaltar que no desenvolvimento da pesquisa de campo a entrevista feita com o Presidente do STR de Brasília Rosildo Rodrigues de Freitas, mostra com clareza a situação do Proambiente naquela região.

A gente construiu uma política de desenvolvimento e não é consolidada como uma política dos trabalhadores e sim como uma política de governo. O Proambiente trouxe uma nova metodologia de trabalho, onde o governo era parceiro na implementação das ações. Depois que o conselho foi fundido com Conselho Territorial, o Proambiente se enfraqueceu, por uma falta de estratégia política. Os produtores não se sentem mais nesse processo. O que parece é que uns vão substituindo os outros. (FREITAS, 2009, s.n.t)

Pode-se concluir que o movimento social precisa estar consciente de sua participação em todas as etapas do Proambiente, tanto na política agrícola como na política ambiental. Para isso, é necessário que esteja fortalecido para continuar propondo, monitorando e fiscalizando.

Seu objetivo principal é de contribuir para viabilização de um novo padrão de desenvolvimento regional, a viabilidade das atividades produtivas, a conservação do patrimônio natural e a consumação de uma proposta transparente e eficiente de organização da produção, que venha elevar o nível de vida dos habitantes dessa região.

O conselho é um espaço importante na tomada de decisão e de proposição e articulação de políticas públicas, é um espaço de poder que por princípio, prima pela democracia, os trabalhadores têm acento em todos os conselhos e precisam participar de forma mais precisa, pois é nesse espaço que se decide o futuro de uma comunidade. Por isso, é preciso se apropriar desse espaço e participar de forma mais qualitativa em todos os processos.

O conselho do Pólo do Proambiente é tão importante quanto o Conselho Nacional, é lá que estão as famílias, os dirigentes do movimento social envolvidos no projeto. É no espaço local que as coisas acontecem. Nesse sentido o conselho do Proambiente no Pólo precisa ser específico, por se tratar de uma política pública garantida no PPA de 2004-2007. É uma pena que um Programa como este, ainda esteja em sua fase experimental, trata-se ainda de um Programa Piloto.

Segundo relato de algumas famílias do Pólo, após o Plano de Desenvolvimento foi feito os Planos de Desenvolvimento das Propriedades com as 400 (quatrocentas) famílias, foram construídos os mapas das propriedades/lotês, e em seguida foi realizado os diagnósticos comunitários com 16 grupos envolvendo 16 agentes comunitários, para abordar questões mais gerais do Programa. Em 2005, foram elaborados os PU's¹² por família. Os planos de utilização são de fundamental importância para o êxito do Proambiente, é a principal ferramenta para o planejamento da família quanto às mudanças de uso da terra. É à base dos projetos de crédito rural, do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e do Licenciamento Ambiental. É a uma das exigências, ou seja, a pré-condição para a Certificação de Serviços Ambientais. (FERREIRA, 2008 p. 69)

¹² Os Planos de Utilização da Unidade de Produção – PU é um planejamento integrado da área que se costuma chamar também de unidade produtiva, onde a família trabalha, pode ser uma propriedade, um lote, um sítio, uma área de uso coletivo, é o lugar em que a família planeja as ações para um bom manejo da produção, das áreas protegidas, dos rios, lagos etc. e podem incluir: mudanças no uso da terra (redução do uso do fogo, diversificação dos roçados, recuperação de áreas degradadas, recuperação de áreas protegidas (Reservas Legais. Áreas de Proteção Permanente e Matas Ciliares...)

CAPÍTULO 3 - . O PROAMBIENTE E A LEGITIMAÇÃO DAS POLÍTICAS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA.

3.1. Introdução

Neste capítulo, pretende-se fazer uma abordagem de caráter descritivo e analítico dos estudos realizados pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, em relação ao marco legal e conceitual, assim como, os entraves encontrados para efetivação do Pagamento por Serviços Ambientais. Fará algumas considerações acerca da Política do Ativo Ambiental implementado pelo do Governo do Estado do Acre e em que medida o bônus pago por essa política substitui o PSA¹³ colocado pelo Proambiente. Neste mesmo sentido, tentaremos fazer uma análise sobre a eficácia da Política do Ativo Ambiental, no sentido de melhorar o dia-a-dia do trabalhador rural, uma vez que este tema em relação ao Proambiente caracteriza-se como uma inovação, na busca da conciliação entre produção econômica e a conservação do meio ambiente. Este estudo também dará destaque para a participação do movimento social no processo de efetivação do PSA, através de algumas entrevistas realizadas com lideranças sindicais.

Também será ressaltado a questão de gênero e a organização produtiva, das Mulheres do Alto Acre, descrevendo alguns relatos com o objetivo de dar visibilidade das relações sociais entre homens e mulheres nos espaços de poder. Descaremos a necessidade de políticas públicas adequadas, num contexto em que a Amazônia aparece em um dos principais cenários da disputa social em termos mundiais, por suas riquezas minerais, recursos hídricos, cobertura florestal e biodiversidade.

Por último, pretende-se fazer reflexões a partir do momento em que uma metodologia do movimento social se torna política pública, uma crítica construtiva ao Proambiente. Quando os trabalhadores organizados são considerados eficientes para conceber e desenvolver propostas de políticas públicas de desenvolvimento, no entanto, quando na tentativa de conciliar o conhecimento técnico com o conhecimento empírico, surgem as contradições e conflitos que se estabelecem no campo das concepções e execução de programas e projetos.

¹³ Pagamento por Serviços Ambientais

3.2. O Pagamento dos Serviços Ambientais e o Ativo ambiental

É a terra lavrada, a árvore lavrada, da alvorada ao poente, sol radiante que vai engrossando seus troncos e estendendo seus galhos para abraçar o home. (LEFF, 2006 p. 502)

Deve-se ressaltar que a partir do momento em que o planeta vivencia a maior crise ambiental de sua história, e o desmatamento é considerado um dos vilões dessa crise. O principal objetivo do PSA é remunerar quem preserva o meio ambiente, é pagar uma determinada quantia de dinheiro a quem planta ou mantém árvores em pé.

Recentemente este tema vem sendo discutido a partir de varias constatações: a primeira, é que a Amazônia abrange a maior floresta tropical e uma das últimas grandes fronteiras de colonização do mundo. A segunda, a sociedade civil organizada cada vez mais se conscientiza que a degradação ambiental gera problemas sociais e econômicos, principalmente no meio rural, ameaçando a sobrevivência humana. A terceira, o desmatamento na Amazônia, contribui para o aquecimento global, causador dos grandes desastres ecológicos em todo o planeta. Na busca por alternativas de desenvolvimento a fim de minimizar todas estas questões, surge o conceito de pagamento por serviços ambientais (PSA), que vem desenvolvendo experiências e modelos de políticas públicas de conservação ambiental em diversas partes do mundo.

Nas duas últimas décadas a Amazônia Legal registrou os mais altos índices de desmatamento. Desde a década de noventa, o governo brasileiro passou a reconhecer a necessidade de conservação dos serviços ambientais providos pela floresta amazônica e vem implementando ambiciosos programas de conservação da floresta na região. É importante enfatizar e os dados comprovam, que, a Amazônia brasileira abrange mais de cinco milhões de quilômetros quadrados em áreas muitas vezes de difícil acesso. Isso faz com que uma política ambiental que se ampare, principalmente, em controle e fiscalização, implique em altos custos de implementação. Além disso, muitos dos mais de 500 mil pequenos agricultores na Amazônia Legal não poderiam cumprir com a legislação ambiental sem comprometer, em muitos casos, sua baixa qualidade de vida. (WUNDER et al, 2008 p. 12)

Neste sentido, Leff (2006), nos diz que:

A problemática ambiental emerge como uma crise de civilização: da cultura ocidental; da racionalidade da modernidade; da economia do

mundo globalizado. Não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza. (LEFF, 2006 p. 15)

Em relação à questão conceitual, alguns autores como (Chomiz et al., 1999), adotam o conceito de serviço ambiental como uma atividade humana que contribui para manter ou aumentar a provisão de benefícios por meio do ambiente. Já Daily (1997), conceitua o PSA como as condições e os processos pelos quais os ecossistemas sustentam a vida humana. Para Wunder (2005), o pagamento por serviços ambientais é uma transação voluntária na qual um serviço ambiental bem definido ou uma forma de uso da terra que possa segurar este serviço é comprado por pelo menos um comprador de pelo menos um provedor sob a condição de que o provedor garanta a provisão deste serviço. Este último é a que mais aparece nos livros e artigos que tratam do assunto.

De acordo com Wunder (2008), a crescente preocupação com o aquecimento global veio reacender a temática do desmatamento em arenas de debate internacional como a 13ª Conferência das Partes – COP 13¹⁴ sobre as Mudanças Climáticas, em 2007. Paralelamente, observa-se que vários países no mundo já vêm experimentando novas abordagens de gestão ambiental. [...] A decisão assumida de incluir a opção de REDD¹⁵ em futuras negociações envolvendo instrumentos de política internacional para mitigação de mudanças climáticas, novas oportunidades para PSA baseados em carbono estão surgindo. Estas oportunidades se verificam, por exemplo, em forma de novos acordos bilaterais que podem surgir do comprometimento de recursos significativos por governos de países industrializados, como Noruega, para incentivar a conservação de florestas naturais. Na COP 13, foi também lançado um novo fundo de carbono, o Forest Carbon Partnership Facility, constituído por recursos provenientes de ONG e vários países industrializados, destinado à conservação de florestas. (WUNDER et al. 2008, p. 51)

¹⁴ A 13ª. Conferência das Partes das Nações Unidas em Mudança Global do Clima (UNFCCC - COP 13) ocorreu no período de 3 a 14 de dezembro de 2007 em Bali, na Indonésia, contou com mais de 10.000 participantes, vindos de mais de 180 países. Entre os principais resultados esperados da conferência estavam à definição de novos limites para emissões de gases do efeito estufa (GEE) nos países desenvolvidos e formas de se incluir incentivos positivos para redução do desmatamento nos países em desenvolvimento. (CENAMO et al, 2008 pag. 1) <www.idesam.org.br> acesso em 02.04.2010.

¹⁵ Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação Ambiental

Pesquisa realizada na internet evidencia que o mercado de créditos de carbono¹⁶ é atualmente, o projeto de PSA mais difundido no mundo. Foi implementado pelo Protocolo de Kyoto¹⁷. O Protocolo de Kyoto tem o objetivo de criar diretrizes gerais para amenizar o problema ambiental dos impactos ecológicos dos modelos de desenvolvimento industrial e de consumo vigentes. Uma das principais diretrizes é a redução das emissões de gás carbônico em 5,2% pelos países desenvolvidos até 2012. O que causa impactos diretos na mitigação do aquecimento global¹⁸, considerado o maior problema ambiental enfrentado pela sociedade nos dias de hoje. (<http://ambiente.hsw.uol.com.br>), acesso em 20/03/2010.

A Costa Rica foi um dos primeiros países a implementar esquema de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA para conservação de florestas. O governo da Costa Rica criou uma taxa, que incide sobre o consumo de água e gasolina do País, cuja arrecadação é revertida a proprietários de florestas (cerca de US\$ 80 por hectare/ano de mata preservada), aos prestadores de serviços ambientais. Os programas de PSA da Costa Rica e o CRP nos Estados Unidos, em escalas nacionais, abrangem 0,27 e 14,5 milhões de hectares respectivamente, sendo que este último valor corresponde aproximadamente à área desmatada na Amazônia brasileira em 2006. (WUNDER et al. 2008 p. 34)

Para se ter mais clareza das experiências de Pagamento por Serviços Ambientais, Wunder et al (2008 p. 34), faz um demonstrativo muito interessante dos tipos de PSA dentro e fora do Brasil. (veja na tabela abaixo)

¹⁶ O comércio de carbono, muitas vezes chamado de comércio de redução de emissões, é uma ferramenta básica no mercado para limitar os gases do efeito estufa. É uma maneira de diminuir as emissões de gases do efeito estufa. (CENAMO et al,2008, p. 1) <www.idesam.org.br> acesso em 02.04.2010.

¹⁷ **Redigido** em Kyoto, no Japão, **em 1997**, o Protocolo de Kyoto é um tratado internacional fechado entre os países industrializados e outros integrantes das Nações Unidas para redução da emissão de gases causadores do efeito estufa e do conseqüente aquecimento global. (CENAMO et al, 2008 p. 1) <www.idesam.org.br> acesso em 02.04.2010.

¹⁸ Aquecimento global É um aumento significativo da temperatura média da Terra em período relativamente curto, em razão da atividade humana. (CENAMO et al, 2008 p. 1) <www.idesam.org.br> acesso em 02.04.2010.

Quadro - 6. Experiências de Pagamento por Serviços Ambientais, dentro e fora do Brasil.

Esquema	Países	Serviços	Pagamento por	Comprador	Escala de transação	Tamanho (há)	Fonte
RISEMP	Columbia, Costa Rica e Nicarágua	Biodiversidade e Carbono	Recuperação Silvopastoril	Agencia Internacional (GEF)	Internacional 03 países	3.500 ha	Pagiola Et al. 2005, 2007
Pimampiro	Equador	Água	Conservação Recuperação	Governo Municipal	Local	496 ha	Echavarria et al. 2004 e
Conservation Reserve Program (CRP)	USA	Água Biodiversidade Solo etc.	Recuperação (Práticas agrícolas e retiradas de terra da produção)	Governo Central	Nacional	14.500.000 ha	Claassen et al, 2008.
PROFAFOR	Equador	Carbono	Restauração Plantação	Cias. Privadas	Regional (Províncias selecionadas)	22.300 ha	Wunder & Albán, 2008
PSA Program	Costa Rica	Carbono, água, biodiversidade, beleza cênica	Conservação/recuperação	Setor Público	Nacional	270.000 ha	Pagiola, 2008
Vitel	França	Água	Conservação/recuperação. Práticas agrícolas	Cia. Privada	Local	5100 ha	Perrot-Maitre, 2006
Proambiente	Brasil	Vários (carbono, água, qualidade do solo, etc.	Desmatamento evitado e práticas agrícolas	Governo Federal	Nacional	23.100 ha	Viana et al, 2006 Medeiros et al, 2007
Bolsa Floresta	Brasil	Carbono Biodiversidade	Desmatamento evitado	Governo Estadual	Estadual (áreas protegidas)	Até 8.500 famílias	Governo do Amazonas, 2007
PLANTAR	Brasil	Captura de carbono	Toneladas de carbono capturado	Agencia Internacional (Prototype Carbon Fund)	Local	23.100 ha	May et al, 2003

Fonte: (Wunder et al . 2008 p. 34)

No Brasil, o potencial de Pagamento por Serviços ambientais o PSA como é conhecido, tem início a partir de 2000, com o lançamento do Programa Proambiente, que aparece com muita clareza, conforme o quadro acima, como um programa nacional de experiências exitosas, dentro de um contexto internacional. No entanto, sabe-se da fragilidade do referido programa, que na prática, por diversas razões o PSA ainda não se concretizou. O que fica muito claro nos depoimentos das lideranças envolvidas na execução do Programa.

A entrevista com o Coordenador do Proambiente no Acre, Adair Pereira Duarte, no dia 05 de abril de 2010, diz o seguinte:

Desde de 2007, em algumas reuniões com a equipe gestora do Proambiente em Brasília, nos constatamos que não era permitido alocar recursos para o PSA, devido a legislação brasileira. A partir daí, fomos para campo esclarecer as famílias o porquê do não Pagamento por Serviços Ambientais. Algumas famílias já têm clareza da dificuldade, outros cobram até hoje. O PESACRE é responsável pelo trabalho de ATER, e para realizar esse serviço contamos com a contribuição de uma comissão representada pela SEAPROF, STR's, Associações das Resex e a Prefeitura, no acompanhamento e na tomada de decisão, em relação à entrada de novas famílias e mudança de agentes comunitários. (DUARTE, 2010. Entrevista)

Torna-se claro que a inexistência de uma base legal para PSA em âmbito nacional, que permitisse PSA no orçamento da União, representa notadamente o principal ponto de estrangulamento do programa Proambiente. Em âmbito estadual, o Amazonas veio a criar sua própria base legal para viabilizar PSA dentro das diretrizes de sua política estadual de mudança climática e, no estado do Acre, foi instituído instrumento legal semelhante. Segundo Viana et al. (2006), citado por Wunder (2008, p. 74) a aprovação de lei que institua PSA em âmbito federal, estabelecendo a alocação de verbas públicas para tal, representa uma pré-condição para a viabilidade de um programa nacional de serviços ambientais e de PSA públicos. Cabe ressaltar que PSA privados, financiados por outras fontes, não requerem bases legais em âmbito nacional para a sua implementação. O Código Florestal prevê a conservação de 80% da floresta em todas as propriedades rurais na Amazônia Legal, como Reserva Legal, e a proteção de florestas nas margens de rios e igarapés como Área de Proteção Permanente. A deficiência na implementação efetiva da legislação ambiental no país e da fiscalização para o cumprimento da lei representa um outro entrave para PSA públicos. (Wunder et al. 2008 p. 74)

De acordo com Wunder (2008), as experiências pioneiras em várias localidades da região amazônica mostraram uma série de barreiras a serem superadas na implementação de esquemas de PSA na Amazônia. Desde então, vários projetos de lei foram propostos visando à inclusão de PSA no portfólio de instrumentos de política ambiental do país. Esse portfólio atualmente tem como principal componente instrumentos de comando e controle e a criação de áreas protegidas, que vêm a contribuir direta ou indiretamente para a manutenção de serviços ambientais na Amazônia. Superar a principal barreira legal, que é o estabelecimento de uma base legislativa para a inserção de PSA no orçamento federal, é apenas o primeiro passo. Além disso, há muitas peculiaridades, numa região tão grande e diversa como a Amazônia brasileira, que precisam ser levadas em consideração no desenho de mecanismos públicos de transferência de recursos em prol do meio ambiente. Muitas destas peculiaridades continuam sendo relevantes quando se trata de acordos privados entre fornecedores de serviços ambientais e potenciais compradores, dentro ou fora do Brasil. (WUNDER et al. 2008 p. 19 e 20)

Com isso, conclui-se que a partir do momento que o Proambiente é adotado como política pública pelo Ministério do Meio Ambiente, o Pagamento dos Serviços Ambientais torna-se o elemento central com a principal finalidade de garantir uma renda mínima para o trabalhador rural e a preservação do meio ambiente. Com isto, imagina-se que viriam as demais políticas básicas como saúde, educação, crédito e assistência técnica.

Certamente pode-se reconhecer a fragilidade na afirmação dessas políticas, uma vez que os projetos focados nessa área, e o valor oferecido pelo PSA, ainda não são suficientes para garantir a melhoria da qualidade de vida na área rural ou mesmo o tão noticiado desenvolvimento sustentável. Para tanto, é preciso ter claro que: para manter a floresta em pé é necessário pensar primeiramente na sobrevivência das comunidades locais, para isso, cabe aqui uma pergunta: como conciliar investimento na agricultura, com o uso dos recursos naturais existentes na floresta, sem degradar o meio ambiente? Pelo que se evidencia, tal conciliação tem sido um enorme desafio colocado para os governos e para as populações locais, no momento em que a própria legislação brasileira não reconhece o conceito de prestação de serviços ambientais nem tão pouco indica meios para viabilizar o seu pagamento.

A relação das comunidades pobres e seu ambiente se caracterizam pelo fato de que tanto sua sobrevivência como a satisfação de suas necessidades básicas dependem da harmonia entre suas práticas produtivas, das condições ecológicas e de seus valores culturais. Daí que o

conceito de desenvolvimento sustentável adquire seu sentido mais amplo nos processos de produção rural. (LEFF, 2006 p. 477)

Atualmente as políticas adotadas pelo governo, tanto no âmbito federal como estadual, tendo como exemplo o Proambiente, têm gerado muitas expectativas aos pequenos produtores; ao mesmo tempo em que tem levado essas populações ao mais alto grau de insatisfação, tendo em vista que o PSA, nunca ocorreu. A qualidade de vida na área rural não melhorou, de forma como é noticiado nos grandes eventos do mundo globalizado. Alguns produtores durante as reuniões para discutir o PSA, demonstraram não acreditarem mais nesse pagamento, relacionam o PSA como uma fiscalização, como uma forma de proibi-los a desmatar, a queimar e colocarem seus roçados. Outros, sem ter a devida clareza de como será feito tal pagamento, mostram logo o interesse de participar do Programa, como forma de amenizar sua condição de sofrimento e pobreza.

Esse fato é constatado a partir de entrevistas com varias lideranças da região do Alto Acre, realizadas no dia 27 de maio de 2009, a qual se destaca o relato da Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, Derci Teles de Carvalho que dá um o seguinte depoimento:

O Proambiente está desarticulado, não está acontecendo nada. Começou até interessante, mas a partir do ano de 2008 parou totalmente. Em relação aos serviços ambientais, foi pago somente uma vez o valor de 300 reais para compra de equipamentos e nunca mais se falou nisso. O Sindicato é parceiro desse projeto, principalmente na mobilização da comunidade. O primeiro técnico do Proambiente morava na cidade, os trabalhadores nem sabiam que ele estava a serviço do Programa. Aqui houve pouquíssimo avanço das famílias beneficiárias do Programa. A maioria das famílias, já tinha um começo de SAF's e a experiência com as leguminosas, desenvolvidos por outros projetos articulado pelo sindicato. (CARVALHO, 2009. Entrevista).

Durante visita de campo no Pólo da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Seringal Rio Branco, no dia 28 de maio de 2009, o seringueiro e agente comunitário do Proambiente (voluntário) Sebastião Pereira da Silva, confirma a fragilidade na execução do Programa, principalmente em relação ao Pagamento por Serviços Ambientais.

No começo o Proambiente chegou de qualquer jeito. Os técnicos contratados não estavam preparados, não sabiam o que estavam fazendo. Queriam mais era receber o dinheiro. Quero confessar que aqui foi muito devagar. Trabalhar roçado sem fogo foi do nosso jeito... Os técnicos entregavam as leguminosas e diziam para gente dá o nosso jeito. Eu fui convidado pelo Sindicato para fazer um curso de SAF's, aprendi muito e

comecei a incentivar meus vizinhos. Estamos trabalhando hoje com 28 famílias passando a informação para não desmatar as mata ciliar. Sobre o Pagamento pelos Serviços Ambientais que tanto se fala, recebemos uma única vez logo no início, 600 reais, foi pago de duas vezes. Nunca mais agente recebeu nada. Também não fomos beneficiados com nenhuma linha de crédito. Aqui nós mechemos com borracha, castanha, gado e mais as atividades do Projeto, fica muito pesado, fazer os SAF's sem queimar, tudo isso dá muito trabalho. Creio que todas as famílias também receberam os 600 reais pelos serviços prestados ao meio ambiente. Mas foi uma única vez. O Proambiente é um projeto muito importante. É um projeto que educa, pois as 28 famílias, já estão sabendo como tratar o lixo, a importância das fossas, as fontes de água e por que não podemos desmatar. Trabalho com muita dificuldade, não tenho nem uma moto para facilitar a entrega das sementes. Os equipamentos que usamos foram comprados como nossos próprios recursos. Nós queremos implantar mais SAF's mais não há recursos. Seria bom que tivesse mais recursos, que tivesse uma continuidade nos pagamentos e a capacitação dos agentes. Esse grupo, ainda é o único que está funcionando nesse Pólo, os outros estão parados. (SILVA, 2009. Entrevista)

Raimundo Barros (o Raimundão como é mais conhecido), liderança histórica, da região do Alto Acre, atualmente residindo na Reserva Chico Mendes, no Seringal Rio Branco, faz um relato sobre a importância do Proambiente para aquela população, segundo ele, tão carente de tudo:

Para ele tudo era para estar vinculado ao Proambiente. A matéria prima usada na fábrica de preservativo vem toda da Reserva Chico Mendes, são 450 famílias que produzem para entregar na NATEX. A fábrica de taco a mesma coisa. Tudo isso, seria bom, que tivesse sendo trabalhado através de uma equipe do Proambiente, pois são políticas que tem como objetivo a preservação. A produção sem fogo, os açudes, todas essas ações devem em parte a esse Programa. Dando ao ser humano condições de vida digna, de preservação do Eco-sistema. O Proambiente é um programa muito abrangente. É uma pena, que ainda vive muito dentro dos escritórios. Mesmo assim, já podemos ver algum resultado. Lá no S. João do Guarani, as pessoas produzem seus próprios alimentos, sem contar o trabalho de defesa do Eco-sistema. O que precisa é mais recursos, mais apoio e integração com outros programas. (BARROS, 2009, entrevista realizada no dia 28/05/2009)

Os depoimentos mostram as contradições que existe entre a teoria e a prática. Sem dúvida, a idéia geral do Proambiente era levar uma vida mais digna para os trabalhadores rurais, no entanto, como política pública, os relatos evidenciam o distanciamento que existe entre a execução do Programa com as reais necessidades dos trabalhadores rurais tanto das Reservas como dos Projetos de Assentamento.

Neste sentido, é importante salientar que no Projeto Original do Proambiente divulgado pelo GTA (2003), define-se como Serviço Ambiental a qualidade de vida oferecida à sociedade, proporcionada por mudanças qualitativas nos sistemas de produção, a partir dos Planos de Utilização das Unidades de Produção (PUs)¹⁹ e do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Pólo (PD), os serviços ambientais são prestados tanto em áreas de produção quanto em áreas associadas de conservação e preservação ambiental.

No entanto, o Proambiente trabalha não só com o conceito de planejamento integrado de uso e conservação dos recursos naturais em uma unidade de produção, através da exigência do Plano de Utilização da Unidade de Produção (PU), mas também dentro do conceito de territorialidade, a partir do momento que exige a construção de um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Pólo (PD), buscando ferramentas e ações para a promoção do desenvolvimento local participativo. (GTA, 2003)

O Projeto diz também que o produtor (a) familiar que aderir ao PROAMBIENTE terá apoio para o estabelecimento de sistema de produção rural (via recursos próprios ou via crédito produtivo opcional) que una viabilidade econômica, processos participativos de planejamento e tomadas de decisão, fortalecimento de sua organização social, assessoria técnica e extensão rural pública (estatal e não-estatal), manejo integrado dos recursos naturais da unidade de produção e mecanismos de verificação de serviços ambientais através da certificação participativa e do monitoramento ambiental. (GTA, 2003)

É importante ressaltar todas essas questões são relevantes para mudança da qualidade de vida, no entanto, as famílias já perderam a esperança de que estas políticas possam chegar através do Proambiente.

O fato é que para essa política ser concretizada é necessário criar as condições necessárias para o seu funcionamento, as experiências de PSA realizadas em varias partes do mundo têm evidenciado isso. Também é preciso refletir sobre as conseqüências que estas se apresentam no campo socioeconômico, ou seja, qual é mesmo o benefício concreto que essa política traria para os trabalhadores rurais na Amazônia? Certamente, os trabalhadores

¹⁹ É um planejamento integrado da unidade produtiva, sendo referencia para a família determinar quais serão e como serão feitas as mudanças no uso da terra. [...] É a base para projetos técnicos de crédito rural, para o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e para o Licenciamento Ambiental. (MMA, 2005p. 9)

rurais precisam ter mais clareza dos objetivos do PSA. Não é simplesmente receber um valor para deixar tudo virar floresta, é muito mais que isso. Precisa vir acompanhado de programas que os levem a adquirir mudança de comportamento, seja em relação à produção ou mesmo a preservação. Um programa sério de educação ambiental, a iniciar pelas escolas. Entretanto, de acordo com o Wunder et al (2008, p. 13), o PSA só se concretiza a partir de algumas precondições estabelecidas, as principais são: a precondição econômica, a precondição cultural, a precondição institucional, a precondição institucional, a precondição competitiva dentre outras...

A precondição econômica, para PSA refere-se à existência de uma externalidade (um benefício externo ao provedor de serviços ambientais) que vale a pena ser compensada. Ou seja, PSA só se estabelecem caso exista disposição para o pagamento de um valor maior do que o custo da provisão da externalidade.

A precondição cultural consiste em que os provedores de serviços ambientais respondam positivamente a incentivos econômicos. Se os atores principais sentirem-se pouco motivados em receber pagamentos para mudar sua conduta em relação ao tipo de uso da terra, ou os considerarem socialmente inapropriados, os PSA não funcionarão.

A precondição competitiva, sob condições de mercado com múltiplos provedores e compradores espacialmente dispersos, a maioria dos esquemas de PSA não iria surgir, pois os custos de transação de acordos de negociação de PSA seriam extremamente altos. Nestas situações, as chamadas “ferramentas baseadas em mercado” (direitos comerciáveis de desenvolvimento) podem às vezes ajudar a atingir a meta ambiental. Contudo, mercados e competição não são precondições necessárias ou suficientes para PSA. Portanto, desenhos de PSA precisam basear-se muito mais na teoria de contratos do que em literatura sobre marketing. (Wunder et al, 2008 p. 39)

A precondição institucional refere-se à perspectiva de que se estabeleça uma condição de confiança mínima entre usuários e provedores de serviços apontando para uma expectativa de cumprimento mútuo de contrato e excluindo motivos ímpios. Usuários e provedores têm interesses conflitantes e, em poucas vezes, a confiança se desenvolve naturalmente. Porém, a precondição mais crítica na Amazônia, como em outras regiões de fronteira agrícola, é que exista ou possa ser estabelecida alguma forma de direito de uso da terra que assegure, de fato, direitos efetivos de exclusão de uso por terceiros. Se os direitos de propriedade, uso e exclusão se mostrarem inconsistentes e frágeis, em decorrência da indefinição de domínio, sobreposição e conflitos da terra – ou, na pior das hipóteses, constituírem de fato um cenário de livre acesso – simplesmente não haverá condições para a implementação de esquemas de PSA.

Durante a pesquisa de campo e as entrevistas realizadas com lideranças sindicais da região do Alto Acre, evidencia-se os interesses que estão por traz da proposta de PSA. No primeiro momento se apresenta como inovadora. Entretanto, como é um tema que está na ordem do dia, abre as portas para os governos, como o do Amazonas e do Acre, através do BID, GTZ e etc., e em nome da participação, da qualidade de vida, a negociarem acordos com os países que precisam contribuir com o PSA, por já terem destruído sem ambiente natural.

A grande vítima nessa história continua sendo o trabalhador rural, por ter a terra como sua única alternativa de sobrevivência. Os interesses são puramente externos, por se tratar de uma região rica em biodiversidade. Sua preservação (a custo do sacrifício dos que historicamente moram no local) interessa muito mais as grandes empresas nacionais e multinacionais, que num futuro bem próximo poderão através de tecnologias avançadas explorarem as riquezas que a floresta pode oferecer.

É como nos diz Leff, (2006),

[...] O pobre é acusado de ser o maior responsável pela deterioração ambiental, sem que se perceba que pobreza e destruição ecológica são resultados de uma racionalidade econômica que tem explorado o homem, a mulher e a natureza; de uma ordem econômica que transferi os custos ecológicos do crescimento econômico para os países do Terceiro Mundo. (LEFF, 2006 p. 477)

Os exemplos de serviços ambientais defendida pelo MMA têm como base o Proambiente que são: a redução do desmatamento; a recuperação de áreas desmatadas (seqüestro de carbono)²⁰; a conservação do solo, da água e da biodiversidade; a redução progressiva do uso de agroquímicos; a redução do risco do fogo; a troca de uma matriz energética renovável (aproveitamento de fontes de energia mais sustentáveis, como a energia solar) e a transição para a agroecologia.

²⁰ Segundo Carlos Joly do Instituto de Biologia da Unicamp é a absorção de grandes quantidades de gás carbônico (CO₂) presentes na atmosfera. A forma mais comum de seqüestro de carbono é naturalmente realizada pelas florestas. Na fase de crescimento, as árvores demandam uma quantidade muito grande de carbono para se desenvolver e acabam tirando esse elemento do ar. Esse processo natural ajuda a diminuir consideravelmente a quantidade de CO₂ na atmosfera: cada hectare de floresta em desenvolvimento é capaz de absorver nada menos do que 150 a 200 toneladas de carbono. É por essas e outras que o plantio de árvores é uma das prioridades para a diminuição de poluentes na atmosfera terrestre. “A recuperação de áreas plantadas, que foram degradadas durante décadas pelo homem, é uma das possibilidades mais efetivas para ajudar a combater o aquecimento global”. < www.super.abril.com.br > acesso em 12.03.2010

Comprovada a prestação dos serviços ambientais propostos, o produtor (a) familiar terá o direito de receber uma parcela mensal referente à remuneração desses serviços ambientais prestados à sociedade. O valor do serviço ambiental do PROAMBIENTE, de acordo com o projeto original, GTA(2003), é definido dentro dos princípios de valoração da Economia Ecológica, isto é, o custo adicional para reduzir os riscos e impactos ambientais dos sistemas de produção que não é internalizado no preço final do produto ao mercado consumidor é considerado como o custo de oportunidade para a prestação do serviço ambiental.

Neste sentido, Martinez Alier (1994, p. 203), diz o seguinte:

E é o movimento ambientalista, e não os preços, quem revela os custos ecológicos. Assim, a pressão política deste movimento em relação à determinada área degradada faz aparecer, pelo menos em parte, o custo de sua necessária recuperação. É por esta razão que uma das proposições de importantes economistas ecológicos é a de avançar os movimentos sociais, como forma de pressionar o mercado para que, ao menos parcialmente, este tenha que absorver, nos preços, o custo ambiental.

O Proambiente para efetivar o PSA, desenvolve junto às comunidades a certificação. Como isso ocorre? O Proambiente não certifica produtos, mas sim os processos usados na produção rural. A certificação mostra a sociedade se as famílias estão respeitando os valores do Proambiente e prestando os Serviços Ambientais. É através da certificação que as famílias terão a compensação pelos Serviços Ambientais. Para que as famílias sejam certificadas, são necessárias duas pré-condições: que a família tenha um plano de utilização da unidade de produção – PU e que o seu grupo comunitário tenha um acordo comunitário²¹. (MMA. 2005 p. 7 e 8)

Para isso, foram criados os Padrões de certificação de Serviços Ambientais que se caracteriza pelo conjunto de regras que devem ser respeitadas pelas famílias para que sejam prestados os Serviços Ambientais. Esses padrões de certificação são formados por diversos princípios no qual as famílias devem estar inseridas como: o conhecimento das leis brasileiras e os acordos internacionais dos quais o Brasil participa, além de obedecerem aos Padrões de Certificação de Serviços Ambientais. O respeito aos costumes locais, valorizando as tradições e conhecimentos das famílias, buscando a melhoria de vida da comunidade. Caso a posse e o direito de uso da terra não estejam garantidos através de

²¹ O Acordo Comunitário é um compromisso firmado entre famílias de um mesmo grupo comunitário para que sejam respeitados os conceitos e valores do Proambiente. (MMA. 2005, p. 8)

documentos, a maneira pela qual a terra foi ocupada deve tornar evidente tal posse ou direito. As atividades produtivas, além de serem viáveis economicamente, devem levar em conta seus custos ambientais e sociais. O PU aponta quais mudanças deverão ser feitas nas unidades produtivas, e como elas serão feitas. Ele deve estar sendo implementadas para que as unidades produtivas possam participar do processo de certificação e por último, as comunidades devem buscar a melhoria da qualidade ambiental com as mudanças no uso da terra, prestando os serviços ambientais para toda a sociedade. (MMA, 2005 pag. 11 e 14)

Os acordos comunitários são de fundamental importância para que as unidades de produção ou áreas de uso coletivo sejam certificadas e as famílias tenham a Compensação pelos Serviços Ambientais. Para isso, a organização das comunidades e o envolvimento das famílias são essenciais. Esses fazem parte da certificação participativa e são construídos pelos grupos comunitários, com a participação das famílias e dos agentes comunitários. A certificação participativa tem como objetivo a mobilização social e o estabelecimento de compromissos coletivos. Os acordos comunitários apontam as famílias cumpridoras e as não-cumpridoras dos Padrões de certificação de serviços ambientais, e devem ser revisados e renovados todo ano, sempre antes das Auditorias de Campo. (MMA, 2005 p. 16)

A Auditoria de Campo faz parte da etapa de certificação externa. A certificação externa mostra a credibilidade do Proambiente aos agentes externos, principalmente os consumidores dos produtos dos Pólos e os doadores de recursos financeiros para a Compensação pelos Serviços Ambientais. Ao final de cada ano, as famílias que cumprirem os Padrões de Certificação de Serviços Ambientais serão certificadas, estando aptas a receberem a Compensação pelos Serviços Ambientais. Essa compensação pode ser na forma de remuneração para as famílias, apoio a projetos ou ao desenvolvimento da comunidade. (MMA, 2005 p. 18)

As experiências de PSA na Amazônia de acordo com Wunder, (2008) destaca o Proambiente e o Programa Bolsa Floresta, como programas de maior relevância para a Amazônia brasileira. O Bolsa Floresta ainda é considerado um programa incipiente, com pouca informação sobre a metodologia de medição e do monitoramento de serviços ambientais. Fica claro, no entanto, que o objetivo principal do programa, no âmbito da política de mudanças climáticas do estado do Amazonas, consiste na redução de emissões causadas pelo desmatamento. O Proambiente, não estabelece uma clara distinção entre os serviços ambientais abrangidos pelo programa. Enquanto os objetivos de redução do desmatamento, captura de carbono, restabelecimento de funções hídricas e conservação de biodiversidade apresentam potencial para serem abordados por esquemas de PSA (por constituírem serviços tipicamente afetados por externalidades), a conservação dos solos

geralmente produz apenas benefícios internalizados. Entretanto, como medida de verificação da provisão de serviços, o Proambiente desenvolveu uma abordagem ambiciosa de certificação de serviços ambientais que envolvem, além da certificação por instituição externa, processos de auto-certificação com a participação das famílias provedoras de serviços ambientais. (WUNDER et al .2008 p.18)

Para o Wunder (2008), compradores de serviços ambientais, sejam eles governos ou beneficiários individuais, precisam de informação específica sobre a qualidade e quantidade dos serviços ambientais a serem comprados. É pouco provável que o sistema de certificação do Proambiente seja capaz de convencer potenciais compradores da sua capacidade de garantir a provisão de serviços ambientais pelas seguintes razões: à maioria dos esquemas de PSA existentes, a abordagem de certificação do Proambiente mescla critérios internalizados, como a “otimização da produção e uso de recursos”, com indicadores potencialmente relevantes para PSA (mas difíceis de monitorar), como “controle do uso de fogo”, agregando-os ainda por meio de coeficientes de ponderação, o que dificulta sua interpretação e a abordagem de auto-certificação, embora possa ser útil para outros fins, contradiz o princípio comumente adotado em casos de transações de serviços pouco tangíveis, que geralmente requerem uma certificação independente (como é o caso, por exemplo, dos inúmeros esquemas de certificação de produtos orgânicos em diferentes partes do mundo). Arranjos do tipo “lobo guardando cordeiros”, portanto, parecem problemáticos também no contexto de PSA. (WUNDER et al, 2008 p. 36)

Neste sentido, de acordo com Wunder et al (2008, p. 36), tanto o programa Bolsa Floresta quanto o Proambiente não têm demonstrado seu potencial de adicionalidade de forma explícita. Realizado, na sua fase inicial, em unidades de conservação, o programa Bolsa Floresta ainda precisa demonstrar que os serviços ambientais remunerados são adicionais sob restrições decorrentes da regulamentação de uso dos recursos naturais dessas unidades. Börner et al. (2007b), citado por Wunder et al, (2008 p. 36) sugerem no caso de pequenos agricultores na Amazônia, que se conceda ao provedor a decisão de como fornecer um determinado serviço para atingir um mais alto nível de eficiência econômica.

Esta recomendação teve como contexto o plano do Programa Proambiente, de atrelar os benefícios do programa ao uso de determinadas tecnologias de preparação da terra. Há várias formas e tecnologias disponíveis para utilização de uma determinada unidade da terra. Contudo, programas de PSA que pressupõem o pagamento por tipos de uso da terra devem avaliar até que ponto agricultores tem acesso ao conhecimento e à tecnologia necessária para adotar determinado procedimento de uso do solo. Neste sentido,

a proposta do Proambiente pode servir como um bom exemplo para o acompanhamento de transferências do tipo PSA com atividades de extensão rural. (WUNDER et al. 2008 p. 44)

Este estudo mostra que o Proambiente estabeleceu seus pólos pioneiros inicialmente em 11 localidades com diferentes situações fundiárias. Considerando que a maioria dessas localidades se encontra em regiões ameaçadas pelo desmatamento, como é o caso da região do Alto Acre.

Segundo a definição de PSA aqui adotada, é imprescindível que pagamentos sejam condicionais à provisão de serviços. A regulação da condicionalidade no contrato e sua realização, na prática, pode ser um dos maiores desafios para esquemas de PSA, principalmente quando se trata de provedores de baixa renda, o adiantamento de recursos torna-se necessário nos casos em que investimentos iniciais sejam exigidos para garantir a provisão de serviços. Neste caso, a dificuldade consiste em desenhar o acordo de uma forma que viabilize o investimento inicial sem comprometer o incentivo à provisão do serviço ambiental no futuro. A previsão inicial do Proambiente de resolver esta questão por meio de um esquema de créditos subsidiados ainda representa uma saída atrativa. (WUNDER et al. 2008 p. 44)

A crise ambiental, como coisificação do mundo, tem suas raízes na natureza simbólica do ser humano. [...] A crise ambiental não é apenas a falta de significação das palavras, a perda de referentes e a dissolução dos sentidos que o pensamento da pós-modernidade denuncia: é a crise do efeito do conhecimento sobre o mundo. (LEFF, 2006 p. 15)

3.3. A Política de valorização do Ativo Ambiental

No Acre, diferente do estado do Amazonas, não foi pensado o Pagamento por Serviços Ambientais, mas uma Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, criado através da do Projeto de Lei nr. 1.426 de 27 de dezembro de 2001. Esta Lei disciplina o uso das florestas nativas ou cultivadas e demais formas de vegetação nativa do território do estado do Acre. Através desta lei, foi pensado um bônus que é pago ao trabalhador rural, a partir da assinatura do termo de adesão ao Programa de Certificação das Unidades Produtivas Familiares Sustentáveis.

O Governo do Estado do Acre assumiu o compromisso de estabelecer uma política de valorização do ativo ambiental junto aos produtores que estão empenhados em conservar seus recursos naturais. [...] Esta política compreende a integração de diversas ações,

projetos e programas de governo que tem como objetivo estabelecer um processo de inclusão social e econômica, além de garantir o uso sustentável dos recursos naturais e a gestão adequada do território. [...] Como parte desta política, estabeleceu-se o programa de Certificação de Unidades Produtivas Familiares, cuja implementação depende dos serviços de assistência técnica e extensão rural governamentais.

É importante destacar que os serviços de ATER que atende grande parte das famílias, é oferecidos pelo Governo do Estado através da SEAPROF. As entrevistas realizadas para este estudo deixam claro que para atender o contexto econômico e socioambiental colocado, é necessário que se estabeleça prioridades no investimento focado na área da produção. Para isso o serviço de ATER é essencial, precisa ser mais abrangente e eficiente. Do contrário, dificilmente terá mudanças qualitativas no processo produtivo.

Neste sentido, tanto o Proambiente, como outros Projetos de extrema importância nessa área como, por exemplo: o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o Pacto Agrário e Política de Valorização do Ativo Ambiental, não conseguem se consolidar, uma vez que os problemas ligados a produção continuam os mesmos, são históricos. Sem falar na crescente demanda colocada pela agricultura familiar. A análise dessas políticas do ponto de vista do marketing aparenta ser muito eficiente, já em relação à sua execução, a análise é que os resultados são extremamente insatisfatórios.

Esse estudo também tem mostrado que é preciso investir na contratação e na qualificação de novos técnicos, comprometidos com o processo de mudança do processo produtivo. Tendo em vista que o trabalhador rural acriano passa por um processo de transição da cultura extrativista para cultura da Agricultura Familiar. A sobrevivência na floresta e da floresta a cada dia está mais ameaçada, tendo em vista os impactos causados pelos grandes desmatamentos, que certamente tem contribuído com a escassez de alimentos básicos na área rural, como a caça, a pesca, a água e tantos outros. Com isso foi necessário a reestruturação do espaço rural que tem sua origem no sistema de agricultura familiar, o qual tem sido para muitas famílias, a solução na geração de trabalho e renda, ou seja, uma forma de garantir sua sobrevivência, amenizando com isso, sua condição de pobreza absoluta.

O atual quadro se confirma na fala da Presidente da FETACRE, Sebastiana Miranda:

É importante lembrar que os nossos trabalhadores ainda estão num processo de adaptação para Agricultura Familiar. O desafio do Pagamento por Serviços Ambientais está exatamente na sua implementação. Pelo que se sabe, não existe uma base legal que garanta recursos para o PSA no

Proambiente. A política do Ativo Ambiental parece amenizar um pouco as expectativas criadas com o Proambiente. O grande desafio é que a grande maioria dos trabalhadores rurais ainda não conhecem a Política do Ativo Ambiental. O problema está nos serviços de ATER. A demanda é muito grande em todo estado. É Preciso de novos técnicos para garantir o acompanhamento junto aos produtores. As instituições colocadas para realizar os serviços de ATER, ainda não estão preparadas e qualificadas. Isso demora um tempo. Quem paga por isso é o produtor que não consegue produzir o suficiente nem para pagar o BASA, convive sempre com o problema da inadimplência. (MIRANDA, 2010), entrevista realizada no dia 06.04.2010, na FETACRE.

De acordo com a entrevista realizada por Cleber Borges, no dia 15/09/2008, no jornal A Gazeta, com o Secretário Estadual de Meio Ambiente Eufan Amaral, que faz um esclarecimento dos objetivos da política de valorização do ativo ambiental florestal, estabelecida pelo governador Binho Marques.

Para ele, essa política, visa criar um processo de inclusão social a partir da consolidação de sistemas de produção sustentável. Essa consolidação viria com a valorização do ativo e com a integração das diversas iniciativas já em andamento e com novas ações de governo que incluiria a ampliação das unidades de conservação e, por exemplo, a criação de novos viveiros florestais para replantio de áreas degradadas.

Ele explica que para viabilizar a implantação dessa política, o governo sugere a execução de dois planos: a) recuperação de áreas alteradas e, b) valorização do ativo ambiental florestal. A execução do plano “a” será feita através do programa de áreas alteradas e com o programa de florestas plantadas. O primeiro deve ser feito com a recuperação de roçados sustentáveis, mecanização, sistema silvo-pastoril e sistema agroflorestal. Já o programa de florestas plantadas, como o próprio nome sugere, será viabilizado com o reflorestamento e ampliação do viveiro florestal, aumentando as atuais 4 milhões de mudas para 8 milhões/ano, criando para isso, vários outros viveiros no interior do Estado. Com isso, a meta é replantar 150 mil hectares de florestas no período de 9 anos.

Para Eufan, o público alvo dessa política são todos, mas, principalmente, quem vive na zona rural. Hoje, o governo conta com cerca de 200 técnicos para dar assistência e monitorar 40 mil propriedades rurais no Estado. Com a atual política de valorização do ativo ambiental florestal, pretende-se ampliar esse fator por dez, ou seja, colocar 2.000 técnicos no trabalho de certificação das terras. Para fazer chegar essa idéia aos produtores, ribeirinhos e seringueiros o governo deve utilizar esses técnicos para levar a mensagem boca a boca, recorrer às sedes das regionais nos municípios e fazer a divulgação através da

mídia, seja ela por rádio ou televisão. O aumento do número de técnicos começou a ser feito este ano, a partir do zoneamento da produção em cada município e com a capacitação de pessoal.

Na visita a SEAPROF no dia 06.04.2010, a coordenadora do Programa de Certificação Ambiental, Marlene Jardim Medeiros, fez alguns esclarecimentos acerca da operacionalização da Política do Ativo Ambiental Florestal. Segundo ela o Programa tem apenas 01 ano, e esta sendo implementado em todo estado. Ainda encontra-se na fase de adesão com apenas 1.200 produtores na fase de implantação dos Planos de Utilização - PU das Unidades produtivas desse. Somente daqui a 04 anos, será possível mensurar o impacto socioeconômico e ambiental do Programa. O público prioritário são as famílias localizadas ao longo das BR's, Projetos de Assentamento, Pólo Agroflorestais e onde houver maior incidência de desmatamento. (MEDEIROS, 2010)

Em relação às famílias beneficiárias do Proambiente, de acordo com Medeiros (2010), algumas estão contempladas com a Política do Ativo Ambiental. Outras vão ser contempladas quando for firmado o contrato com as instituições prestadoras de serviços de ATER, com o objetivo de atender todo público. A prioridade não são as famílias do Proambiente, mas as famílias que a Rede de Ater já vem trabalhando.

Segundo Duarte (2010), técnico do PESACRE e coordenador do Proambiente no Acre, afirma que todas as famílias beneficiárias do Proambiente estão sendo beneficiadas com a política do Ativo Ambiental Florestal, desde que esteja dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa de Certificação de Unidades Produtivas. Um dos critérios é que o trabalhador rural tenha o documento da Terra, o que contempla somente os assentados da Reforma agrária.

Sabe-se dos conflitos de terra causados pela ausência de uma política fundiária em todo Estado. No entanto, são nessas áreas que está concentrado um grande numero de pessoas que a muitos anos, aguardam pela regularização de suas áreas. Neste caso, como ficam estes posseiros? Pela Lei, estabelecida na política do Ativo Ambiental, estão todos excluídos de qualquer programa do governo.

A análise aqui é clara. A apresentação feita pelos técnicos do governo da Política do Ativo Ambiental deixa transparecer a preocupação do governo em resolver os problemas colocados em relação ao passivo ambiental. Percebe-se, também a quantidade e a qualidade de material informativo que tem sido elaborado sobre essa questão: revistas, folders etc. Na realidade, é muita informação, muitas nomenclaturas, tornando difícil o

entendimento do trabalhador rural, neste sentido, os dados²² confirmam que a grande maioria ainda são analfabetos. O que deixa transparecer que a equipe de governo trabalha bem o Marketing, o que o credencia na captação de recursos principalmente quando por se tratar dessa temática. Toda essa política é regida por leis que o trabalhador rural desconhece. Em muitos casos são interpretadas como um problema para o crescimento do trabalhador rural, assim como a política de crédito e outras políticas públicas. Contudo, muitos trabalhadores afirmam que produzir é difícil, comercializar é mais ainda, pois se deparam com os entraves da lei de mercado, criada pelo próprio governo.

Ainda com referência à entrevista, Eufra afirma que o proprietário interessado em regularizar sua propriedade, pela nova política ambiental, tem três alternativas: a) plantando árvores frutíferas, ornamentais ou para fins comerciais; compensado-a através de arrendamento ou com compra de área de floresta ou) através da desoneração. Essa desoneração pode ser feita através de doação de unidades de conservação ou pagamento ao Fundo Florestal que, por sua vez, repassa o dinheiro ao Estado. A meta do governo é incluir 35 mil propriedades rurais no Programa de Certificação das Unidades Produtivas. Quem estiver inserido neste programa, está assumindo o compromisso de produção sustentável. Com isso, o produtor vai ganhar bônus em dinheiro, ampliação da assistência técnica, monitoramento e certificação da propriedade. (entrevista disponível no site < www.pge.ac.gov.br >) acesso em 25.03.2010.

O objetivo central da Certificação da Propriedade Rural Sustentável é incentivar e premiar com bônus e serviços governamentais, os proprietários interessados em aderir a processos produtivos baseados na recuperação ou manutenção de áreas de reservas legal ou preservação permanente bem como no uso sustentável da floresta.

O Bônus é considerado somente um prêmio para quem aderir à produção sustentável e não substitui o Pagamento por Serviços Ambientais. De acordo com o Manual Operativo da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, o bônus é pago através dos seguintes critérios: no primeiro ano, o bônus é de 500,00 reais pago de duas vezes. 50% do pagamento é feito durante a assinatura do termo de adesão, os outros 50 % é pago no final de 01 ano, após a conclusão do Plano de Utilização da Unidade Produtiva. No segundo ano é feita uma avaliação do PU, se o trabalhador rural estiver cumprido pelo menos 30% do PU ele receberá no final do ano 500,00 reais. Nesta etapa, com duração máxima de 02 anos, as ações de ATER prestadas são no sentido de consolidar pelo menos 03 práticas produtivas sustentáveis: o uso de leguminosas em roçados sustentáveis sem o

²² A taxa de analfabetismo do Acre é uma das maiores do País, em torno de 36,2 %, a maioria localizados na área rural. Informação disponível no site < www.portalbrasil.net > acesso em 07.04.2010.

uso do fogo, a recuperação de áreas alteradas e a implantação de sistemas agrosilvipastoris. No terceiro ano, após o cumprimento de todos os critérios do Programa de Certificação, ou seja, a família deverá ter executado 70% do plano em nível de práticas sustentáveis, ter sua produção sem uso do fogo e atender os critérios da reserva legal, receberá o bônus de 600 reais (anual) por quatro anos, também terá acesso ao crédito e receberá serviços do governo e deverá estar inserido numa cadeia produtiva. No segundo e no terceiro ano, se a família comprovar que está cumprindo com o seu plano, estará apto a receber o primeiro nível denominado de certificação básica. Além de serviços do governo (infra-estrutura, compra da produção, preço mínimo, dentre outros) como prioridade. (ACRE, 2010, p.46 e 48)

A partir do quarto ao quinto ano a família deve ter cumprido no mínimo 30% do plano a ser definido pela planilha de monitoramento. Comprovando isso, recebe a certificação intermediária e está apta a receber mais recursos do Estado como crédito, infra-estrutura, inserção em cadeias produtivas, compra da produção, dentre outros. De forma complementar vão ser compensados com um bônus financeiro de valor superior aqueles pagos nas fases de termos de adesão, também por dois anos. Do sexto ao nono ano, comprovando a efetivação de 70% do plano da unidade de produção a propriedade recebe a certificação plena. Nesta fase espera-se que a família esteja praticamente emancipada e independente de recursos externos. Estará num estágio elevado de desenvolvimento, com seu passivo ambiental praticamente recuperado. O bônus monetário (agora pago durante quatro anos) será um mero complemento, já que o número de ações viabilizadas pelo governo tendem a elevar a geração de renda na propriedade. (ACRE, 2010 p. 14 e 15)

Para executar este conjunto de ações será necessário garantir um serviço de assistência técnica e extensão agroflorestal (ATER). [...] O processo de certificação compreenderá critérios de avaliação das unidades produtivas como sistema de classificação da propriedade, considerando: índice ambiental (situação da Reserva Legal e APP e nascentes – priorização dos cursos d'água); índice produtivo sustentável (uso do fogo e da floresta, uso e manejo do solo em áreas alteradas); índice social (organização coletiva). Para cada critério será atribuída uma valoração com objetivo de melhor avaliar as ações e processos de certificação, bem como a aplicação dos critérios para os avanços entre as fases. (ACRE, 2010 p. 9)

A Rede de ATER é uma estratégia do governo que segundo consta no (ACRE, 2010 p. 10), reunirá o conjunto de instituições governamentais (federais, estaduais e municipais), não governamentais, representativas dos movimentos sociais, cooperativas de técnicos e entidades privadas credenciadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento

Rural Florestal para prestar os serviços necessários de ATER aos produtores familiares integrantes do Programa de Certificação da Propriedade Sustentável.

O objetivo desta estratégia de acordo com ACRE (2010, p. 10), é descentralizar a prestação dos serviços de ATER com qualidade e ampliar a quantidade de famílias beneficiadas com o Programa de Certificação da Propriedade Sustentável.

Essa descentralização é de fundamental importância no sentido de estimular a inserção de profissionais qualificados, gerando com isto a criação de novos postos de trabalho e renda.

É importante ressaltar e o resultado deste estudo tem confirmado; a semelhança existente entre os dois programas: o Proambiente, concebido pelos trabalhadores da Amazônia Legal e a Política do Ativo ambiental Florestal, programa do governo do Estado do Acre. Para quem tem conhecimento dos dois programas, percebe que não há dúvida, que a base norteadora da Política do Ativo foi o Proambiente. Até a figura que exemplifica um roçado sustentável é o mesmo desenho do Proambiente. O que não se entende é a omissão da fonte. Será que é por que foi concebido pelos trabalhadores rurais, podem se apropriar facilmente, chega a ser considerado comum a apropriação do conhecimento dessas pessoas. O Proambiente não aparecer nem na bibliografia das duas revistas: “Certificação das Unidades Produtivas Familiares Sustentáveis” e “O Manual Operativo da Política de Valorização Ambiental Florestal”. Também se esqueceram de dar o crédito aos trabalhadores rurais, que ao longo de três anos, em meio a tantas lutas, conseguiram pensar e construir um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia. Os trabalhadores são protagonistas no momento de pensar as políticas, porém, não são considerados no momento de reconhecer o seu conhecimento construído na luta pela sobrevivência.

3.4. Gênero e o Proambiente: a Organização Produtiva das mulheres do Alto Acre

Guerreiras da floresta. Estrelas de todos os tempos do trabalho ou da solidão, da paixão ou da razão. Filhas dos Empates. Marcas da flor que tomba. Dos ideais de Chico, Wilson e Marina. Amantes da vida viva. Protetoras desse paraíso verde (Marco e Vanderleya Sampaio, 2003)

Para abordar a temática de gênero é necessário considerar o contexto histórico que envolve as mulheres, a conjuntura econômica e os modelos de desenvolvimento até então implementados na Amazônia, a forma de pensar essas políticas, para quem são pensadas e quais os impactos, principalmente para as mulheres trabalhadoras rurais. Em seguida, para

uma melhor compreensão deste estudo, será desenvolvido o conceito de Gênero, a questão de Gênero no Proambiente e a organização produtiva das mulheres no Alto Acre. Pretende-se fazer um relato das relações sociais entre homens e mulheres nos espaços de poder, a necessidade de políticas públicas adequadas, procurando relacionar sua participação num contexto em que a Amazônia aparece em um dos principais cenários da disputa social em termos mundiais, por suas riquezas minerais, recursos hídricos, cobertura florestal e biodiversidade, que a cada dia tornam-se mais importantes diante da destruição ambiental evidenciada em todo o planeta.

Neste sentido, destaca-se o artigo de Marina Silva “Mulheres da Amazônia, a intimidade exposta”. Ela faz um relato histórico, com uma linguagem simples mais de um conteúdo muito profundo, para ela,

a formação da família na Amazônia brasileira teve uma particularidade marcante: a fase inicial da colonização foi feita apenas por homens. Milhares de nordestinos embrenhavam-se nas matas, onde ficavam isolados durante meses na extração de seringa. Viviam para a produção num ambiente desconhecido e em guerra contra os índios, os bolivianos e peruanos. As primeiras famílias se formaram com a captura de índias nas aldeias dizimadas. Elas eram escravizadas e obrigadas a acasalar-se com seringueiros. Foram muitos os casos de compra de mulheres. Seringueiros que tinham saldo comercial com seus patrões podiam encomendar uma mulher, que seria trazida de Belém ou Manaus com outras mercadorias. [...] A mulher foi colocada da maneira mais explícita na condição de objeto, [...] um objeto valioso e disputado, um bem a ser cuidadosamente guardado. (SILVA, 1998 p. 6)

Considerando a realidade vivida hoje, percebe-se que na área rural muitas mulheres ainda carregam este triste legado, são proibidas de participarem de reuniões de mulheres, alegando que sua participação vai desagregar a família, o que as deixam sempre numa condição de dependência, de opressão da figura masculina.

É certo que a partir da década de 70 do século passado, a Amazônia passou por grandes transformações, resultantes da aplicação de um modelo econômico e social que desconsiderou, tanto as mulheres como os homens que nela já viviam.

De acordo com Agenda 21 das Mulheres da Floresta (2003), ressalta-se a violação que houve na Amazônia do seu patrimônio cultural e genético, incentivando a grande propriedade, o desmatamento, o extermínio de povos indígenas e a extinção de riquezas naturais. Para os povos da Amazônia, que ao longo dos séculos construíram tradições de

luta e resistência, afirmar um modo de vida que concilie a prosperidade comum com a natureza é um desafio a ser vencido. (AGENDA 21, 2003 p. 3)

É importante ressaltar que a apropriação injusta e desigual dos recursos naturais tem geralmente concentrado riquezas nas mãos de uma elite branca e masculina e, muitas vezes, até internacional. A apropriação de nossas riquezas biológicas e conhecimentos tradicionais atenta contra a soberania dos povos da floresta e impede que estes tenham seus direitos reconhecidos e valorizados. (AGENDA 21, 2003 p. 8)

De acordo com os relatórios encontrados nos arquivos da Rede Acreana de Mulheres e Homens, a história das mulheres trabalhadoras rurais do Alto Acre, tem início na década de 80 com o Movimento das Mulheres do Acre – MMA, com a participação organizada e decisiva das seringueiras através dos movimentos de resistência como os empates; das trabalhadoras rurais sindicalistas, durante os acampamentos do Gritos da Terra, lutando pela defesa das florestas, pelo direito a terra, pelo acesso a linhas de crédito, por estradas, saúde, educação e em especial nos embates ambientalistas.

Em relação à questão conceitual, segundo SCALABRIN (2003), se faz necessário separar SEXO de GÊNERO. Sexo diz respeito aos aspectos físicos e biológicos das pessoas e determina quem é macho e quem é fêmea. Portanto, são características que trazemos desde o momento em que fomos gerados, ou seja, o sexo de uma pessoa é dado pela natureza. Gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico e é construído pela sociedade. (SCALABRIN, 2003 p. 33)

É importante perceber os papéis entre os sexos estabelecidos pela sociedade; para a mulher, a maternidade como seu principal atributo, como guardiã do afeto e da moral na família, restringindo sua função a vida privada, o que a coloca numa condição de dependência em todos os sentidos. Já para os homens foi designada a responsabilidade com a vida pública, numa condição de provedor da família. Neste sentido, a construção dos papéis e das relações de gênero é um processo permanente.

O ambiente doméstico é frequentemente considerado como a primeira arena das relações de gênero, mas homens e mulheres interagem nos serviços considerados burocráticos, nos negócios, nos partidos políticos, no movimento social e em outras esferas, com comportamentos que lhe são impostos com base no gênero. De forma que vão repetindo e reformulando modelos e, nesse processo, elaboram visões distorcidas e

discriminatórias sobre mulheres e homens, criando uma hierarquia de superioridade masculina. (SCALABRIN, 2003, p. 15),

A análise que se faz do ponto de vista conceitual, é que a equidade de gênero prevê a mudança das relações entre o feminino e o masculino. No entanto, a discussão sobre as relações de gênero, em sua grande maioria ainda tem como base a reivindicação pelos direitos, o que tem tornado as discussões um tanto subjetivas. Tal comportamento abriu caminho, permitindo que as mulheres despertassem para a necessidade de lutar também por igualdade de direitos. A mudança nas relações de gênero, envolve mudanças de concepções, valores, idéias e relações de poder, constituídas historicamente.

No Proambiente, a participação das mulheres ainda se dá de forma muito tímida. No início da elaboração do programa houveram diversas reuniões com as lideranças de mulheres para discutir a questão de gênero. Naquele momento o tema estava colocado como uma prioridade tendo em vista a condição de opressão em que vive a mulher trabalhadora rural, tendo em vista ser comum na Amazônia as mulheres enfrentarem, de forma contundente, o preconceito social e familiar quanto à sua participação política, sem contar a ausência de infra-estrutura e serviços básicos que possibilitem a sua mobilidade. Contudo, é importante salientar que no fechamento do programa a temática findou não entrando como uma meta a ser cumprida, ficou para o movimento de mulheres pensarem a transversalidade através de atividades desenvolvidas nos Pólos, bem como ações articuladas com outros programas.

Contudo, deve-se ressaltar que a temática de gênero se concretiza no Proambiente, pela a participação do Movimento Sindical de Trabalhadores (as) Rurais, através dos STR's, Associações de Produtores (as), da Rede Acreana de Mulheres e Homens – RAMH, Cooperativas, Fórum de Mulheres, pequenos grupos de produção e do Programa Mãos Feminina da Floresta.

Neste sentido é importante destacar os significativos avanços evidenciados através da organização dos grupos de produção, fruto da luta e da organização de mulheres trabalhadoras rurais a partir de suas ações coletivas, ficando cada vez mais evidente sua contribuição no processo de desenvolvimento da região.

[...] Nesse novo projeto para a Amazônia, a presença das mulheres é fundamental. No movimento especificamente feminino, no sindicalismo, nos partidos políticos e nas profissões, as mulheres cresceram não apenas em número, mas também na qualidade de seu trabalho. [...] O elemento novo, que surge é a integração do movimento feminino com a luta por um desenvolvimento econômico e social que respeite a natureza da região.

[...] Nas reservas extrativistas as cooperativas incorporam cada vez mais a produção caseira, feita por mulheres. [...] Através da participação nos espaços de poder, as mulheres vem aumentando seu poder de organização e de mobilização, procurando refletir criticamente sobre o seu papel na sociedade e no processo produtivo. (SILVA, 1998 p. 7)

Na leitura feita em relação as ações previstas no relatório(2001 p. 1) do Programa Maos Feminina da Floresta, contata-se que as políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais, são as mesmas discutidas no Proambiente, ou seja, voltadas para produção e geração de renda com o foco centrado na inclusão social e o desenvolvimento sustentável, criando as condições para um trabalho sistemático de formação e capacitação de mulheres em torno de empreendimentos econômicos, visando sua autonomia econômica e que sem dúvida apontam para a construção de novas relações sociais de gênero.

Para atingir os resultados propostos nesses programas, é importante salientar que tanto o Proambiente como o Maos Feminina da Floresta, dificilmente se concretiza se não houver uma parceria, ou uma articulação entre as entidades executoras, principalmente considerando o alto custo de transporte nos espaços amazônicos, e ainda a dificuldade de deslocamento para certas áreas onde existe grupos organizados ou em fase de organização, muitas vezes, exige a utilização de um ou dois meios de transporte, assim como, a duração da viagem, pode se estender por até 18 horas, como é o caso do trabalho na Reserva Chico Mendes.

Durante a pesquisa de campo realizada em julho de 2009 no Seringal Cachoeira, financiado pela Universidade da Flórida, o relato de uma liderança local, confirma que: a importância do trabalho feminino é tratado de forma muito silenciosa. Para Nilson Mendes (2010), a participação das mulheres no projeto de manejo comunitário na extração da madeira certificada se dá através do trabalho doméstico. Elas ajudam os homens preparando os alimentos, cuidando da roupa e de vez em quando no roçado. Ele afirma que as mulheres que participam da associação têm direitos iguais, e não há muito essa separação de grupo de mulheres, elas dizem que tem grupo mais, mas aqui não tem essa divisão.

Com isto, podemos observar que as relações de gênero na Reserva Extrativista não difere das relações de gênero dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Os grupos de mulheres se organizam em torno da associação de Produtores (as) e buscam na sua essência, contribuir com na construção de relações mais efetivas, de relações mais humanas, mais harmoniosas entre homens e mulheres. No entanto o que predomina é o trabalho reprodutivo, prevalecendo à relação familiar, e a sua condição de dependência.

[...] a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (agricultura, a pecuária, enfim tudo que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos herdeiros[...]) (NOBRE, 1999 p. 16 e 17)

Percebe-se com isso que o papel do trabalho reprodutivo que é dado às mulheres é determinado por relações construídas historicamente desde o início do século, que até os dias atuais, ainda é pouco questionado pelas mulheres. Segundo o grande estudioso da produção econômica camponesa, Alexander Chayanov (1985), citado por Nobre(1999, pag. 17) afirma que:

Uma grande parte do trabalho do homem é empregada nas atividades artesanais, comércio e agricultura. A força de trabalho da mulher se utiliza de forma predominante no trabalho doméstico. Em geral a mulher trabalha mais do que o homem, mas seu trabalho não é tão duro (CHAYANOV, 1985 p. 210)

A partir do ano 2000, percebe-se grandes mudanças no rumo das discussões; as reuniões organizadas pelas mulheres trabalhadoras rurais do Alto Acre, começa a girar em torno da condição econômica das mulheres e a importância de sua autonomia. Estas ações, de certa forma, tem possibilitado o empoderamento das mulheres, através do fortalecimento de ações coletivas desenvolvidas em torno da produção.

Na medida em que o processo de globalização vai avançando sobre os territórios, as trabalhadoras percebem que se faz necessário definir novas estratégias de sobrevivência. Neste contexto, de acordo com Nobre (2005 p. 39), a agricultura familiar aparece como a base de um modelo alternativo de desenvolvimento para o meio rural capaz de reduzir a pobreza, as disparidades de renda e o uso irracional dos recursos naturais.

No território do Alto Acre, essas estratégias ocorrem através da formação dos grupos de produção, que nos últimos anos tem crescido de forma significativa, porém, tem esbarrado num problema considerado comum nos últimos anos: a qualificação profissional, o acesso as tecnologias, crédito, organização e comercialização da produção. Para isso, torna-se necessário a implementação de ações para a ocupação das mulheres no meio rural, desenvolvendo a qualificação no sentido de melhorar a qualidade do que elas já produzem, visando à inserção desses produtos no mercado local.

O Relato de D. Maria Leontina de Souza Sena (2009), beneficiária do Proambiente no Pólo do Seringal Rio Branco, confirma as mesmas dificuldades encontradas pelos homens em relação às políticas públicas básicas:

Eu moro no Seringal Nazaré, nos trabalhamos com criação de pequenos animais, galinha, porco, pato... Mas lá nunca chegou essa tal de assistência técnica. Crédito nunca foi visto. Lá nos temos umas 20 mulheres, nunca foi ninguém perguntar se agente precisa de alguma coisa, tudo é por nossa conta, todo trabalho é muito pesado.

Dessa forma, é importante considerar que o conceito de desenvolvimento muda de acordo com a realidade vivenciada no local de moradia.

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento não é um consenso, pois este envolve vários interesses. É uma disputa entre vários setores da sociedade: governo, iniciativa privada, organismos de desenvolvimento e os movimentos sociais. Nessa perspectiva, é que se torna necessário incluir a questão de gênero como um tema transversal a todas as questões sociais. (SANTOS, 2002 p.123)

Os fatos históricos estão aí para evidenciar que superar a discriminação, as desigualdades e as relações de opressão, sob quaisquer formas, e aqui ressaltamos a opressão entre os sexos, não é responsabilidade só do movimento de mulheres. Felizmente, elas começam a ser incorporadas pelos movimentos sociais em geral, pelas instituições de ensino, pelas empresas, pelos partidos políticos, pelos governos e muitas vezes até sob a exigência das instituições financeiras nacionais e multilaterais.

Em resumo, baseada nos estudos realizados sobre o tema pode-se afirmar que os modelos de desenvolvimento pensados para a Amazônia ainda não conseguiram avançar na questão de gênero, permanece a reprodução de valores conservadores, discriminadores não só para as mulheres, mas também para a população negra, indígena, idosas e os homossexuais.

3.5. Uma Crítica ao PROAMBIENTE: quando uma metodologia do Mov. Social Torna-se Política Pública.

A história dos movimentos sociais tem mostrado que a luta dos trabalhadores organizados tem sido a mola propulsora das mudanças sociais ocorridas nos diversos territórios onde existem vidas humanas. Os trabalhadores organizados são considerados eficientes para conceber e desenvolver propostas de políticas públicas de desenvolvimento. No entanto, quando na tentativa de conciliar o conhecimento técnico

com o conhecimento empírico, surgem contradições e conflitos que se estabelecem no campo das concepções e execução de programas e projetos como é o caso do Proambiente. Recentemente, a grande maioria das lideranças, quando tentam estabelecer a negociação na perspectiva do entendimento sobre o futuro do PROAMBIENTE, são consideradas intransigentes, ociosos e indolentes.

Apesar de constar das pautas dos Gritos da Terra a partir de 2003, na prática nunca passou de mais um ponto de pauta sem uma compreensão clara dos dirigentes e negociadores. Da parte do governo, mesmo o PROAMBIENTE tendo feito parte do programa de governo do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, jamais teve uma posição de destaque, sucumbiu ante a lógica da fragmentação dos grupos políticos que compuseram o Governo posteriormente. (OLIVEIRA, 2008 p. 104)

A análise feita pelas lideranças do Pólo do Alto Acre, é que, o principal erro cometido pelos proponentes foi ter confiado que o programa estaria garantido como política pública e não ter lutado por um espaço na gestão, ao invés de apenas entregá-lo ao Governo.

Na realidade, não houve uma estratégia clara, tanto por parte dos proponentes como do governo, para conduzir o processo de execução do PROAMBIENTE como um programa de desenvolvimento cujo foco está centralizado na agricultura familiar e nos trabalhadores (as) rurais como seus principais beneficiários(as). O que se considera é que, por se ter hoje, um governo com as bases firmadas no projeto político de esquerda, a confusão de papéis entre os agentes envolvidos gerou uma situação de apatia e desconfiança na condução do Proambiente.

A dispersão dos programas governamentais é apontada como causa da ineficiência das ações governamentais, que resultam, muitas vezes, no desperdício de tempo e de recursos públicos, deixando de atingir a finalidade para a qual foi previsto. Ao propor um arranjo institucional que integra política ambiental, política agrícola e os serviços de apoio, vinculados a um território dinâmico. [...] O PROAMBIENTE, enquanto política articuladora de programas e projetos governamentais voltados para o fortalecimento da agricultura familiar da Amazônia enfrenta dificuldade de diálogo entre diferentes setores da estrutura governamental. (OLIVEIRA, 2008 p. 105 e 108)

O último Relatório de Avaliação do Proambiente, elaborado por Ferreira (2008), aponta para um cenário nada promissor no processo de gestão do Proambiente. A gerencia hoje, conta com 03 (três) técnicos, sendo que nenhum deles assume o papel de gerente, e ainda uma secretária que assume e auxilia também o GESTAR²³. A demanda atual é por questões elementares num processo de gestão que é uma secretária em tempo integral e por uma pessoa que assuma a gerência, além de um número maior de técnicos. Em 2005 o Programa chegou a ter 08 (oito) técnicos (cinco temporários, um analista, um gerente e uma secretária).

A análise feita do referido documento, coloca em evidencia uma total falta de sintonia entre os principais atores, que no conjunto formam a equipe gestora do Proambiente. O primeiro é em relação à ausência de comunicação entre os Pólos e os ministérios. A segunda é a alta rotatividade de técnicos na gerência do Proambiente e também no MDA e MMA. A terceira, ao entrar uma equipe nova, não há a preocupação de desenvolver uma oficina de nivelamento, onde as informações internas possam fluir, no sentido de melhorar a gestão. Ou mesmo uma capacitação de técnicos para atuar no Programa. O documento revela que entre 2004 e 2007 foram quatro gerentes do Proambiente. Contudo, pode-se afirmar o descaso na execução dessa importante política pública, tendo como beneficiários diretos trabalhadores(as) rurais da Amazônia Legal. FERREIRA (2008 p. 22)

O posicionamento de algumas lideranças comunitárias da região do Alto Acre é de que a ausência da Gerencia do Proambiente nos Pólos, a ineficiência dos instrumentos de monitoramento, o repasse de recursos, assim como a dificuldade de obter informações claras e mais rápidas tem propiciado o descrédito na execução do programa, principalmente na comunicação entre os dois ministérios envolvidos diretamente com o Proambiente o MDA e o MMA.

Durante a pesquisa de campo, a participação no I Seminário de Integração de Políticas Públicas do Território da Cidadania do Alto Acre, juntamente com o Conselho Territorial do Alto Acre, realizado no dia 18 e 19 de junho de 2009, no município de

²³ - Projeto Nacional de Gestão Ambiental Rural. É uma política pública voltada para os municípios, coordenada pelo Departamento de Gestão Ambiental e Territorial do Ministério do Meio Ambiente, concebida para incorporar e institucionalizar as recomendações da agenda 21 Brasileira, aprovada na Conferencia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a ECO-92. O objetivo do GESTAR é projetar um modelo de consolidação do desenvolvimento rural sustentável, buscando a melhoria da qualidade ambiental e da condição de vida da população por meio de motivação, capacitação e está baseada na construção participativa de compromissos da gestão ambiental rural, apoiando-se na inter-relação das pessoas nas comunidades, na sociedade civil organizada, nas escolas, nas universidades e nos governos sobre o mesmo território.

Epitaciolândia, foi de fundamental importância para clareza do deslocamento do Proambiente como política pública, pelas instituições que formam o CTAC.

Neste sentido, é importante ressaltar que a fusão do conselho do Proambiente no Pólo com o CTAC, causou um impacto direto nas ações do Proambiente. Primeiro, porque passou a ser considerado um Programa Transversal que certamente só terá êxito se estiver integrado com os três níveis de governo: o federal, o estadual e o municipal e com o movimento social. Segundo, a tentativa da entidade gestora em ganhar tempo e resolver tudo num único fórum, abriu espaço para a fragilidade do programa, além de comprometer a participação das lideranças ligadas ao Pólo. E aí cabe a pergunta: Quem representa o Proambiente no CTAC, tem dado retorno às famílias beneficiárias do Programa? A partir dessa fusão, segundo o relato de algumas lideranças, o Proambiente passou a ser pautado somente pelo conselheiro, ou pela entidade executora. Convém, salientar que a entidade executora do Proambiente se confunde muitas vezes com o governo e o governo nunca assumiu o programa como devia. O que parece não ter sido a ação mais estratégica para a sustentabilidade do Proambiente, pois fragilizou o mecanismo de acompanhamento e monitoramento que garantia a integração das políticas públicas executadas naquela região, deixando de ser todo, para ser somente uma parte do Conselho do Território do Alto Acre e Capixaba.

Tal fato se confirma pelos depoimentos de pessoas envolvidas com o movimento social e o próprio governo. Destacaremos aqui algumas falas:

A Secretária de Planejamento da Prefeitura de Brasília, Maria Auxiliadora Sena de Souza foi muito segura ao dizer que:

O Proambiente hoje só existe o nome. O governo remodelou e deu outro nome. Houve uma ruptura na relação com os movimentos sociais, e estes estão coniventes com essa decisão. O Proambiente é um programa virtual. (SOUZA, 2009, Entrevista)

Contudo, constata-se pela fala do coordenador do programa no Acre Adair Duarte, que não há um pensamento homogêneo sobre o formato do Proambiente. Para ele, há um consenso entre os dirigentes do movimento social da Amazônia de que o Programa precisa de uma readequação para que possa ser consolidado como um Programa de Desenvolvimento para a área rural na Amazônia. Para que isto aconteça é necessário definir com muita clareza, o papel de cada instituição parceiras, tendo em vista que o foco principal do Proambiente está centralizado em duas políticas que envolvem a área rural: a política agrícola e a política ambiental, e estas não podem ser tratadas de forma

separada, pois se evidencia em todos os momentos de estudo do Proambiente a existência de uma relação de interdependência, das duas políticas. Caso aja a readequação deste programa, estes aspectos devem ser considerados.

No Proambiente o Pagamento por Serviços Ambientais está associado à mudança na forma de produção. Porém, somente é possível visibilizar este fenômeno no projeto escrito e no marketing feito para todo o mundo, menos nas comunidades que necessitam de receber por PSA.

O professor da Universidade Nacional Australiana, Luca Tacconi, alerta que a razão para o PSA existir é justamente compensar as comunidades para não fazerem certas atividades econômicas que coloquem em risco o meio ambiente, porém eles não estão sendo bem calculados. Estudos internacionais mostram que recursos repassados às comunidades em esquemas que compensam financeiramente pela preservação de recursos como água e o desmatamento evitado ainda não competem com atividades que causam destruição. (www.brasilnoclima.com.br), acesso em 13.04.2010.

A crítica que aqui se faz é: como convencer trabalhadores rurais, pequenos proprietários e pecuaristas, que muitas vezes ganham a vida desmatando para plantar ou criar gado a não terem mais essa prática? E sim conservarem os recursos naturais de sua propriedade. Embora seja importante a preservação da floresta para o meio ambiente, a luta pela sobrevivência fala mais alto. Neste sentido, a proposta de PSA colocada, concretamente ainda é uma utopia. O preço da riqueza de alguns pode ser a miséria social e ambiental de outros.

A ausência de um marco legal abre caminho para o descrédito em relação à proposta de PSA. O que se torna claro é a falta de vontade política, que garanta recursos necessários a efetivação da proposta de PSA no Brasil. Para realidade amazônica é uma proposta cheia de muitas contradições, os trabalhadores rurais já não acreditam. Neste sentido, os trabalhadores rurais beneficiados com o Proambiente na região do Alto Acre se mostraram mais interessados em receber a assistência técnica para melhorar a produtividade que o pagamento por si só.

Embora aja uma desinformação generalizada nos Pólos sobre a situação da discussão do pagamento por serviços ambientais, mesmo assim existe o interesse de alguns pelo pagamento em todos os Pólos, principalmente por parte das famílias pobres que tem dificuldade de mão-de-obra e de recursos para melhorar sua produção.

Por outro lado o Proambiente contribuiu com o processo educativo e de empoderamento dos trabalhadores (as) rurais. Percebe-se que muitas famílias passaram a entender o que é e o que representa a Reserva Legal. Essa compreensão e reconhecimento

criaram, em muitas famílias que fazem parte do Programa, a importância da necessidade de recomposição das áreas degradadas, assim como a importância da preservação das reservas nas propriedades e nos lotes dos projetos de assentamento.

Porém, o Código Florestal Brasileiro em seu art. 16 diz que as propriedades rurais localizadas na Amazônia legal deverão manter a título de Reserva Legal no mínimo 80% (oitenta por cento) de sua vegetação natural. Lembrando que este percentual foi determinado pela Medida Provisória nr. 2.166/2001, que ainda criaram alternativas (recomposição, regeneração natural ou compensação) para regularização do passivo ambiental das propriedades. (ACRE, 2010. Manual Operativo, p. 41)

Contudo, a reclamação dos trabalhadores rurais, é que a lei é o principal entrave para o pequeno produtor não produzir, por isso, não garante a qualidade de vida, quando não é permitido a derrubada de florestas nativas, matas ciliares, vegetação em áreas de preservação permanente (APP's), entre uma série de outras restrições. Neste sentido, se for interpretar a Lei Florestal Brasileira, teoricamente a proposta de PSA é recheada de contradições. Certamente, sob uma ótica mais legalista, não há porque remunerar alguém que, não está fazendo nada mais, além do que a obrigação, cumprir a Lei. Nesse caso: coloca-se em questão o entendimento de que não se deve remunerar os produtores rurais por conservar florestas que já estariam protegidas por Lei. Neste caso, preservar é um dever e não um serviço.

Durante as entrevistas, percebe-se que existem posições divergentes entre as próprias famílias beneficiárias do Proambiente com relação ao pagamento por serviços ambientais. A divergência é mais de caráter conceitual, pois para alguns, o Proambiente não é um Programa apenas de serviço ambiental, ou seja, ele é muito mais abrangente do que isso, porque atua com outros serviços como: produção sustentável, assistência técnica diferenciada, fortalecimento organizacional, etc.. Para outros, o que sustenta o programa e faz a diferença são os serviços ambientais.

Outra questão que merece uma reflexão é que as famílias e até mesmo as entidades gestoras, o PESACRE e a FETACRE, tinham a expectativa que as soluções para a implementação do crédito diferenciado e do pagamento por serviços ambientais aconteceria com maior eficiência logo nos primeiros anos. Apesar de ainda estar sendo construído um marco legal e haver discussões sobre a obtenção de fundos para o PSA, até o momento ainda não existe nada de efetivo sobre esses temas. Com isto, percebe-se a falta de seriedade que além de trazer o desânimo para algumas famílias, ainda pode comprometer a credibilidade do Governo, de técnicos, lideranças e das entidades sindicais que conceberam

o Proambiente.

A falta de seriedade com o Proambiente fica claro no relato do Presidente do STR de Brasileia, Rosildo Rodrigues de Freitas, (2009), se referindo à fusão dos três conselhos que define as políticas para o Alto Acre:

Qual é mesmo o papel do movimento social nesse conselho? Tudo esta muito bom e bem intencionado, mas eu não vejo um fortalecimento dessas entidades nesses projetos. Eu não sei o que eu faço nesse conselho, por que ainda não existe uma política de regularização fundiária. Os Pólos estão servindo para lazer. A questão da borracha tem produtor que traz para a cidade e não consegue vender. Também não está cadastrado para vender para NATEX, só tem prejuízo. (FREITAS, 2009. Entrevista)

O Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo e articulador do CTAC do município de Epitaciolândia, José Menezes Cruz Paraguaçu, afirma o seguinte:

O Proambiente vinha funcionando bem quando o PESACRE tinha recurso. Parou por falta de recurso. É um programa que melhor se adéqua a nossa realidade, o governo remodelou e criou o Ativo Ambiental. (PARAGUAÇU, 2009. Entrevista)

O descaso por parte do governo com a execução do Proambiente nos âmbitos nacional, estadual e municipal, deixa transparecer o desrespeito, o descaso e a discriminação que ainda existe com o trabalhador rural, por serem considerados pobres. O que é contraditório é que o mesmo tratamento não é dado aos grandes madeireiros e aos fazendeiros.

Foi um erro de planejamento da equipe que fechou a versão final do Proambiente, em não ter sido pensado, as bases legais para a implementação do Programa, uma vez que envolvia diversas instituições e sujeitos sociais.

Outra contradição existente está relacionada também aos serviços ambientais, em relação ao Quadro 6, o Brasil aparece entre os países com maior experiências exitosa de PSA. No entanto, os estudos mostram que essas experiências ainda são tímidas e no Proambiente é inexistente. Os brasileiros, particularmente, as comunidades amazônicas precisam saber quando é mesmo que a questão ambiental será prioridade no Brasil.

Contudo, analisando o relatório final de avaliação de infra-estrutura financiado pelo MDA/SDT, no Território do Alto Acre, percebe-se algumas iniciativas de empreendimentos existente na região do Alto Acre. A intenção aqui é somente identificar as

contradições constatadas nesse estudo. Existe no município de Assis Brasil uma Indústria do doce, com todos os equipamentos garantidos pelo MDA. O grande problema dessa indústria é que não existe produção de frutas na região para produzir o doce.

Já no município vizinho de Brasiléia, durante a visita de campo, no ramal do Picadeiro, bem próximo a Assis Brasil. na comunidade Aliança do Picadão, em entrevista com algumas famílias beneficiária do Proambiente, percebeu-se o nível de empoderamento das famílias, porém, aparece com muita clareza a desarticulação existente entre as três esferas de governo e a produção familiar.

Tai o frizer está cheio de poupa de fruta. É preferível dá para os porcos, por vários motivos; começa pela falta de um transporte para levar a produção. Depois não há mercado. Nossos produtos não têm valor, o preço é muito baixo não compensa sair daqui com a produção nas costas, para participar de uma feira, sem ter a certeza da venda do produto. (D. NEUSA, 2009. Entrevista)

Seu Lindomar Gonçalves de Lima, agente comunitário do Proambiente, do Pólo da comunidade Aliança do Picadão, fala sobre os benefícios trazidos pelo Programa:

Esse Projeto de Assentamento já tem 30 anos. Minha área era toda de brinzantao, aos poucos está sendo transformada em SAF's. Dentro do PU, a frente da minha casa vai ser um pomar. Para combater as ervas daninha agente usa as leguminosas chamadas gliricídea, pois dá muita sombra para a casa e para as plantas. Aqui não se usa a mucuna, por que ela sobe nas plantas e mata. Também agente planta a copaíba para sobrear. (LIMA, 2009. Entrevista)

Observe outras contradições encontradas no percurso desse estudo: a piscicultura no município de Eptaciolandia tem todo equipamento garantido pelo MDA, porém, não existe produção de peixe no município.

A fábrica de sabonetes na Sibéria, no município de Xapuri, que há anos vem trabalhando no ramo, ainda não dispõe de instalações adequadas para o seu funcionamento. É bom que se diga que quase foi fechada pela ANVISA.

Deve-se ressaltar que todas essas iniciativas tem tido muito apoio. Foram construídas muitas parcerias, mas, em termos de produção nada sai. Constata-se também que existe recurso liberado que ainda não foram gastos, correndo o risco de serem devolvidos.

Certamente se evidencia a existência de um problema generalizado centralizado na gestão e na estrutura para desenvolver os empreendimentos. Porém, o problema maior é que o investimento feito na região está em descompasso com a produção familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Proambiente surge a partir do ano de 2000, das manifestações do Grito da Terra e da unidade de diversas entidades sindicais da Amazônia.

Sua concepção tem origem nas reuniões das Federações, sindicatos, associações e cooperativas, envolvendo todo um processo de mobilização social, procurando contemplar os sujeitos sociais que vivenciam a realidade amazônica, são: os agricultores familiares, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, colonos e as mulheres ligadas aos movimentos de mulheres, que resumindo são considerados trabalhadores (as) rurais.

É certo que a Amazônia vivia a efervescência das grandes manifestações de trabalhadores (as) rurais que se organizavam em torno do Grito da Terra. Era o momento de negociarem suas pautas reivindicando as políticas básicas necessária para uma vida no campo como: a desburocratização do crédito, ATER, saúde, educação, infra-estrutura de pontes, estradas e ramal. A partir do Proambiente, surge o elemento novo na discussão, voltado para a questão ambiental. O movimento sindical não estava preocupado com a preservação, muito menos com a conservação, não sabia nem o que isso significava.

Com a inserção de novos atores sociais nas discussões do Proambiente possibilitou a introdução da temática ambiental. Esses novos atores são representados pela as ONGs: FASE, IPAM, COIABE, CNS, GTA, PESACRE, CTA Fundação Ford, GTZ, e USAID que se aproveitando da abertura democrática que vivia o Brasil, ao mesmo tempo se vivenciava a chegada do neoliberalismo, através do processo de privatização das empresas estatais. Neste contexto foi criado um movimento paralelo que para alguns estudiosos ficou conhecido como movimento ecologista, para outros o socioambientalismo, que culminou com o novo paradigma de desenvolvimento. O Desenvolvimento Sustentável.

No primeiro momento de elaboração do Proambiente, as ONGs exerceram um papel puramente técnico. No segundo momento os próprios trabalhadores em sua maioria representados pelo GTA, de forma equivocada passaram a considerar essas organizações como parte do movimento social. Para Camely (2009, p. 275), essas organizações se caracterizam como os novos agentes do imperialismo. Para ela, as ONGs principalmente em sua ação nos países dominados, são os agentes táticos da estratégia para a apropriação de recursos da biodiversidade; para isto atuam na delimitação de áreas de preservação e em projetos nas comunidades dos países em áreas de florestas tropicais.

Portanto a proposta de compensação dos Serviços Ambientais no Proambiente tem um lado extremamente positivo, que é o de possibilitar uma renda para o trabalhador rural pelos serviços prestado em torno da preservação e da conservação a toda sociedade. Contudo, o resultado desse estudo tem mostrado, que essas organizações internacionais, tiveram livre acesso as áreas em que moram as populações locais através do envolvimento com as ONG's locais: FASE, COIABE, CNS, GTA, PESACRE, CTA etc.. Com isto, a proposta de PSA, como é conhecida, por nunca ter sido legalmente reconhecida no Brasil pela ausência de um marco legal, foi mais uma estratégia de apropriação do conhecimento intelectual dessas populações e das riquezas que a floresta pode proporcionar futuramente para os países ricos.

Assim sendo, a partir de 2003 o Proambiente sai das mãos dos trabalhadores e vai para as mãos do governo federal, através do MMA. A partir desta data passa a ser considerada uma política pública para a Amazônia. Isto criou uma grande expectativa para os trabalhadores rurais, ao mesmo tempo, em que representava uma grande conquista dos movimentos sociais, cuja intenção, era beneficiar milhares de famílias de trabalhadores rurais em toda Amazônia. Para os trabalhadores o objetivo era claro o de garantir o controle social através das políticas públicas, a consciência ambiental e a criação de mecanismos para remuneração dos serviços ambientais prestados à sociedade.

O Proambiente como política pública, revela a concretização de um novo modelo de desenvolvimento rural, pensado a partir das práticas Amazônicas; o que permite às populações locais a continuidade dos modos de vida relacionados à manutenção da floresta, buscando conciliar produção rural e conservação ambiental. As reflexões sobre o conceito de Sustentabilidade são impostas no meio das discussões e propostas alternativas de sobrevivência digna para os trabalhadores rurais, principalmente o respeito ao seu instrumento de trabalho: a terra e a floresta.

A história dos movimentos sociais tem mostrado que a luta dos trabalhadores organizados tem sido a mola propulsora das mudanças sociais ocorridas nos diversos territórios onde existem vidas humanas. Os trabalhadores organizados são considerados eficientes para conceber e desenvolver propostas de políticas públicas de desenvolvimento. No entanto, quando na tentativa de conciliar o conhecimento técnico com o conhecimento empírico, surgem contradições e conflitos que se estabelecem no campo das concepções e execução de programas e projetos como é o caso do Proambiente. Recentemente, a grande maioria das lideranças, quando tentam estabelecer a negociação na perspectiva do entendimento sobre o futuro do PROAMBIENTE, são consideradas intransigentes, ociosos e indolentes.

Segundo os relatos das entrevistas, o Proambiente é um programa que melhor se adequa a realidade amazônica. Porém é difícil conceber, mas, as práticas deixam claro que a equipe do atual governo usou o Proambiente como uma das bases norteadora da Política do Ativo Ambiental Florestal, a semelhança é muito visível. Com isto, deve-se ressaltar que o bônus (prêmio) proposto pelo programa trata de forma igual todo serviço ambiental prestado pelo trabalhador e não substitui o PSA, pensado no Proambiente, onde o valor do serviço não é definido, mas medido a partir da certificação participativa. Conclui-se com isto que os trabalhadores rurais são protagonistas no momento de pensar as políticas de desenvolvimento, contudo, não são considerados no momento de reconhecer o seu conhecimento construído na luta pela sobrevivência.

Para finalizar, relacionamos aqui, os diversos fatores que contribuíram para o enfraquecimento e o descrédito do Proambiente: a falta de seriedade por parte do Ministério do Meio Ambiente na execução do Proambiente, gerando uma desorganização e desarticulação do Programa em todas as esferas de governo. Assim como, a ausência de um marco legal que pudesse garantir os recursos para PSA. Embora a proposta de PSA para realidade amazônica seja cheia de muitas contradições, o que fica evidente é a falta de vontade política, que garanta recursos necessários a efetivação da proposta de PSA no Brasil. Também a acomodação por parte do movimento social, que: como estava nas mãos do governo, cruzaram os braços, esperando que o governo tudo fizesse.

O Proambiente como política pública não existe. Na verdade, aos poucos está sendo absorvido por outros programas ligados a agricultura familiar

Neste sentido os trabalhadores rurais dos Pólos do Proambiente no Alto Acre já não acreditam mais nessa proposta. Com isto, se mostraram muito mais interessados em receber a assistência técnica para melhorar a produtividade que o pagamento por Serviços Ambientais.

Com tudo, a falta de compromisso com a execução do Proambiente deixa transparecer o desrespeito, o descaso e a discriminação que ainda existe com o trabalhador rural, por serem considerados pobres.

A grande vítima nessa história continua sendo o trabalhador rural, por ter a terra como sua única alternativa de sobrevivência. Os interesses são puramente externos, por se tratar de uma região rica em biodiversidade. Sua preservação (a custa do sacrifício dos que historicamente moram no local) interessa muito mais as grandes empresas nacionais e multinacionais, que num futuro bem próximo poderão através de tecnologias avançadas explorarem as riquezas que a floresta pode oferecer.

Neste sentido, considera-se um erro tático de planejamento da equipe que fechou a

versão final do Proambiente, em não ter sido levado em conta às bases legais para a implementação do Programa, uma vez que envolvia diversas instituições e sujeitos sociais.

Mediante a análise desenvolvida, a partir do Proambiente, recomenda-se, aos atores da Política do Ativo Ambiental Florestal, atenção ao desenvolvimento de metas e indicadores que contemplem a delimitação de um marco legal, convergente, nas esferas, municipais, estaduais e nacionais, que integrem de fato os parâmetros necessários a participação e tomadas de decisão dos trabalhadores rurais, no tange a reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar.

O futuro sustentável é uma construção social que surge a partir da tensão produtiva do encontro de seres e do diálogo de saberes, que questiona o império de uma racionalidade coisificadora e objetivadora, a mercantilização da natureza e a economização do mundo. (LEFF, 2006 p. 389)

Mediante a análise desenvolvida, a partir do Proambiente, recomenda-se, aos atores da Política do Ativo Ambiental Florestal, atenção ao desenvolvimento de metas e indicadores que contemplem a delimitação de um marco legal, convergente, nas esferas, municipais, estadual e nacionais, que integrem de fatos os parâmetros necessários a necessidades de participação e tomadas de decisão dos trabalhadores rurais, reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar.

Referencias Bibliográficas:

- ACRE, Governo do Estado. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico. Econômico do Acre Fase II Documento síntese-escala 1; 250.000. Rio Branco, SEMA, 2006, 355 p.
- ACRE, Governo do Estado. Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal. Manual Operativo. Rio Branco, SEAPROF, 2010. 103 f.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.
- AGENDA 21 DAS MULHERES DA FLORESTA. Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA. Brasília, 2003.
- AQUINO, Maria Araújo. Entrevista com a Ex-presidente do GTA. Rio Branco, Ac, 2009.
- BANERJEE, Subhabrata; Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. IN: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (Orgs) Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável, Belém, UNAMAZ,UFPA/NAEA. 2006.
- BARROS, Raimundo. Ex-vereador e dirigente sindical. Reserva Extrativista Chico Mendes. Seringal Rio Branco. Xapuri-Ac. 2009. (Entrevista)
- BECKER, Berta K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, Berta K; CHRISTOFOLETTI, Antonio; DAVIDOVICH, Fany R. e GEIGER, Pedro P. (orgs). Geografia e Meio Ambiente no Brasil. Hucitec: São Paulo – Rio de Janeiro, 1995.
- BENSUSAN, Nurit; ARMSTRONG, Gordon; (Org.). O manejo da paisagem e a paisagem do manejo. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2008. 300p.:Il.
- BORGES, Eduardo Amaral. Coordenador do PESACRE. Acre, 2009.
- BORGES, Cleber. Entrevista com o Secretário Estadual do Meio Ambiente no Acre Eufra Amaral. Jornal A GAZETA. Rio Branco – A. 2008.
- CARNEIRO, Maria José, e Renato Sergio Maluf. Para além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- CHAYANOV, Alexander V. La organización de La unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.
- CAMELY, Nazira Correia. A geopolítica do ambientalismo ONGUEIRO na Amazônia brasileira: um estudo sobre o Estado do Acre. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói: [s.n], 2009. 284 f.

CARPINTERO, Oscar Redondo. Riquezas, recursos naturales y médio ambiente em La ciência econômica. Fundação 1ª. De Maio. 1ª. Edição Madrid. 1999.

CARVALHO, Derci Teles de. Entrevista Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Xapuri- Ac, 2009.

Celso Monteiro. "*HowStuffWorks - Como funciona o pagamento por serviços ambientais*". Publicado em 31 de janeiro de 2008 (atualizado em 12 de fevereiro de 2008) <http://ambiente.hsw.uol.com.br/pagamento-servicos-ambientais2.htm> (20 de março de 2010).

CENAMO et al. Resumo Geral da COP 13: Florestas e RED. IDESAN/DRAFT – versão 1.0./2008. Disponível no site <www.idesam.org.br>

CHOMITZ, K. M.; BRENES, E.; CONSTANTINO, L. Financing environmental services: The Costa Rican experience and its implication. The Sci.

DAILY, G.C. Nature's services: Societal dependence on natural ecosystems. Washington D.D.: Islande Press, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, NUPAUB/USP, 1994.

DUARTE, Adair Pereira. Entrevista com o coordenador do Proambiente e técnico do PESACRE. Rio Branco-Ac. 2010.

BORGES, Eduardo Amaral. Coordenador do PESACRE, 2009.

FETACRE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre. Programa Proambiente – Pólo Pioneiro Alto Acre: Plano de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS. Rio Branco. 2003.

FERREIRA, Paulo Sergio Neto. Proambiente. Relatório Final de Avaliação. Brasília. Abril/2008. 107 p.

FREITAS, Rosildo Rodrigues de. Entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília – STR. Brasília-Acre, 2009.

FIORI, José L, Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano IN FIORI, José L. e MEDEIROS, Carlos (orgs) Polarização mundial e crescimento. Petrópolis, Ed. Vozes. 2001.

FURTADO, Celso, 1920. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALVAO, A.S. Fronteira, Paisagem e Gestão Ambiental na microrregião de Brasília Acre. Brasil. (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo, 2002. 253p.

GRZYBOWSKI, Candido, Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petropolis. Fase/Vozes, 1987. 90p.

GOHN, Maria Gloria. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo. Editora Loyola. 2000.

_____. Teorias dos Movimentos e Lutas sociais na história do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995a.

GOMES, Carlos Valério (et.al). O Manejo da Paisagem e a Paisagem do Manejo. In: Planejando Futuros Sustentáveis para os Pequenos Produtores: Programa Proambiente Pólo Alto Acre. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2008. 300p.

GRUPO DE TRABALHO AMAZONICO – GTA. Programa Proambiente. Proposta Definitiva da Sociedade Civil Organizada entregue ao Governo Federal. Brasília, 2003. Disponível em < www.gta.org.br >, (acesso em 15.10.2007).

INCRA. Projetos de colonização, assentamentos agro-extrativistas em execução. Acre, 1998.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza; tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

LIMA, Lindomar Gonçalves de. Agente comunitário do Proambiente no município de Brasileira- Ac. 2009 (Entrevista)

MACHADO, G.B. Reforma agrária e multifuncionalidade do espaço rural. In: XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto (SP) – <www.sobe.org.br> acesso em 08. 05. 2009.

MARTINEZ ALIER, Joan. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Trad. Armando de Melo Lisboa. Blumenau: Ed. Da FURB, 1998.

MARCO e VANDERLEYA SAMPAIO. Poesia: Guerreiras da Floresta. Rio Branco- Ac.2003.

MATTOS, L.; Faleiro, A.; Pereira. Proambiente: Uma proposta Alternativa para o desenvolvimento da produção familiar rural da Amazônia. Belém: IV Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Eco Eco). Novembro de 2001.

MARTINS, José de Souza. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. *Estud. av.* [online]. 2000, vol.14, n.38, pp. 268-278. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142000000100015. Disponível em < www.scielo.br/pdf/ea/v14n38a15.pdf > (acesso em 04.06.2009)

MEDEIROS, Marlene Jardim. Coordenadora do Programa de Certificação Ambiental. Rio Branco –Ac. 2010.

MIRANDA, Maria Sebastiana de. Entrevista com a Presidente da FETACRE. Rio Branco, AC. 2010.

NEPOMUCENO, Francisco Afonso. PT: a construção de uma utopia. Rio Branco. junho.2008. [online] Disponível em < www.ptac.org.br > (acesso em 12.07.2009)

D. NEUSA. Chefa de família e beneficiária do Proambiente. Pólo de Brasileia-Ac. 2009 (entrevista)

NOBRE, M. (org.) O trabalho das mulheres. São Paulo, SOF, 1999.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Revista Estudos Avançados, 2001.

PARAGUAÇU, José Menezes Cruz. Secretário municipal de Meio Ambiente e Turismo de Epitaciolândia – Ac. 2009 (Entrevista)

PAULA, Elder Andrade de . Estado e Desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003. 265p. (Tese em Desenvolvimento e Agricultura).

_____, Elder Andrade de. Seringueiros e Sindicato: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro, mimco. (Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ). 1991.

_____, Elder Andrade de . O movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocesso. Revista NERA – Ano 7 N. 5. 2004.

_____, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. 2008.

_____, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione (Org.) Trajetória da Luta camponesa na Amazonia-Acreana. Rio Branco, Ac. EDUFAC, 2006.308p.il.

PESACRE – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agro florestais do Acre. Assembléia Geral das 400 Famílias do Pro ambiente – Pólo Alto Acre. Relatório Técnico. Rio Branco. 2006a.

REGO, José Fernandes. Amazônia: do Extrativismo ao Neo-extrativismo. Ciências Hoje. Brasília. V. 25, n. 147, mar.1999.

OLIVEIRA, Luiz Rodrigues. Serviço Ambiental da Agricultura Familiar: Contribuições para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Dissertação de Mestrado (M) Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília, 2008. 153 p.: il.

Relatório de ações previstas no Programa Mãos Feminina da Floresta - Combatendo Desigualdades. Rende Acreana de Mulheres e Homens – RAHM. Rio Branco, 2001.

Relatório do III Encontro do Fórum de Mulheres do Território do Alto Acre. Epitaciolândia-Ac. 2008.

Relatório final de Avaliação de infra-estrutura financiados pelo MDA/SDT, no período de 2005 a 2008. Governo do Estado do Acre, 2009.

SANTOS, Manoel José dos. Projeto Alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Revista: Estudos Avançados. 15 (43). 2001.

SENA, Maria Leontina de Souza. Entrevista com uma chefe de família beneficiária do Proambiente. Reserva Chico Mendes. Seringal Nazaré. Xapuri-Ac.2009.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. Ação Sindical no Espaço Local. In: Economia Solidária: Geração de Renda e Alternativa ao Liberalismo. Cadernos de Formação, n. 2. Escola Sindical da CUT - São Paulo, 2001 (Publicação Sindical).

SIMIONATO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influencias no serviço social. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. Resistência e Camponeses e desenvolvimento agrário na Amazônia acreana. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT/UNESP, 2005. (Tese de Doutorado em Geografia).

SILVA, Sebastião Pereira da. Entrevista com o agente comunitário do Proambiente. Pólo da Reserva Extrativista Chico Mendes. Seringal Rio Branco. Xapuri-Ac. 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, João José Veras de. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre: uma análise a luz do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. Dissertação de Mestrado – UFSC – 2008. 188f.

SOUZA, Maria Auxiliadora Sena de. Secretaria municipal de Planejamento de Brasileia – Ac. 2009 (Entrevista)

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE P.J. (orgs). Uma Revolução no cotidiano: Os novos Movimentos Sociais na America Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987. 00297 p.

SCALABRIN, Rosali. Movimento de Mulheres do Acre: Construindo relações equitativas entre mulheres e homens. (Monografia), Rio Branco – Ac., 2003

TOMAZI, Nelson. Introdução a Sociologia: o que é Movimento Social. São Paulo: Atual. 1993. 250p.

VEIGA, José Eli da Veiga. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WUNDER, S. Payments for environmental services: some nuts and bolts. CIFOR OCCASIONAL Paper, n. 42, 2005. 24 p.

_____, Sven; Borner, Jan; Tito, Rognitz e Pereira, Ligia. - Brasília: MMA, 2008. 136 p. (Série Estudos, 10)

VERAS DE OLIVEIRA, R. Ação Sindical no Espaço Local. In: A CUT e o Poder Local: Riscos ou Oportunidades? Cadernos de Formação, n. 2. Escola Sindical da CUT - São Paulo, 2001 (Publicação Sindical).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)